

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

Fayga Marcielle Madeira de Oliveira

**O DISCURSO COMO AÇÃO: *APONTAMENTOS* EM TORNO DO PROJETO
REPUBLICANO NO BRASIL**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (INHIS-UFU) como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História, sob a Orientação da Prof^a. Dra. Josianne Francia Cerasoli.

Uberlândia/2011

Oliveira, Fayga Marcielle Madeira de. (1986)

O discurso como ação: *Apontamentos* em torno do projeto republicano no Brasil

Fayga Marcielle Madeira de Oliveira – Uberlândia, 2011.

114 páginas.

Orientadora: Josianne Francia Cerasoli

Monografia – Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Graduação em
História

Inclui Bibliografia.

Palavras-chave: Campos Porto, propaganda republicana, discurso político, Primeira
República.

Fayga Marcielle Madeira de Oliveira

**O DISCURSO COMO AÇÃO: *APONTAMENTOS* EM TORNO
DO PROJETO REPUBLICANO NO BRASIL**

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Josianne Francia Cerasoli (Orientadora)

Professor Dr. Deivy Ferreira Carneiro

Professora Dra. Jacy Alves de Seixas

À minha avó Iolanda,

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, especialmente à vovó Landa, aos meus pais Cleunice e Wilson, pelo apoio e pelas as oportunidades de estudo, aos meus queridos irmãos Nathália, Victor e Phelipe pelas boas risadas quotidianas, amigos de primeira hora.

Agradeço aos professores Jacy Seixas e Deivy Carneiro pelo aceite em participar da banca de avaliação desta monografia e pelas as contribuições importantes nesse momento do trabalho. Mais do que isso, agradeço ao Deivy pelos profícuos diálogos dos últimos tempos, à Jacy por ter marcado de forma inestimável minha formação, todo agradecimento ainda seria pouco. Gostaria de agradecer também aos professores Christina Lopreato e Guilherme Amaral Luz pela influência positiva em minha formação acadêmica e intelectual, enfim, por todos os ensinamentos.

É chegada a hora de uma nova colheita, de juntar mais uma maçã (talvez a mais especial delas) ao cesto e com ela agradecer à Josianne, pela orientação generosa, atenciosa e estimulante. Pelo exemplo de professora, de sorrizinho convicto e incansável, que tanto me ensina sobre ensinar. À Josi, pelo carinho de sempre.

Aos meus amigos, que colorem minha vida com os mais diferentes tons de felicidade, à rosa Ariane, que compartilhou desde a primeira semana de graduação percalços e muita cumplicidade; à Claudinha, minha grande amiga, companheira de trabalho e confidente semanal; à Flaiane, o maior coração do mundo; ao Felipe e a Nádia, assim juntos, pelo apoio quotidiano e infalível; ao Harlen, por sua amizade tão dedicada e pela ajuda preciosa na revisão do trabalho; à Renata, minha engenheira preferida, por sua sensibilidade e paciência; ao Thiaguinho por nossas tardes de puro *Talento*. Aos meus amigos, ou luso-família, Américo e Maria Júlia, pelo acolhimento *afectuoso*, por sua generosidade sem fronteiras e bandeiras.

Resumo

Este trabalho tem por objetivo compreender a atuação da propaganda republicana na constituição do novo regime no Brasil, em 1889. A análise da obra *Apontamentos para a História da República dos Estados Unidos do Brasil* (1890), de Manoel Ernesto do Campos Porto, coletânea de artigos reunidos pelo autor sobre a proclamação da República, norteou-se primeiramente pela percepção do discurso político como uma forma de intervenção política. Ação esta que foco neste estudo, ao perceber os *Apontamentos* como um conjunto de atitudes orientadas por uma nova fase dessa propaganda, que após o estabelecimento da República lida com outras contingências. Atentar para essa experiência política possibilitou destacar a discussão historiográfica sobre o período como uma das questões fundamentais desta monografia, e assim percebê-la também como constituinte de uma forma de ação política ligada, de forma importante, as questões do presente.

SUMÁRIO

Introdução	8
Capítulo I – O discurso como ação	12
<i>Grandiosa e soberana deusa da opinião</i>	19
As ideias em seu devido <i>não-lugar</i>	23
<i>E a realidade se ri</i>	28
Capítulo II – O discurso em ação: A República no Brasil e um “bando de ideias novas”	32
Ser moderno é ser republicano?	32
Apontamentos – composição e disposição.....	36
Questão de ordem: de incendiários a bombeiros.....	37
Questão de progresso: a (r)evolução republicana	48
<i>Destruir para construir é o lema moderno!</i>	55
Capítulo III – (Des)apontamentos da História da República?	61
Descaminhos da República brasileira.....	61
A <i>bilontrização</i> dos bestializados.....	64
Imagens da astúcia: Macunaíma e suas <i>bilontrices</i>	75
Considerações finais	82
Anexos	83
Referências bibliográficas	110

Introdução

A singularidade dos discursos políticos, em suas possibilidades e estratégias de convencimento, foi um objeto constante de meus interesses, sobretudo no sentido de atentar para a pretensa objetividade (obviedade ou ainda cientificidade) na qual eles se compõem. Discursos que mobilizam ideias e projetos que, por vezes, estabelecem sinonímias ou proximidades, aparentemente lógicas, dentro da propaganda política, entre elementos díspares. A passional história das movimentações políticas dos séculos XIX e XX, largamente balizada em argumentos *científicos* a toda prova, em discursos para grandes públicos, mobilizando inclusive povos e nações, referência de ampla compreensão sobretudo na contemporânea era da imagem, não deixa dúvidas da dúplice característica da palavra em seu uso político: o apelo supostamente racional comporta, em sua essência e de forma inextrincável, uma forte ligação emocional. O encantamento com esta forja, não no sentido de falsificado mas de fabrico desse discurso, apontou possibilidades que, juntamente com outros encontros, aperfeiçoaram e orientaram questões que fundamentam este trabalho de pesquisa.

Interesses, inicialmente mais ou menos difusos, que durante a disciplina de História do Brasil III percebi a oportunidade de compreender em sua historicidade, como objeto de pesquisa acadêmica e intelectual, notadamente após o encontro com a documentação que, posteriormente, seria objeto desta pesquisa e ainda com reflexões sobre as questões políticas presentes nas concepções sobre o brasileiro, disseminadas sobre a forma de *ideias feitas* e quase naturalizadas, que a partir de uma leitura mais atenta da historiografia sobre a Primeira República, iniciada no decorrer da disciplina, me permitiu formular as primeiras questões deste trabalho. Este percurso, que se inicia nestas questões, ganha densidade com a leitura dos *Apontamentos*, peça de propaganda republicana que mobiliza matizes dos projetos políticos colocados em pauta no início da República e denotam o alcance e multiplicidade do discurso político republicano, principal mote desta investigação.

Manoel Ernesto do Campos Porto, um jornalista e, entre outros, um entusiasmado propagandista republicano, reuniu no livro *Apontamentos para História*

*da República dos Estados Unidos do Brasil*¹ (1890), que se constitui em pouco mais de 1000 páginas de uma coletânea de artigos sobre a proclamação da República publicados em jornais brasileiros e estrangeiros, telegramas enviados entre as agências de notícias de vários países de todo o mundo, selecionados pelo autor de 15 de novembro a 31 de dezembro de 1889. A seleção inclui também documentos oficiais, como atas das sessões do Senado e da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro, ordens do Exército, documentos sobre a família imperial do Brasil, decretos e avisos expedidos pelo Governo Provisório. Tais documentos são classificados geograficamente por ele, relacionando cada estado do país com as suas respectivas notícias sobre a proclamação, compondo assim um *mapa* para subsidiar a argumentação do autor.²

A preocupação inicial deste estudo era entender de que formas em torno de 1889 e 1890, os projetos republicanos, gestados e propagandeados desde 1870, foram tão objetivamente organizados e defendidos de modo a figurarem como únicos e legítimos para a nação. Para isso, considerei o papel dos “homens de letras” neste esforço constante de justificar a validade desses projetos, notadamente os jornalistas, de forma a perceber assim o discurso político destes intelectuais como forma importante de ação política na defesa da causa republicana. E buscar dessa forma, contrapor a partir da compreensão da eficácia destas ações de propaganda, algumas interpretações historiográficas sobre o período e sua importância na forma(ta)ção da (auto)imagem do brasileiro como politicamente incapaz e dependente, e da suposta inadequação das instituições políticas brasileiras. Entretanto, se as motivações centrais do projeto se mantiveram, a mudança mais significativa surgida com o desenvolvimento da pesquisa ao trabalho foi um deslocamento da hipótese inicial. Não mais considerando 1889 como marco da constituição da legitimidade dos projetos republicanos, mas compreendendo esse momento como, de certa forma, a continuação da configuração da validade destes projetos, inserida portanto como propaganda política.

¹ CAMPOS PORTO, Manoel Ernesto. **Apontamentos para a História da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

² Uma descrição mais detalhada da fonte é feita no segundo capítulo, mais próxima das questões trabalhadas no referido capítulo.

A investigação dos *Apontamentos* e a escolha em considerá-lo como uma forma de ação política trouxe para o centro deste trabalho a reflexão sobre atuação da propaganda política republicana no advento do novo regime e em seu início. Nesse sentido, os *Apontamentos*, constituídos após o estabelecimento formal da República, me permitiu compreender a continuidade desta ação de propaganda, sob a ótica republicana, a partir de uma dupla percepção, investida de certeza, pois era vista associada a ideais de progresso, conforme suas convicções, e como dúvida, debatendo-se entre vários projetos políticos possíveis durante a conturbada mudança de regime.

O amadurecimento deste trabalho foi propiciado ainda pelo desenvolvimento do projeto de iniciação científica intitulado *Ser moderno é ser republicano? A República no Brasil e "um bando de ideias novas"*, contemplado com bolsa PIBIC/FAPEMIG, iniciado em março de 2011, sob a orientação Prof^a Dr^a Josianne Francia Cerasoli. Esta pesquisa, ainda em fase de conclusão, proporcionou o aprofundamento de algumas questões importantes para o trabalho monográfico, sobretudo no aspecto no qual se centra a pesquisa de iniciação, a saber, as relações entre a constituição de um ideal de modernidade política e o projeto republicano brasileiro entre o final do Império e o início da República. Destarte, as reflexões que motivaram esta pesquisa e os próprios caminhos da investigação para a monografia confluíram para o desdobramento deste trabalho em três questões principais, relacionadas, mas que deliberadamente constituem eixos de destaque como reflexão de cada capítulo.

No primeiro capítulo, *O discurso como ação*, considero a pertinência de tratar o discurso político enquanto uma forma de ação, bem além da mobilização argumentativa, o próprio ato de proferi-lo como um ação orientada para intervenção política. Sobretudo no caso da propaganda política republicana como um ato, em alguma medida propositado, de constituição de um espaço de discussão público que possibilitasse a ascensão de novos projetos políticos para o país.

No segundo capítulo, *O discurso em ação: A República no Brasil e um "bando de ideias novas"*, trato da emergência de tais projetos ligados à simbologia do progresso e da modernidade, almejada pela intelectualidade, à noção de república e o funcionamento da argumentação, que constitui os *Apontamentos*, e investe de certezas a construção da República através da exaltação do progresso e da ordem.

Neste capítulo são explicitados alguns detalhes importantes sobre a documentação, bem como uma leitura mais circunstanciada da fonte.

O terceiro capítulo, *(Des)apontamentos da História da República?*, é pautado por uma reflexão historiográfica sobre o período, não de forma exaustiva, mas especialmente voltada para a compreensão de uma fórmula bastante difundida e importante na historiografia, que parte do incômodo princípio dos fracassos e incompletudes da experiência republicana no Brasil na Primeira República.

Ao final, espera-se que a leitura tenha acrescentado uma nova perspectiva para a compreensão das múltiplas transformações no Brasil no final do XIX, notadamente no âmbito que me propus a investigar, na divulgação e alcance dos projetos republicanos no período a partir da ação de propaganda, e dessa forma ampliar o entendimento sobre a construção da República brasileira, num processo que perpassa sua constituição formal em 1889.

Capítulo I – O discurso como ação

E a realidade se ri desses compartimentos estanques com que procuramos dividir o tempo, para compreender o passado.

Tristão de Ataíde

Campos Porto propunha com sua obra apenas registrar os *fatos*, de acordo com uma concepção predominante de história na época, estar imerso no calor dos acontecimentos não lhe permitiria um olhar, necessário, de isenção frente a eles. Dessa forma, o autor se propõe apenas a registrar “com as suas cores próprias, o que houve, o que de nós se disse no estrangeiro.”³ Assim, sem deixar de se posicionar, ainda que de forma muito concisa, Porto destaca sua intenção de ser unicamente um cronista: “Repetir que julgamos ter o Brasil assumido, na sua regeneração político-social, a forma de governo a mais consentânea com a dignidade humana, seria afastar-nos do intuito de simples cronista.”⁴

Dessa forma, o cronista⁵ Campos Porto, autor de apenas quatro páginas dessa imensa obra, que compôs com minúcia e agilidade, intencionava assim proceder de acordo com as regras da ciência, fazendo um registro supostamente imparcial dos acontecimentos e, em decorrência desse método científico, reunir provas da legitimidade e alcance do advento da República brasileira. A carta de M. César Barros, selecionada por Porto para iniciar o livro como prefácio, ao mesmo tempo que critica a falta de posicionamento e engajamento do autor na obra, destaca, por esta mesma razão, a relevância científica e histórica da documentação reunida por ele:

É para lastimar também que não expendesse um juízo definitivo sobre o caráter da Revolução, estudando os principais personagens da classe civil e, bem assim, o longo trabalho de propaganda, que tantos sacrifícios custou ao partido republicano nos diversos estados do país. Pensando-se porém, esse escrúpulo quiçá será justificado por ter sido o autor um contemporâneo dos fatos e não se julgar isento das paixões de seu tempo... Esse proceder, pois, o fez menos suspeito aos juízos futuros, dando ainda ao seu trabalho o verdadeiro

³ CAMPOS PORTO. *Apontamentos*, 1890., p. XII.

⁴ CAMPOS PORTO. *Apontamentos*, 1890., p. XIV.

⁵ A noção de crônica utilizada por Campos Porto não se refere à crônica no sentido literário, mas sim jornalístico, delimitado pela atualidade e pelo caráter pretensamente factual do registro, mesmo que no caso deste documento a forma crônica deva ser considerada na especificidade de uma coletânea, que a define e a orienta, sobretudo enquanto um registro duradouro, visando à posteridade e que objetiva imprimir um sentido a história a ser oficializada.

cunho de cronologia. Essa abstenção ainda, cercado-o de prestígio maior – afastou-o assim da flama viva da paixão individual, nem sempre fonte de pureza que inspire os créditos do público. Incontestavelmente prestou um grande serviço subsidiário ao historiador, quando a cor local precise ser avivada para o colorido do grande quadro da História. São, pois, essas páginas um incontestável documento eloquente e verdadeiro dessa cruzada, frisante exemplo para as gerações do porvir: do nosso civismo, abnegação e orientação acendrada.⁶

Apesar de sua intenção claramente exposta de dispor apenas um registro neutro dos acontecimentos, certamente o autor compõe uma obra apaixonada e posicionada, constituindo um “documento eloquente e verdadeiro dessa cruzada”, na qual eles combatiam⁷. Percebo assim a escolha do autor em dar a palavra a outros, reunindo os artigos, telegramas, notícias e crônicas (quando ele mesmo poderia abordar as questões que destaca nos documentos selecionados), com o intento de seguir o princípio cientificista da imparcialidade; e também de demonstrar dessa forma, sobretudo, a extensão, o reconhecimento e a solidez da obra republicana de *15 de novembro*. Especialmente se pensarmos a disposição da obra, com seus artigos selecionados em todos os estados brasileiros e no exterior, evidenciando apoio e entusiasmo ao acontecimento, ou simplesmente, considerando a República como um fato consumado.

Ao perceber o trabalho de compilação, seleção e edição de Campos Porto como, nomeadamente, um desejo de comprovar sua tese de adesão ou aceitação da República como fato, penso nesta fonte de investigação como uma forma de ação política, que vai além da mobilização argumentativa, ou seja, a própria constituição do discurso como um ato. Essa ação discursiva pode ser entendida como uma forma de intervenção, visada pelo autor ao compor um texto político. Quentin Skinner pensa

⁶ CAMPOS PORTO. *Apontamentos*, 1890. p. XI.

⁷ Apesar das poucas informações disponíveis sobre Campos Porto e sua atuação na propaganda republicana, César Barros, no prefácio do livro, destaca as ações de Porto nesse trabalho: “Julgo que esta cooperação espontânea e tão antecipada sobre o Sucesso de que trata em sua obra, é mais um atestado manifesto da sua dedicação e constância no trabalho, mormente na esfera da ação onde sempre o reconheci como um infatigável e bom auxiliar. [...] Nesse intuito foi que o meu *velho* colega esforçou-se dar ao prelo o seu trabalho, que agora tenho as vistas.” CAMPOS PORTO. *Apontamentos*, 1890. p.X. [grifos do autor] Outras poucas informações sobre Campos Porto obtive no Diário Oficial da União, no qual ele consta de 1893 a 1903 nas listas de eleitores da capital, em listas de políticos e jornalistas que parabenizavam o presidente Campos Sales em seus aniversários, e como secretário do Senado até 1904, ano de sua morte (conforme nota do Tribunal de Contas, que conferia a sua viúva uma pensão anual). As edições do D.O.U estão disponíveis no Arquivo online JusBrasil: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios>. Acesso em 14/06/2011.

essa ação discursiva, intencional e propositiva através do conceito de ato linguístico, que perpassa a ideia de intencionalidade, com o fito de perceber o texto além de sua significação estrita, enquanto ato: “Quando falo da intencionalidade dos autores, não estou me referindo ao significado dos textos ou elocuições, mas ao significado do ato de escrever o texto ou proferir uma elocução.”⁸

Todavia, faz-se necessário discutir a ideia de intencionalidade proposta por Skinner. Segundo o autor, sendo este o aspecto que pretendo destacar, não se trata de buscar as intenções ocultas e pessoais do autor, mas o *publicamente apreensível* da ação política a qual se propôs. Pois, ao se considerar que escrever é “fazer coisas com palavras”, entendo que não se escreve um texto político sem intencionar algo, algum tipo de intervenção. Há também as intenções manifestas do ato de composição da obra, no caso de Porto, entre outros aspectos que pontuarei no decorrer deste trabalho, “testemunhar” a irreversibilidade da República como forma de governo científica e apontar as diretrizes consideradas mais importantes para esta nova fase. Assim, a intencionalidade a qual me refiro, que é proposta por Quentin Skinner, trata-se do que o autor pode ter pretendido com o ato de escrita do texto, não com o que disse. As limitações desta noção, que não se propõe a adivinhar as vontades dos autores, não a desqualifica enquanto tentativa de se perceber o sentido da escrita (sobretudo tudo quando politicamente orientada) enquanto ação. Posto isto, parto da hipótese da qual os *Apontamentos* de Campos Porto podem ser entendidos sob esta perspectiva.

Todavia, refletir sobre o tipo de intervenção que ele pretendia relaciona-se notadamente com o contexto sócio-político de sua ação. A incerteza dominou o cotidiano político da recém-proclamada República, o receio de alguma tentativa de reação violenta ou de uma restauração monárquica mobilizou o governo provisório, que rapidamente expediu uma ordem de expatriação de toda a família real e desarticulou as movimentações dos principais ministros imperais. Enquanto o governo tomava as medidas possíveis para garantir o estabelecimento da República de forma definitiva, a propaganda, sobretudo pelos jornais, fazia o mesmo ao produzir de forma ostensiva artigos, panfletos, e livros, como o de Porto, que veiculavam a

⁸ PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Quentin Skinner. In: **As muitas faces da história**. São Paulo: Editora UNESP, 2000. p.320.

ideia do 15 de novembro como a coroação de um processo de liberdade e evolução histórica impossível de se conter, e qualquer tentativa nesse sentido resultaria apenas em atos de violências desnecessários. Deter-me-ei com maior acuidade na argumentação pró-republicana posteriormente, o que saliento nesse momento é a dimensão de ação nestes atos linguísticos, que visam à intervenção no jogo político da época, no qual o trabalho de Campo Porto é mais bem compreendido, ou seja, em sua importância como ação política, enquanto arma de propaganda.

Nesse sentido, o que me interessa compreender é o processo de republicanização da vida política brasileira, anterior a 1889 e que o perpassa através da intensiva propaganda republicana. Se ela se constitui antes da implantação da República, como um dos principais meios de contestação do *status quo* imperial, certamente se altera depois da proclamação, mas permanece um ponto importante de tensões dos vários projetos republicanos, ou não republicanos⁹, em pauta. Apreender essa pluralidade de programas através do discurso, pensado como ato linguístico, é essencial para forma com a qual conduzo esse estudo. Especialmente no que concerne à propaganda republicana, como uma continuidade de atos linguísticos, propiciando um processo de aprendizagem do republicanismo e o desmonte dos valores imperiais por meio da propaganda¹⁰. Destaco assim a continuidade do esforço de convencimento dos republicanos anterior a 1889 e posterior a ele, enquanto ainda se fazia necessário esse combate. Se a República não estava completamente definida em 15 de novembro de 1889, a propaganda também não findou nesta data. Dessa forma, a propaganda republicana, além de concorrer para a instauração do novo regime, continuou atuando após a proclamação diante de uma situação de

⁹Além das várias propostas de república debatidas pós proclamação, houve também a ação de grupos monarquistas, contestadores e críticos da República. Maria de Lourdes Janotti estuda a ação destes grupos e a repressão por eles sofrida, o que segundo a autora questiona a ideia amplamente difundida de *consenso* no qual teria se dado o novo regime. Para um estudo detalhado da atuação dos monarquistas no regime republicano ver JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

¹⁰ O verbete *Propaganda*, de autoria de Giacomo Sani, presente no Dicionário de Política de Norberto Bobbio é interessante para se perceber o sentido de intencionalidade dos propagandistas em sua ação. Sem entrar na conotação pejorativa, vinculado à manipulação, que o conceito adquiriu no decorrer do século XX, destaco sua definição: "A Propaganda pode ser definida como difusão deliberada e sistemática de mensagens destinadas a um determinado auditório e visando a criar uma imagem positiva ou negativa de determinados fenômenos (pessoas, movimentos, acontecimentos, instituições, etc.) e a estimular determinados comportamentos. A Propaganda é, pois, um esforço consciente e sistemático destinado a influenciar as opiniões e ações de um certo público ou de uma sociedade total." SANI, Giacomo. Verbetes Propaganda. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**, vol.I. Brasília: Editora da UNB, 1998. p.1018.

insegurança, na qual a premência da instabilidade vivida exigia atos, também os linguísticos, para o assento e defesa da nova ordem. Afastado de qualquer ideia de determinação mecânica, o que pondero é o aspecto eminentemente prático da ação desses publicistas, que constitui ponto essencial para se perceber a atuação dos intelectuais da *geração 1870*. Skinner enfatiza a demanda da pragmática política nos atos linguísticos dos pensadores políticos:

Pois entendo que a própria vida política coloca os principais problemas para o teórico da política, fazendo que um certo elenco de pontos pareça problemático, e um correspondente de questões se converta nos principais tópicos em discussão. Isso não quer dizer, porém, que eu trate essas superestruturas ideológicas como consequência direta de sua base social.¹¹

A ideia de *geração 1870* é bastante difundida para o estudo dos intelectuais do período. Entretanto, convém pensar no conceito de geração, mais utilizado para o estudo de intelectualidades, para perceber melhor a posição desses grupos em relação à tradição que contestam, bem como sua postura, que visa sempre à ideia de rompimento e novidade. Jean-François Sirineli precisa a noção de geração em relação a tradição, a partir da qual os intelectuais marcam sua posição, para afirmá-la ou para negá-la, especialmente neste último caso postulando a *novidade* de sua ação, de sua geração, na qual “um intelectual se define sempre por referência a uma herança, como legatário ou como filho pródigo: quer haja um fenômeno de intermediação ou, ao contrário, ocorra uma ruptura e uma tentação de fazer tábua rasa, o patrimônio dos mais velhos é portanto elemento de referência explícita ou implícita.”¹² Por isso, esclarece Sirineli, clarificar os fenômenos de geração no meio intelectual não tem apenas um caráter descritivo ou classificatório, mas visa perceber as demarcações que os próprios grupos buscam estabelecer, e, por esta razão podem ter sido determinantes para seu funcionamento. Nesse sentido, *geração* está relacionado com o sentimento do grupo em relação à tradição precedente, bastante marcante na *geração 1870*, que não se designava por esse nome, mas partilhava o sentimento de rompimento com a tradição anterior.

¹¹ SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.10.

¹² SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. (org). **Por uma história política**. 2ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.254.

Ações, como a de Campos Porto, têm relação direta com o papel da *geração 1870* na contestação do *status quo* imperial e nas novas possibilidades de publicizar insatisfações e propostas. Em *Ideias em movimento*, Ângela Alonso investiga amplamente a *geração 1870*, epíteto que denomina vários grupos de contestadores, com grande diversidade de origem social, econômica e teórica, majoritariamente com plataformas republicanas, mas que compunham um movimento intelectual que compartilhava uma experiência comum – o sentimento de marginalização e exclusão da política imperial:

Marginalizados pelas instituições imperiais, como as cátedras das faculdades, o parlamento e os partidos imperiais, o movimento intelectual da geração de 1870 buscou formas alternativas, não institucionalizadas de associação política e de manifestação pública no repertório de *formas de ação coletiva* em uso por seus congêneres estrangeiros.¹³

Primeiramente, destaco a dimensão desse movimento como forma de ação coletiva, pois esse aspecto é fundamental na maneira como percebo o empreendimento de Campos Porto com os *Apontamentos*, enquanto inserido nessa forma de ação coletiva dos contestadores republicanos, que compunham livros, opúsculos, ou discursos reunidos em livros; ou enquanto possibilidade de entrever a atuação mais cotidiana da imprensa republicana, que também constitui uma forma de ação coletiva, através da seleção de Porto, que escolheu e reuniu parte da efervescência da imprensa do país pela vitória da República. A imprensa tornou-se um dos principais canais de ação coletiva dos contestadores, e se relaciona com pelo menos dois aspectos centrais desta análise: o questionamento das limitações da participação política e do uso da palavra, e de forma inter-relacionada com esta, a ampliação do espaço público e centralidade que a opinião pública adquiriu, nomeadamente a partir da década de 1880.

A política imperial era exercida sobretudo no meio parlamentar institucional, que através do princípio do liberalismo estamental¹⁴, que delimitava o exercício da

¹³ ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.275. [grifos da autora]

¹⁴ Segundo Alonso, o liberalismo estamental, o indianismo romântico e o catolicismo hierárquico eram os princípios de justificação imperial. O liberalismo no Segundo Império obedeceu às necessidades práticas da política imperial, no qual sobrepujaram as motivações econômicas; e a cidadania plena foi instituída como o direito de um pequeno grupo, no qual os votantes representavam os politicamente impedidos e o centro do liberalismo era antes a ordem que a liberdade. Portanto, “[...] a concepção de liberalismo presente nas instituições imperiais foi

cidadania (entendida aqui como dever, não como direito) aos proprietários membros dos partidos liberal e conservador. O crescimento e a importância que certos grupos, que estavam fora da lógica da política imperial foram adquirindo¹⁵ não foi acompanhada da abertura à participação política.

Esse sentimento de marginalização política, proporcionou a procura por outros meios para canalizar suas insatisfações e seus projetos reformistas, evidenciando um aspecto do estudo do discurso que utilizo nesse trabalho, a saber, o próprio discurso como objeto de debate e não apenas como revelador dele, ou seja, como questionamento constante da *exclusão* e da *interdição*. Pois ele próprio foi objeto de disputa, uma vez que foi incorporado como alternativa de ação política para esses grupos, que estavam alijados da participação política institucional, ou seja, do uso “autorizado” da palavra. Assim, além da mobilização argumentativa, a própria disputa que se deu pela possibilidade de uso da palavra, que foi sendo alargada, é profundamente interessante para ampliar as possibilidades de análise destas questões e investigar como se formaram esses acontecimentos, apesar das coerções inerentes aos conflitos do discurso.

Nesse sentido, o estudo de Michel Foucault sobre o discurso enquanto acontecimento oferece uma perspectiva que redimensiona essa questão, me permitindo trabalhar com as condições de possibilidade, de surgimento, modificação e repetição dos acontecimentos discursivos, propondo os seguintes procedimentos:

sobretudo negativa. O sistema político imperial era liberal no sentido antiabsolutista [...]” (p.61) no sentido de limitar as ações do príncipe, não para incluir a parte da população fora da elite no exercício da cidadania. “O governo representativo gerava uma “comunidade política” intermediária entre o rei e o povo, hierarquizando os membros do Império, sem excluir diretamente nenhum grupo social” (p.62). ALONSO, A. **Op.cit.**, 2002.

¹⁵ Considero importante atentar para esse descompasso destacado por Ângela Alonso: A autora perscruta a distância entre as novas oportunidades de ascensão social de alguns grupos e as limitadas possibilidades de atuação política imperial. Num processo que a autora chama de *modernização conservadora*, que consiste na tentativa do gabinete ministerial de Rio Branco de modernizações nas estruturas do império – tanto políticas, quanto infraestruturais (que permitiram maior deslocamento de pessoas e informações, aspecto importante para a nova fase da imprensa), escolares (acesso ampliado ao ensino superior), e mudanças no regime de trabalho – foram apenas parcialmente realizadas devido a reação e a resistência a mudanças pela elite imperial. Assim, além de acirrar os conflitos intraelite, a modernização tentada ampliou o acesso a oportunidades políticas a grupos antes totalmente excluídos, dessa forma, a tentativa frustrada de modernização gerou mais descontentamentos e simultaneamente mais meios de expressá-los, daí uma atuação mais profícua dos grupos contestadores. Conforme Alonso: “os recursos materiais, políticos e simbólicos de todos os grupos sociais foram afetados tanto pela crise política quanto por uma modernização conservadora, gerando simultaneamente descontentamentos e a capacidade de expressá-los. Os contornos da população capacitada para a mobilização política se dilatava: vários grupos sociais marginalizados pelo arranjo político imperial adquiriram condições de expressar publicamente seus dissensos e projetos.” (p.42). ALONSO, A. **Op.cit.**, 2002.

De uma parte o conjunto “crítico”, que põe em prática o princípio da inversão: procurar cercar as formas da exclusão da limitação, da apropriação de que falava há pouco; mostrar como se formaram, para responder a que necessidades, como se modificaram e se deslocaram, que força exerceram efetivamente, em que medida foram contornadas. De outra parte, o conjunto “genealógico”, que põe em prática três outros princípios: como se formaram, através, apesar, ou com o apoio desses sistemas de coerção, séries de discursos; qual foi a norma específica de cada uma das e quais foram suas condições de aparição, de crescimento, de variação.¹⁶

A proposição de Foucault para a compreensão do discurso é bastante densa e nela me apoio em vários pontos deste estudo, todavia destaco agora especialmente a percepção destes acontecimentos em sua formação, *através e apesar* das coerções políticas que excluía os contestadores do uso autorizado da palavra bem como da atuação política institucional, dessa forma percebo-o como uma (re)ação e questionamento incessante da exclusão e da interdição pela qual se viam limitados, atuando na abertura do espaço público de debate, no qual destaco a imprensa.

Grandiosa e soberana deusa da opinião

A ampliação e ressignificação do espaço público se relaciona com o desenvolvimento da opinião pública¹⁷, aquela que não é privada e nasce do debate público, e tem como objeto a coisa pública. Nesse sentido, a acepção de opinião pública se opõe a lógica de discussão política do Império, em tese balizada pelo liberalismo estamental e fechada ao debate bipartidário parlamentar dos cidadãos de direito, que restringia a opinião pública a um conjunto restrito de brasileiros. Sob a influência dos grupos de pressão contestadores, a opinião pública extrapola esses limites e adquire nova importância, notadamente pela rua e pela imprensa, formas utilizadas pela população das cidades como via de reivindicação. A essa transformação importante na forma de fazer política Maria Tereza de Mello chama de *politização*:

¹⁶ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p.60-61.

¹⁷ MATTEUCCI, Nicola. Verbete *Opinião Pública*. In: BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO. **Op.cit.**, 1998.

A rua foi ressignificada. Adquiriu um sinal positivo como o espaço do uso público da razão – da crítica, nos termos da época – e como lugar da verdadeira representação popular. A rua passou a disputar, e vantajosamente no final da década, com o Parlamento o *locus* do fazer político, num claro avanço do conteúdo republicano que a experiência do Primeiro Reinado e da Regência hesitou em assumir.¹⁸

À ideia de politização salientada por Mello relaciono a noção de republicanização, sobre a qual reflito neste trabalho. Pois entendo que essa politização pavimentou o caminho para as aspirações dos republicanos, ao colocar em debate através da opinião pública, seus valores ou ideias, ou a ela vinculadas por meio da propaganda, aspecto que trabalharei de forma mais detida no segundo capítulo. A politização da sociedade fortaleceu a opinião pública como “força legitimadora” e ganhar essa opinião, na rua ou através da imprensa era o que interessava aos propagandistas.

Posto isto, faz-se necessário investigar algumas características da imprensa na época, que se distingue por um traço fundamental, também ligado a sua politização: a combatividade. Sendo característica central da propaganda, como pontuei, *um esforço consciente e sistemático* de convencimento, a imprensa republicana ou reformista liberal (plataformas que muitas vezes se confundiam) teve sua ação norteadada pelo engajamento. Os contornos indefinidos entre jornalistas e literatos emprestavam à militância impressa o melhor do meio literato, constituindo um espaço de atuação privilegiado dos propagandistas, que alçou a imprensa ao lugar social de palco privilegiado das discussões políticas. A imprensa brasileira, que posteriormente se arrogaria o lugar da objetividade e imparcialidade, durante o século XIX, sobretudo em momentos de crise, notadamente durante as campanhas abolicionistas e republicanas, pode ser denominada *imprensa de opinião*:

Cumpria-se a fase heróica do jornalismo brasileiro, arrebatado pelos ideais de gerações que fizeram da imprensa o instrumento eficaz de crítica ao regime, arauto quase exclusivo das forças descontentes. Na bagagem de seus agentes – fossem publicistas, jornalistas, bacharéis, autodidatas, caricaturistas – estava o jornalismo de combate, conjugando a causa política, a linguagem empolada e os compromissos literários. Nasce daí a construção da mística republicana como proposta de modernidade, a despeito do

¹⁸ MELLO, Maria Tereza Chaves. **A República consentida: cultura democrática e científica no final do Império**. Rio de Janeiro: Editora FGV, Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007, p.29-30.

jornalismo áulico de exaltação ao imperador que permaneceu até as vésperas do golpe militar.¹⁹

A ideia de imprensa combatente e missionária foi bastante valorizada pelos jornalistas, que se percebiam como fundamentais no esboroamento do Império, bem como na construção da nova ordem. A ação da imprensa na republicanização da opinião pública brasileira está entre as justificativas para a importância dada por César Barros ao trabalho dos *Apontamentos*, segundo o seu prefácio: “A Imprensa, essa soberana e grandiosa deusa da opinião, devia merecer que se arquivasse o seu mais solene palpar pelos acontecimentos imorredouros de nossa proclamação, como Nação livre, perante o mundo.”²⁰. A obra de *patriotismo e sacrifício* da imprensa e do Partido Republicano são destaque nos *Apontamentos*, dentre as poucas palavras de autoria própria, Campos Porto atribui uma dedicatória especial aos seus companheiros de trincheira republicana: “Ao Partido Republicano. Homenagem ao reconhecido patriotismo daqueles que não pouparam sacrifícios da causa que regenerou a Pátria.”²¹

A imprensa é temática essencial nos artigos selecionados por Campos Porto, destacando-se tanto a sua atuação na ascensão do novo regime, quanto na sua função em conservá-lo. Entretanto, muito mais do que uma simples constatação ou exaltação do papel da imprensa, é possível notar um apelo ao governo provisório pela manutenção da atuação livre da imprensa. A compilação presente nos *Apontamentos* constitui, num certo sentido, um libelo da imprensa a várias questões – que analisarei no decorrer do trabalho – relacionadas a plataformas anteriores da propaganda republicana e apelos ao governo provisório. Mas nesse momento, o que me interessa destacar é a ideia de que a manutenção da liberdade de imprensa seria fundamental para a força do novo governo, que deveria conservá-la. Dentre os vários artigos que sublinham a importância da imprensa, e promovem essa campanha pela sua valorização na constituição e na manutenção do regime republicano, seleciono o artigo “A Cidade e a Bolsa”, do jornal *Novidades*²²:

¹⁹ MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tânia Regina de (org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p.79.

²⁰ CAMPOS PORTO. **Apontamentos**, 1890.p.X.

²¹ CAMPOS PORTO. **Apontamentos**, 1890. Terceira página dedicatória, s/n.

²² O jornal *Novidades*, da capital carioca, é selecionado algumas vezes por Porto, seu editorial assume-se de tendência conservadora, não é entusiasta da república, nem contra ela, e pede sobretudo a conservação da ordem

A imprensa, que é a força moral da sociedade, deve ficar revestida da plenitude de sua ação, para poder apoiar eficazmente a força militar, que é, também, uma emanação da soberania da nação. (...) À imprensa compete apoiar o governo constituído defender este último baluarte da ordem social, e ao poder de fatos garantir a mais livre expansão de opiniões. Será um sinal de força e estabilidade.²³

Todavia, se é preciso considerar as limitações de alcance da palavra escrita numa sociedade predominantemente analfabeta, é interessante atentar para crescente urbanização, sobretudo da capital da Império, que possibilitou um novo uso e politização do espaço público, intensificada pela campanha abolicionista e a campanha republicana. A apreensão pela população das ideias republicanas, mesmo que de forma difusa²⁴, alcançava a divulgação pela leitura pública de jornais, grande difusão de *charges*, pelas conversas nas ruas, pelo encontro com os propagandistas e nas maiores cidades com os *meetings*, associações e clubes republicanos. Dessa forma, funcionava a exposição pública, essencial para os publicistas, e a imprensa não apenas se beneficiou da politização do espaço público, como também atuou fortemente nesse processo. Mello, em *A República Consentida*, discute a importância da imprensa na ampliação do espaço público e a centralidade desse veículo na vida social do final do século XIX:

A agitação política da década multiplicou o número de jornais e sua influência social por ser ao mesmo tempo efeito e causa da intensa politização da época e por acolher e ser a principal fonte de divulgação da produção cultural e literária. Ampliou, pois, a função que a imprensa teve na Regência, o primeiro grande momento do jornalismo brasileiro. A importância que a imprensa adquiriu na vida social de então é sem paralelo com os dias de hoje.²⁵

e da liberdade de imprensa: "Desta maneira, cumprimos o dever que ontem nos impusemos de não ser neutros ante a crise atual. Eco das opiniões do comércio e das classes conservadoras, é a ordem, é a legalidade, que exigimos." "A Cidade e a Bolsa" – Novidades (Rio de Janeiro). CAMPOS PORTO. **Apontamentos**, 1890, p.80. Os artigos citados dos *Apontamentos* terão este formato: o título do artigo entre aspas, o nome do periódico e o local de publicação.

²³ CAMPOS PORTO. **Apontamentos**, 1890. "A Cidade e a Bolsa" – Novidades (Rio de Janeiro), p.80.

²⁴ Maria Tereza de Mello em seu estudo sobre a cidade do Rio de Janeiro, na passagem do Império para a República, ressalta algumas formas de entendimento da população sobre as discussões republicanas e as críticas ao Império. O próprio conceito de república tinha diferentes entendimentos. As noções de *república* eram vagas e se confundiam, se ligando a ideias como a de "felicidade futura", bagunça ou oposição, Mello: "[...] o emprego que se vinha fazendo do termo "república" para traduzir a futura felicidade do Brasil [...]" (p.51) ou ainda como "fuzarca e desmando" ou "oposição a tudo". A politização é também percebida pela autora através das manifestações populares, como o carnaval, que trazia como tema as discussões políticas do momento. Ver: MELLO, M.T. **Op.cit.**

²⁵ MELLO, M.T. **Op.cit.**, 2007, p.79.

Nesse sentido, o trabalho de Campos Porto é representativo a respeito da imprensa como meio fundamental da propagação das ideias republicanas pelo Brasil. Apesar do trabalho de Porto constranger nesse sentido, uma vez que reúne jornais de todo o país objetivando – como ação discursiva – a afirmação da vitória e do alastramento do republicanismo, esse aspecto da difusão pode ser considerado como um indício mesmo, em algum nível, desse compartilhamento, via imprensa, das discussões republicanas pelo Brasil.

As ideias em seu devido *não-lugar*

É tempo de lembrar, segundo Jacques Julliard²⁶, “que as ideias não passeiam nuas pelas ruas; que elas são levadas por homens”, os intelectuais, homens que mobilizam essas ideias e, a partir dos dilemas do seu tempo, produzem formas de entendimento dessa realidade, tornando-se criadores e mediadores culturais. A noção de “mediadores culturais” é utilizada por Sirineli para uma apreensão mais ampla da atividade intelectual. Entretanto, me interessa sobretudo sua concepção mais restrita, ligada a noção de engajamento político.²⁷ Essa dimensão de engajamento é central ao entendimento de *intelectual* que utilizo aqui, e se liga diretamente a existência de um espaço de sociabilidade que possibilite esse trabalho de intervenção política visado pelo engajamento. Rebeca Gontijo atenta para esta relação estreita entre o engajamento do intelectual moderno e seu espaço público, e:

[...] relaciona a existência do intelectual moderno à emergência de um espaço público capaz de dar sentido a sua atividade de criação cultural, garantindo-lhe certa autonomia. Sendo assim, afirma-se que não há meio intelectual sem a existência de um espaço público de debates, ou ao menos de um modelo de espaço público.²⁸

²⁶ Julliard é citado por Sirineli, quando este trata da importância do estudo das ideias em relação com o meio dos intelectuais, seu contexto político, social e cultural: “E a exploração desse campo [ideias no meio dos intelectuais] se fará pela reinserção dessas ideias no seu ambiente social e cultural, e por sua recolocação em situação num contexto histórico.” (p.258) SIRINELLI, *Op.cit.*, 2003. Referência ao texto de Julliard: JULLIARD, Jacques. Sur un fascisme imaginaire: à propos d’un livre de Zeev Sternhell, *Annales ESC*, 39º ano, nº 4, julho/agosto, 1984, p.855.

²⁷ Para definições ampla e restrita de “intelectual” ver: SIRINELLI, *Op.cit.*, 2003, p.242-243.

²⁸ GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: SOIHET, Raquel. BICALHO, Maria Fernanda B. GOUVÊA, Fátima S. (org.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p.263.

Dessa maneira, retomando um ponto já discutido, reforço a atuação dos intelectuais da *geração 1870*, com a ressignificação do espaço público da rua (destaca-se esse elemento sobretudo no Rio de Janeiro, conforme Mello) e da imprensa brasileira no final do Império, como determinante no surgimento e na ampliação deste espaço, que constitui uma condição de possibilidade do trabalho intelectual engajado, que no Império se restringia sobretudo aos meios institucionais de debate; espaço vedado à discussão pública em sentido amplo. Como questionamento desta interdição, o movimento intelectual atuou na ampliação deste espaço, o que impulsionou sua capacidade de intervenção política.

Campos Porto, como um desses a(u)tores do político, insere sua compilação num esforço contínuo dos intelectuais republicanos, sobretudo desde 1870, em promover e legitimar sua causa. Por isso, é importante ressaltar que não é possível entender esse "movimento intelectual" como uma produção autônoma, apenas relacionada a análises e filosofias descoladas da prática política, ela é portanto, essencialmente política. Tal como é apontado por Ângela Alonso, essa intelectualidade de fins do século XIX, pensa e mobiliza ideias e conceitos a partir de motivações práticas, ou seja, como ação política. De acordo com a autora:

As abordagens cognitiva e prática podem se completar se levarmos em conta que representações e comportamentos são articulados em "estratégias de ação" criadas pelos agentes sociais (Swindler, 1986). Há uma complementaridade entre textos e formas de ação, escritos e práticas se unificam politicamente.²⁹

Portanto, os "intelectuais" nessa análise são entendidos nesse duplo e indissociável papel de agentes sociais que atuam teórica e praticamente, ou de forma mais complexa, mobilizam as ideias como prática política. Esse entendimento, complexificado, da ação política do movimento intelectual desfaz algumas armadilhas que dificultam a compreensão da atuação desses intelectuais na desconstrução simbólica do Império, bem como na propagação do republicanismo no Brasil. A mais difundida dessas concepções lega a intelectualidade do período a pecha de imitativa, alienada e inconsistente, reproduzindo sem qualquer preocupação lógica correntes importadas da Europa, o que José Murilo de Carvalho chama de "maxixe do republicano doido":

²⁹ ALONSO, A. *Op.cit.*, 2002, p. 39.

Por último, é preciso mencionar também a movimentação que se deu no mundo das ideias e das mentalidades. A República não produziu correntes ideológicas próprias ou novas visões estéticas. [...] Criou-se um ambiente que Evaristo de Moraes chamou com felicidade [sic] de porre ideológico, e que poderíamos chamar, sob a inspiração de Sérgio Porto de maxixe do republicano doido. Nesse porre, nesse maxixe, misturavam-se, sem muita preocupação lógica ou substantiva, várias vertentes do pensamento europeu.³⁰

Segundo Ângela Alonso, que refuta esse entendimento, a conclusão pela imitação resulta da assimilação acrítica das interpretações posteriores construídas pelos próprios contemporâneos já na República (especialmente na fase em que as críticas ao regime aumentaram) e a suposição de um campo intelectual autônomo, descolado da prática política. Contudo, essa separação do exercício intelectual da atuação política não se aplica a intelectualidade do século XIX, no qual esses campos estavam ainda formando sua autonomia. Com uma preocupação sobretudo política (prática), os intelectuais brasileiros mobilizavam teorias que servissem a sua ação política, sem muito cuidado com possíveis incoerências teóricas. Portanto, a preocupação era essencialmente *substantiva*, usando as palavras de Carvalho. Dessa forma, qualquer estudo que vise à análise teórica do movimento intelectual da *geração 1870* concluirá pela limitação e imitação dos intelectuais brasileiros: “Neste tipo de raciocínio, os agentes do processo são as ideias. Os 'intelectuais' são seus meros portadores. Como se ideias, lembra Ringer, por alguma força lógica ou verdade imanente, fossem capazes de produzir pensamentos e ações dos agentes num determinado sentido.”³¹

Ao perceber, conforme destaquei, a demanda efetivamente prática da ação destes intelectuais, voltados que estavam para as questões políticas do país, este entendimento se dilata, escapando às avaliações que primam pela coerência teórica das ideias. O que nos possibilita considerar como agentes não as ideias, mas os homens que delas se utilizavam. Com, isso ressalto a dinâmica dos intelectuais entre as teorias europeias e a realidade brasileira, pois era a percepção de diagnósticos e a produção de prognósticos sobre a política brasileira que motivavam as seleções teóricas. A abordagem política do movimento intelectual privilegia a forma como a

³⁰ CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.24.

³¹ ALONSO, A. **Op.cit.**, 2002, p.32.

teoria se vincula a experiência política, percebendo assim que “escritos e práticas se unificam politicamente.”³², a isto relaciono a constituição dos escritos em si como práticas, como ato linguístico. Assim, o recurso ao repertório da época se justifica a partir de seu arranjo histórico e prático, profundamente engajado com as problemáticas nacionais, dirimindo a percepção do movimento como imitativo, e menos ainda como alienado.

A noção de repertório é trabalhada por Ângela Alonso por analogia a uma “caixa de ferramentas” de ideias, disponíveis num certo tempo, compondo o *pensável* da época: “Um repertório é o conjunto de recursos intelectuais disponível numa sociedade em certo tempo. É composto por padrões analíticos; noções; argumentos; conceitos; teorias; esquemas explicativos; formas estilísticas; figuras de linguagem; metáforas.”³³ Dessa forma, percebo o “bando de ideias novas” como constituintes de um repertório ocidental comum em voga durante grande parte do século XIX, e por isso, largamente utilizado e difundido entre a intelectualidade, da qual a brasileira não se exclui, mas a utiliza de acordo com sua prática política. Esse repertório responde aos problemas da agenda nacional identificados pelos intelectuais, que dessa forma, inovam nas teses mas não nos temas.

Reconhecidos pela sociedade, os temas e problemas foram polemizados pelos contestadores habilmente através da propaganda; que retirando esses temas de uma agenda comum teve respaldo da opinião pública e nela atuou, recolocando essas questões apoiados num novo arsenal de ideias, que colou à Monarquia como a causa do atraso do país, verificado nos diagnósticos feitos pelos intelectuais. Entre os temas mais discutidos estavam o emperramento do regime monárquico, a política de privilégios para o preenchimento de cargos públicos, a centralização política, o regime de trabalho e a contenda do Império com o exército (este aspecto é destaque nos artigos que compõem os *Apontamentos*, pós-proclamação, em que o apoio do exército é crucial), habilmente exploradas pelos propagandistas. Maria Tereza de Mello ao refletir sobre a questão, pondera sobre a inovação na análise, mas a manutenção dos temas na prática dos intelectuais: “[Os intelectuais] Conheciam as teorias que respaldavam o progresso nos países avançados e gostariam de adaptá-las

³² ALONSO, A. *Op.cit.*, 2002, p. 39.

³³ ALONSO, A. *Op.cit.*, 2002, p. 39.

as nossas necessidades e urgências, inovavam nas ferramentas de análise, mas não nos temas, que foram recolher no repertório liberal. E exatamente por isso tinham eco na sociedade.”³⁴

Segundo Skinner, essa compatibilidade é essencial para o sucesso da ação política através dos atos discursivos, pois alicerçar a ação numa base já existente concorre para legitimá-la e dar-lhe repercussão. Atuando sobre o vocabulário, não apenas lexical, mas também temático, que justifica a política vigente, a qual se quer contestar. Tal reflexão explica, em alguma medida, o êxito da propaganda republicana, que agiu na tradição imperial, visando transformá-la.³⁵

Quando insisto na intencionalidade da ação dos propagandistas não descarto a importância de suas ações contingentes, mas analiso a partir de dois pressupostos. Primeiro, para este estudo, considero sobretudo a inserção do trabalho intelectual na propaganda³⁶, por definição, intencional e sistemática³⁷. Considero também esta ação de propaganda como parte de um movimento intelectual, que constitui uma modalidade de movimento social, que por conseguinte, não prescinde de algumas

³⁴ MELLO, M.T. *Op.cit.*, 2007, p.13.

³⁵ Skinner reflete sobre seus princípios de análise dos atos linguísticos no Prefácio de *As fundações do pensamento político moderno*. Sobre a busca de legitimidade do ato linguístico, mesmo o de contestação, dentro de uma tradição política já existente, Skinner pondera: “(...) se considerarmos a posição de um ator político desejoso de ingressar numa via específica de ação que ele também pretenda, para usarmos a fórmula de Weber, exibir como legítima. Um tal agente pode dizer-se que tem fortes motivos para querer que sua conduta se defina nos termos de um vocabulário já normativo da sociedade, um vocabulário que possa a um só tempo descrever e legitimar seus atos.” SKINNER, Q. *Op.cit.*, p.12.

³⁶ Algumas características da propaganda política, tratada por Sani Giacomo, nos auxilia a percebê-la como uma tentativa de intervenção política, pautada sobretudo em certezas, aspecto essencial da propaganda como ação política. Pois, na propaganda “[...] a informação nunca é apresentada em toda a sua inteireza, contendo sempre um elemento de valor bastante acentuado, geralmente assinalado pela presença de adjetivos “fortes”; ao mesmo tempo, os argumentos eventualmente contrários, ou são ignorados, ou ridicularizados, ou tratados como irrelevantes, mas sem nunca se entrar na sua essência. Mais: a posição de quem emite a informação é sempre a de quem apresenta conclusões absolutamente certas e incontroversas e não pontos discutidos: a expressão da dúvida e da perplexidade não é o ponto forte do propagandista. Finalmente, já que a mensagem não cai no vazio, mas é interpretada e decodificada à luz das orientações preexistentes, a Propaganda tende a inserir a ideia, a opinião ou a mensagem nova na estrutura dos elementos já existentes, alterando a sua ordem o quanto menos possível.” SANI, Giacomo. Verbete *Propaganda*. In: BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, *Op.cit.*, 1998, p.1020.

³⁷ É interessante relacionar essa ideia de ação sistemática da propaganda à noção de “séries” de Foucault. Segundo o autor, os discursos constituem acontecimentos distintos mas percebidos em suas condições de aparição e sobretudo de repetição constituem séries regulares de acontecimentos, que se ligam pela identidade ocasionada pela sua repetição: “A repetição indefinida dos comentários é trabalhada no interior pelo sonho de uma repetição disfarçada: em seu horizonte não há talvez nada além daquilo que já havia em seu ponto de partida, a simples recitação. O comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado. A multiplicidade aberta, o acaso são transferidos, pelo princípio do comentário, daquilo que arriscaria de ser dito, para o número, a forma, a máscara, a circunstância da repetição. O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta. (p.25-26), podendo inclusive formar “disciplinas” ou “doutrinas”. O conceito de doutrina é relevante por permitir se pensar a ideia de pertencimento a um discurso compartilhado deliberadamente por indivíduos: “A doutrina ao contrário, tende a difundir-se; e é pela partilha de um só e mesmo conjunto de discursos que indivíduos, tão numerosos quanto se queira imaginar definem uma pertença recíproca.” (p.42). In: FOUCAULT, M. *Op.cit.*, 1996.

pautas e/ou objetivos. Portanto, não quero com essa afirmação dizer que a ação deste movimento foi dotada de racionalidade plena³⁸, mesmo porque destaca-se sobremaneira a dimensão afetiva do trabalho de propaganda, que é eminentemente apelativo; mas refletir sobre ação política a que se propunham e o caráter transformador do qual se viam imbuídos, ou seja, ligada a mudança do sentimento político. É calcada nestas premissas que me apoio na hipótese de que as ideias não *desembarcaram*, foram buscadas, selecionadas e aplicadas.

E a realidade se ri...

No trabalho de propaganda, direcionado para a republicanização da sociedade, não se envolveram apenas os grandes intelectuais, mas também um grande número de publicistas engajados nesta empreita minuciosa e quotidiana. Nesse sentido, a compilação de Porto é importante pois nos permite entrever esse trabalho constricto, além do próprio ato discursivo dele, reunindo esta documentação, neste contínuo que se inicia na década de 1870 e se estende, mesmo depois de feita a República, de acordo com a necessidade de afirmação do novo regime. Defendo assim, que o movimento intelectual, apesar de suas limitações, pois trata-se de uma modalidade de movimento social em certa medida de elite, atuou a partir da propaganda na desafeição ao regime, malgrado a afeição ao monarca, e constituição da República, frente às inúmeras possibilidades que se debatiam em seu início.

A relevância destas ações estão não somente na sua afirmação enquanto ação política, conforme defendi neste capítulo, mas nos elementos e repertórios que mobilizou, sobretudo aqueles ligados à ideia de progresso, noção tão cara ao período. A ação dos propagandistas, de mobilizar as noções relativas ao ideal de progresso e vinculá-las estreitamente ao projeto político de República – em suas formas plurais,

³⁸ Esse alerta é feito por Jean-François Sirinelli: "A ingenuidade é grave quando se supõe que o engajamento político procede da lucidez, ela própria alimentada pela Razão. E forçoso é constatar que, nesse engajamento, o sentimento e a afetividade algumas vezes prevalecem sobre a Razão. Sem dúvida, tais motores da ação são em si mesmos altamente respeitáveis. Mas surge assim mesmo uma contradição, é preciso insistir nisso, quando, ao mesmo tempo, é precisamente em nome da Razão que se faz essa intervenção, e quando é esta referência legítima, aos seus próprios olhos e nas representações coletivas, a ação dos intelectuais. E há aí, convenhamos uma verdadeira questão de história, cuja resposta varia sem dúvida com os indivíduos e os grupos estudados, e com os contextos históricos. Mas o pesquisador não pode se eximir inteiramente, a não ser correndo o risco de alterar sua abordagem e de falsear a perspectiva." SIRINELLI, *Op.cit.*, 2003, p.260.

articuladas a idealização de um *reformismo revolucionário* servirá de baliza aos questionamentos do capítulo seguinte, perpassando outros pontos de reflexão pensados a partir da documentação.

Por ora, justifico o que chamo de republicanização pensando num processo de aprendizagem da República no Brasil, bem anterior a 1889, através de atos discursivos contínuos, difusos e múltiplos em suas percepções, mas que também por essa razão denota a amplitude de seu alcance. Esse contínuo é integrado pelo Manifesto Republicano de 1871, pela fundação do Partido Republicano Paulista em 1873, pelos *meetings* de Silva Jardim em fins da década de 1880, pelas centenas de periódicos republicanos surgidos no país inteiro, pela compilação de Campos Porto para os *Apontamentos* e outros infindáveis exemplos, não de forma única ou dotada de uma lógica imanente, mas como acontecimentos que objetivavam a legitimação do projeto republicano, ou de algum tipo de projeto republicano, no Brasil. Dessa forma, destaco o trabalho intelectual como também dotado de eficácia própria, o que pode ser mais bem compreendido se pensado como ato linguístico. Ângela Alonso, ao refletir sobre a formulação desta questão, problematiza a periodização usual da história republicana, propondo uma outra forma de percebê-la:

A periodização usual, que começa uma história totalmente nova a partir do 15 de novembro, perde de vista as continuidades entre o reformismo da geração 1870 e o debate nacional na consolidação da República durante a “década do caos”. A agenda aberta nos anos 1870 somente se esgotou no governo Prudente de Moraes, um dos membros do movimento de contestação. Nesse momento se equacionaram questões políticas, com a institucionalização de um regime de governo republicano, federativo e presidencialista, e a “social”, com a imigração europeia proletária e católica substituindo a escravidão.³⁹

À guisa de conclusão, penso na republicanização como uma transformação paulatina da *cultura política*⁴⁰ brasileira, que a partir da década de 1870 sofreu a ação da propaganda republicana, que concorreu para o acontecimento do novo regime.

³⁹ ALONSO, A. *Op.cit.*, 2002, p.336.

⁴⁰ Trabalharei a noção de cultura política de forma mais detida ao longo do trabalho, mas tomo por base o trabalho de Karina Kuschnir e Leandro Carneiro, segundo os autores, cultura política pode ser entendido, de forma sintética como a “expressão do sistema político de uma determinada sociedade nas percepções, sentimentos e avaliações de sua população” (p.229). Ver: KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. **As dimensões subjetivas da política**: cultura política e antropologia da política. Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.24, p. 227-250, 1999.

Pois, se a data da proclamação foi razão de surpresa, o ocaso do Império, era percebido havia algum tempo como inevitável, e nisso a propaganda republicana teve uma ação profícua, representando a República como coroamento de um processo, a afirmação do progresso e da razão, e por isso, necessário e incontido. O trabalho de Campos Porto se insere nesse esforço de comprovação dessa realidade. A campanha que se inicia em 1870 desdobra-se e, em 1889, ainda em atividade, lida com a contingência da necessidade de justificar o estabelecimento da República, apostando especialmente em seu aspecto progressista e definitivo. Dessa forma, percebo a necessidade de se compreender, simultaneamente, a continuidade da republicanização a partir da década de 1870 e as incertezas de um processo tenso e plural, que ainda demandava muito esforço dos propagandistas, como Campos Porto.

Tristão de Ataíde, pseudônimo de Alceu Amoroso de Lima, analisa em *Política e Letras*, o advento da República brasileira sob esse prisma da continuidade, destacando o longo processo de republicanização do Império, através do que Alceu chama de “propaganda dissolvente”, como fator primordial para a compreensão de 1889. O alerta do autor permanece válido para uma percepção mais atenta à dimensão da continuidade da ideia de república pré e pós 1889:

A incompreensão dessa continuidade suscita certas surpresas infundadas, certos problemas que se perpetuam. A indiferença do povo na Proclamação da República, entre nós, é um desses problemas. Mas a explicação não estará, em grande parte, no fato de que a República já vinha de longe? O 15 de novembro foi uma data. E uma convulsão aguda. Mas o espírito republicano vinha de tempo mais remoto.⁴¹

Essa modificação da sensibilidade política, via aprendizado republicano e o papel dos a(u)tores do político nesse interstício são fundamentais para as questões que abordo na documentação e nos caminhos que vou perscrutar nos dois próximos capítulos deste trabalho. É imperativo considerar também que a abordagem que efetuei, destacando o *discurso como ação* do *discurso em ação* – tema central do próximo capítulo, obedece apenas a uma forma de análise que visa dar relevo a dimensão do próprio discurso enquanto ação política, por entendê-la como uma proposição central para o estudo ao qual me propus, conforme evidenciei. Sendo

⁴¹ ATAÍDE, Tristão de. *Política e Letras*. In: CARDOSO, Vicente Licínio (org.). *À margem da História da República*. 3ªed. Recife: FUNDAJ: Editora Massagana, 1990. p.223.

assim, para além do procedimento de análise escolhido para a condução do estudo, percebo-as como duas dimensões intercambiáveis e inextrincáveis do discurso político, que mesmo em foco em diferentes momentos do trabalho não são compreendidas em qualquer relação de consecutividade ou hierarquia de valor.

Capítulo II – O discurso em ação: A República no Brasil e um “bando de ideias novas”

*Saber de uma deposição por telégrafo é um fato próprio do fim deste século!*⁴²
Campos Porto

Ser moderno é ser republicano?

No curso de seus desdobramentos [Revolução Científico-Tecnológica] surgirão, apenas para se ter uma breve ideia, os veículos automotores, os transatlânticos, os aviões, o telégrafo, o telefone, a iluminação elétrica e a ampla gama de utensílios eletrodomésticos, a fotografia, o cinema, a radiodifusão, a televisão, os arranha-céus e seus elevadores, as escadas rolantes e os sistemas metroviários, os parques de diversões elétricas, as rodas-gigantes, as montanhas-russas, a seringa hipodérmica, a anestesia, a penicilina, o estetoscópio, o medidor de pressão arterial, os processos de pasteurização e esterilização, os adubos artificiais, os vasos sanitários com descarga automática e o papel higiênico [...]. E não era só uma questão da variedade de novos equipamentos, produtos e processos que entravam para o cotidiano, mas o mais perturbador era o ritmo com que essas inovações invadiam o dia-a-dia das pessoas, principalmente no contexto desse outro fenômeno derivado da revolução, as grandes metrópoles modernas.⁴³

Esse trecho do texto de Nicolau Svecenko que abre o volume 3 de História da Vida na Privada no Brasil, busca apreender o turbilhão tecnológico que invadiu a vida cotidiana ocidental em finais do XIX e início do XX, marcado não apenas por inovações materiais, mas sobretudo, por uma alteração significativa na relação do homem com espaço e o tempo, em um novo ritmo, sentido como acelerado e vertiginoso. Essa dimensão tangível do progresso científico vivenciado no período teve como uma de suas faces mais importantes uma reiterada expectativa positiva no porvir, crença intimamente imbricada à noção de *moderno*. Entretanto, de acordo com Jacques Le Goff⁴⁴, no século XIX há a preponderância da ideia de progresso, que

⁴² CAMPOS PORTO. **Apontamentos**, 1890. “O intransigente” – Le Figaro (França), p.781.

⁴³ SEVCENKO, Nicolau. Introdução – O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando; SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil** – República: da *Belle Époque* à Era do Rádio. Vol.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.9-10.

⁴⁴ LE GOFF, Jacques. Antigo/Moderno. In: **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 2003.

tende a arrastar ou mesmo superar a noção de moderno, e de certa forma, exclui-la em detrimento da crença no porvir, própria do progresso.

Dessa forma, a tomada de consciência de superioridade, autoproclamada e sentida como renovação e superação do passado, o moderno, é segundo Le Goff, constituída notadamente como uma atitude: "A atuação do antagonismo antigo/moderno é constituída pela atitude dos indivíduos, das sociedades e das épocas perante o passado, o seu passado. [...] Mas o par e o seu jogo dialético são gerados por 'moderno' e a consciência da modernidade nasce do sentimento de ruptura com o passado"⁴⁵. Conduzo essa reflexão no intuito de perceber o alcance do sentimento de ruptura, próprio da atitude moderna, que neste período é inextrincável da ideia de progresso, e por ela determinada. Aspecto que é relevante para a compreensão do vínculo dos ideais republicanos a estas noções como fator determinante para o seu sucesso.

Além de alterar a percepção dos homens no tempo, conforme destaquei, as inovações tecnológicas influenciam a mentalidade identificando o progresso como orientador da atitude moderna. Na tentativa de corrigir aquilo que é percebido como descompasso entre a percepção tangível do moderno – a modernização – e uma mentalidade que não lhe seria correspondente, aqueles que se arrogam modernos justificam outras proposições ideológicas a fim de superar o atraso identificado ao passado, material e simbólico. Nesse sentido, experimentava-se também uma necessidade de modernização política que acompanharia a inexorável era de progresso, e a proposição de uma compreensão científica da política.

Apropriando-se deste ímpeto transformador e imbuídos de uma atitude moderna, a *geração 1870* brasileira sentiu-se invadida por *um bando de ideias novas*. "Um bando de ideias novas esvoaçava sobre nós de todos os pontos do horizonte..."⁴⁶ foi como Sílvio Romero se referiu a década de 1870 como marco de uma nova era do pensamento. Entretanto, a ideia de bando de ideias novas, frase frequentemente utilizada inclusive em análises da historiografia sobre diferentes aspectos do período, remete a uma aparente desordem e as conseqüentes fraqueza e mimetismo da intelectualidade brasileira, ou ainda a possibilidade das ideias por si só possuírem a

⁴⁵ LE GOFF, J. *Op.cit.*, 2003, p.175.

⁴⁶ ROMERO, Sílvio. Prefácio – Explicações indispensáveis. In: BARRETO, Tobias. *Vários escritos*. Sergipe: Editora do Estado de Sergipe, 1926, p.XXIII-IV.

capacidade imanente de simplesmente desembarcarem no país, o que embota a prática política, essencial para esta discussão⁴⁷. Desta forma, não recuso o caráter novo, ou com essa pretensão, que estas teorias adquiriram na pena dos contestadores, como paradigmas intelectuais modernos e portanto necessárias para modernização política reivindicada para o país, mas destaco que este *bando* esvoaçante de ideias compunha antes um arsenal a luta política destes intelectuais. Relacionar a atitude moderna a essa compreensão das ideias como ferramentas visa tencionar mais uma vez a percepção historiográfica, que discuti no capítulo anterior, de “porre ideológico” inconsistente e ainda fundamentar a análise que se segue como prática política inscrita num paradigma moderno.

Nesse sentido, além da marginalização da política saquarema, os vários grupos⁴⁸ tinham como traço comum o desejo de desestabilizar a ordem vigente na busca por argumentos e justificativas para expressar seus projetos de reforma em novos termos. À disposição havia uma grande multiplicidade de teorias, que variavam entre concepções ultrarreacionárias a anarquistas, mas objetivando uma luta política específica, reformista, não revolucionária, o grande mote eram as soluções liberais e elitistas da moderna política científica e na própria missão civilizadora reservada a elite intelectual. Ângela Alonso ilustra bem as formas de escolha precipuamente política do movimento intelectual da geração 1870 brasileira no amplo repertório europeu de finais do XIX:

Enquanto o movimento intelectual europeu dos anos 1870 em vários países teve íntima conexão com o socialismo [...] o movimento brasileiro contemporâneo bebeu soluções elitistas na política científica e afastou as teorias da revolução. Não foi, pois, o desconhecimento que transformou as teorias socialistas em referências marginais [...]. Foi opção política. A geração 1870

⁴⁷ Faz-se necessário ainda contextualizar esse diagnóstico de Sílvia Romero no âmbito de sua Escola de Recife. Neste trecho, Sílvia Romero exalta a contribuição da Escola, e de seus principais representantes (em especial Tobias Barreto) para essa nova era do pensamento. Atentar para o alcance das palavras de Romero, mediante uma leitura mais detida do trecho, é essencial para problematizar as generalizações atribuídas ao “bando” referido pelo autor: “Na política é um mundo inteiro que vacila. Nas regiões do pensamento teórico o travamento da peleja foi ainda mais formidável, porque o atraso era horroroso. Um bando de ideias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte. Hoje, depois de mais de trinta anos, hoje, que são elas correntes e andam por todas as cabeças, não tem mais o sabor da novidade, nem lembram mais as feridas que, para as espalhar, sofremos os combatentes do grande decênio. Positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na poesia e no romance, folclore, novos processos de crítica e de história literária, transformação da intuição do direito e da política, tudo então se agitou e o brado de alarma partiu da escola do Recife. Tobias foi o mais esforçado combatente, com o senso de visão rápida de que era dotado.” ROMERO, S. *Op.cit.*, 1926 p.XXIII-IV.

⁴⁸ Ângela Alonso delinea seis grupos de contestadores, de acordo com o cerne de suas reivindicações, em liberais republicanos, novos liberais, positivistas abolicionistas (do Rio de Janeiro e de Recife) e federalistas científicos (paulistas e gaúchos). In: ALONSO, A. *Op.cit.*, 2002.

brasileira buscou no repertório europeu teorias evolucionárias para a mudança, que requisitavam uma *intelligentsia* para geri-la e controlá-la.⁴⁹

As teorias reformistas atingiam as principais instituições imperiais, a centralização, a religião de Estado, a forma de representação política, os partidos, a escravidão, o latifúndio. Apesar dos grupos focarem em questões diferentes, o movimento intelectual visava à desconstrução da legitimidade do mundo saquarema. Dessa forma, os diferentes gêneros de criticismo, desaguavam, através da assimilação evolucionista e cientificista da política científica, na república e na federação. Nesse momento o que me interessa é destacar sobretudo a orientação científica e reformista deste novo repertório, que constitui mote para as questões que trabalho no decorrer deste capítulo, evolucionista mas conservativa. Daí a importância de atentar para um certo sentido para a constituição desse *bando*, dado pelos intelectuais na luta política e levada a efeito fora das vias parlamentares, habilmente mobilizada pela propaganda. A vinculação entre os ideais propagandeados e as teorias e vocabulário científicos, construída pelos intelectuais, aparece como um meio importante de avanço e aprendizado das novas ideias políticas no Brasil, associados também ao aspecto concreto do moderno, a modernização. A hipótese da republicanização, analisada nesta monografia, busca apreender assim à ascendência do cientificismo no Brasil como amálgama entre republicanismo e progresso, via propaganda.

Imbuídos de uma *atitude moderna*, norteados por uma convicção na superioridade das inovações e transformações, os intelectuais buscaram reunir provas a seu favor durante toda a campanha, inserindo-se no debate a favor da noção de progresso e de racionalidade, construindo o que denominavam como uma nova concepção de política, que formasse cidadãos, para que fosse possível fazer do Brasil uma nação de fato. Nesse sentido, a ideia de moderno é importante pois se vincula às noções de novo e de progresso, que funcionavam como bússolas para todas as proposições políticas republicanas, que ao se afirmarem como veículos para a realização do progresso – necessário e irresistível, legavam ao Império e à política imperial o lugar do *antigo*, ultrapassado, ou numa metáfora comum entre os intelectuais, como um edifício desmoronando. Dessa forma, num período em que não

⁴⁹ ALONSO, A. *Op.cit.*, 2002, p. 334.

ser moderno aparecia como uma sentença histórica de fracasso, o republicanismo brasileiro aproxima seus ideais, de forma quase indissociável, do moderno. E como um espelho, ser moderno – atual, novo, recente, progressista, se confunde com essa nova postura política. Entre rupturas e continuidades, a ação da propaganda perpassa o ocaso do Império e o estudo dos *Apontamentos* permite perceber alguns desses aspectos e atentar para outros importantes na percepção das transformações das culturas políticas brasileiras no final do século XIX.

***Apontamentos* – composição e disposição⁵⁰**

Os *Apontamentos* de Campos Porto possui uma organização criteriosa. Separados em capítulos, a divisão e ordenamento das partes é, segundo as palavras do autor, geográfica. Percebi a existência de três grandes repartições na obra: a primeira dedicada às notícias e documentos dos estados, outra para as notícias estrangeiras, e uma última com outro conjunto de documentos.

Esta pretensa ordem geográfica se inicia com os artigos selecionados na capital federal, a cidade do Rio Janeiro, seguida de alguns capítulos que se ocupam de documentos e ordens do governo provisório: Avisos expedidos pelo governo provisório; Ordens do dia do exército e da armada; e Ex-família imperial do Brasil – Documentos. Seguindo, posteriormente, a classificação das notícias pelo estado: estado do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba do Norte, Ceará, Rio Grande do Norte, Maranhão, Pará, Amazonas, Mato Grosso e Piauí. Tais documentos são classificados geograficamente por ele, relacionando cada estado do país com as suas respectivas notícias sobre a Proclamação, que apesar de agrupar geograficamente os estados, denota contudo a preponderância política de algumas regiões, inclusive no volume de artigos que Porto seleciona para cada região.

Critério semelhante ao usado para as Notícias Estrangeiras⁵¹, que apesar de buscar reunir um grande número de países e atestar a amplitude e alcance da

⁵⁰ Na tabela [ANEXO 1] consta, numerado, os artigos e documentos que compõem os *Apontamentos*, na qual estão identificados (quando presentes) o título do fragmento, e a autoria ou periódico no qual foi publicado. Ver p.83.

⁵¹ Com exceção das notícias publicadas em espanhol, que se mantêm na língua de origem, a maioria dos artigos publicados em língua estrangeira são traduzidos pelo autor.

proclamação da República brasileira, indo até mesmo a Oceania, a prioridade está nos países do continente americano, as outras repúblicas. Os capítulos que compõe esta segunda parte são: Estados Unidos da América do Norte, Peru, Chile, Uruguai e Argentina (juntos), Portugal, Espanha, França, Itália, Áustria, Alemanha, Suécia, Bélgica, Inglaterra, e Oceania.

A terceira parte da obra contém um amplo conjunto de documentos, nos quais se destacam as declarações de figuras proeminentes, e as adesões de associações profissionais e sociais, instituições e políticos, e biografias de políticos. Os capítulos que constituem essa parte são: Declarações; Adesões; Telegramas; Banimento e Desterro; A Constituinte; Finanças; A Revolução de 15 de novembro; O Pacote Alagoas; e Biografias. Este detalhamento é importante para compreensão da variedade documental selecionada por Porto, bem como de algumas das escolhas que pontuam a análise deste capítulo.

Questão de ordem: de incendiários a bombeiros

Circundando a projeção da calota existirá uma cinta de branca onde se lerão as palavras: – *Ordem e Progresso*, em caracteres verdes que se prendem à síntese de todo o regime normal, e ao mesmo tempo recordam aos nossos corações o modo assombroso pelo qual pacificamente, seguindo tal preceito, proclamamos a liberdade da pátria.⁵²

Perceber a ação de Campos Porto no campo da propaganda política mesmo após a configuração do novo governo – o que poderia significar a perda de sentido desta ação – implica justamente em compreender a formação da República em sua construção, atentando para a insegurança do momento e a incerteza que caracterizava as expectativas em torno do porvir do novo regime. Mas inclui simultaneamente considerar as certezas – característica fundamental da propaganda – que balizavam o discurso dos propagandistas quando do estabelecimento do governo e as implicações dessas convicções como partícipe da divulgação e alcance das ideias republicanas, certezas essas asseguradas na crença na superioridade e na

⁵² CAMPOS PORTO. *Apontamentos*, 1890. "A nova bandeira" – Diário de Notícias (Rio de Janeiro), p.129.

modernidade da forma federativa-republicana. Todavia, cumpre destacar que este contínuo de propaganda política que fundamenta, em parte, esta pesquisa, de acordo com a hipótese formulada no primeiro capítulo, sofre deslocamentos e atua com novas cores ao lidar com a contingência da República.

Nesse sentido, os *Apontamentos* de Porto, reunindo sobretudo artigos da imprensa sobre a compreensão da construção da República, mesmo quando os textos selecionados seguem orientações políticas contrárias, procura dar-lhe um sentido próprio. No intuito de buscar compreender este sentido, apreensível nos destaques, silenciamentos e escolhas de Campos Porto, me detive em dois eixos, que chamei de questões, pois as percebi como balizas fundamentais da seleção temática dos *Apontamentos*, privilegiando, para fins de análise, os tópicos a elas relacionados, que não são únicos, dado a extensão dos *Apontamentos* enquanto fonte documental.

Os *Apontamentos*, apesar de possuir uma seleção e organização baseada em parâmetros eminentemente geográficos, inclusive a disposição em que aparecem as notícias e documentos dos estados, que procura obedecer, segundo o autor, a uma suposta ordem geográfica, possuem claramente uma seleção temática. Se algumas preocupações aparecem de forma mais pontual, algumas são mais recorrentes, e como fio condutor de toda obra destaca-se a questão da *ordem*. A premência da ordem sobre as demais questões, mesmo sobre a tentativa ou necessidade de justificar a República, é destaque nos *Apontamentos*. Em todos os estados sobressai sempre algum artigo ou proclamação do governo provisório estadual sobre a necessidade de não se reagir contra os “fatos consumados”, que apenas trariam violência desnecessária. Nos artigos selecionados por Porto, a campanha na imprensa pela ordem criminaliza qualquer tentativa de resistência em nome do patriotismo em contraposição ao crime de lesa-pátria que seria a tentativa de resistência. A ordem é colocada como um dever de patriotismo e a aceitação como a única forma de evitar uma guerra civil.

Para todos os estados brasileiros, os primeiros documentos selecionados por Campos Porto são telegramas, que parecem respostas ou boletins dos governos estaduais e câmaras municipais das capitais dos estados ao governo provisório federal, noticiando sobretudo a situação do estado e a medidas de desarticulação de qualquer possível resistência. Em uma campanha pautada pela disseminação do medo

do caos de uma revolução sangrenta, casos exemplares aparecem como confirmação da inutilidade e do perigo de uma resistência, como a sublevação de soldados em Santa Catarina – presos pelo governo do estado e a tomada da Assembleia estadual da Bahia⁵³, que tinha anunciado fidelidade à monarquia e resistência ao governo provisório, anunciando no artigo seguinte a desarticulação da resistência:

A proclamação da nova forma de governo é um fato consumado, com o qual só poderá reagir quem queira provocar uma luta sangrenta sem vantagem para o país e com maior perigo para todas as classes interessadas, na plena garantia de vida e de propriedade. Todo empenho dos bons cidadãos deve ser zelar pela ordem pública.⁵⁴

Assim, além do patriotismo, o apelo à ordem se fundamenta também no temor, bastante propalado por jornais de diferentes cores políticas, da deflagração de conflitos sangrentos no país. O *Jornal do Comércio* sintetiza bem este ponto importante nos *Apontamentos*: “O Brasil não estava preparado para a república, dizia-se. Era um engano, como tem demonstrado os fatos. O que o Brasil não estava era preparado para a anarquia.”⁵⁵ A questão desloca-se, não se fala em escolher entre a monarquia ou a república, mas optar entre esta e o caos, como coloca pontualmente Rui Barbosa, a escolha não estava “entre a República e a Monarquia, mas entre a República e Anarquia”⁵⁶.

Se o temor da anarquia – percebida como sinônimo de desordem – desagradava aos intelectuais republicanos, tão pouco parecia palatável aos partidários liberais ou conservadores. Nos artigos que se referem a esse tema, a escolha entre República ou Anarquia, a decisão possível parece apenas uma: a manutenção da ordem, e conseqüentemente, a aceitação do regime. E a propaganda foi profícua nesse sentido, pois adeptos ou não, parecem convergir nesse ponto. Assim ressaltou a escolha de Porto também artigos de periódicos de diversas tendências políticas – conservadores ou liberais, que fundamentavam sua aceitação a nova ordem no medo,

⁵³ “A Câmara Municipal desta cidade, reunida hoje em sessão extraordinária, resolveu por unanimidade oficiar a V. Ex. apresentando-lhes os seus sentimentos de fidelidade à causa monárquica e das instituições vigentes.” CAMPOS PORTO. *Apontamentos*, 1890. “Últimos movimentos” – Telegrama Câmara Municipal de Salvador (Bahia), p.496.

⁵⁴ CAMPOS PORTO. *Apontamentos*, 1890. “Proclamação” – Governo Provisório do estado da Bahia (Bahia), p.500-501.

⁵⁵ CAMPOS PORTO. *Apontamentos*, 1890. “Aos domingos” – *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro), p.166

⁵⁶ FILHO, Luís Viana Filho. *A vida de Ruy Barbosa*. São Paulo, 1941, p.151. *apud*. FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. 6ed. São Paulo: Global Editora, 2004, p.202.

tão palpável, na ausência de ordem. A *Reforma*, periódico do partido liberal gaúcho expõe assim os motivos de sua adesão:

Neste momento deve ser a preocupação de todos, preservar a província da perturbação da ordem e eventualmente de uma conflagração civil. [...] Seja qual for a violência que os liberais tenham de fazer à sua opinião e aos seus sentimentos – em primeiro lugar está a manutenção da ordem pública, para que nossa província, que todos amamos, não sofra interrupção em seu progresso, tingindo-se o seu abençoado solo mais uma vez de sangue irmão. [...] A manutenção da ordem deve ser o empenho comum neste momento e a *Reforma* pede neste sentido o concurso dos seus correligionários. O partido liberal sujeita-se à força do fato consumado, no patriótico empenho de evitar uma luta civil.⁵⁷

Ainda ligado ao apelo de ordem está outro deslocamento interessante na forma de condução da propaganda, bastante recorrente na obra: o abrandamento das paixões políticas. Refiro-me a um deslocamento, pois a propaganda via imprensa, que anteriormente apostava num tensionamento constante da ordem estabelecida e operava de forma a incendiar a *agenda setting* de temas a serem levados ao debate, contribuindo eficazmente para o desmoronamento dos valores imperais e a divulgação das ideias republicanas, nesse momento tende (apelando novamente para o dever de patriotismo) para o esmaecimento das paixões e o conagraçamento da nação em torno do novo projeto. Utilizo o termo *agenda setting*⁵⁸ em referência à *Teoria do Agendamento* da imprensa, formulado por Maxwell McCombs e Donald Shaw, na década de 1970, segundo o qual a pauta para a opinião pública é determinada pela mídia quando tende a preferir, dar grande destaque ou rejeitar determinados temas. A pauta ditada pela imprensa brasileira no final do Império era eminentemente republicana ou reformista liberal e condicionou algumas das percepções deste momento histórico para seus contemporâneos.

Exemplo de pauta recorrente, essenciais na *agenda setting* da propaganda, pode ser sintetizado nas "questões" militar e religiosa, largamente difundidas na historiografia sobre o período, e que correspondem a uma série de acontecimentos em si pouco importantes, mas massivamente abordados e debatidos por esta imprensa, de forma a constituir *questões* – termo comum na época, que se tornaram

⁵⁷ CAMPOS PORTO. *Apontamentos*, 1890. "Nossa Posição" – *Reforma* (Rio Grande do Sul) p.482-483.

⁵⁸ Sobre *agenda setting theory* ver: BRUM, Juliana. **A hipótese do *Agenda setting***: Estudos e Perspectivas. Razón y palabra: Atizapán de Zaragoza, México. n.35, año 8, octubre - noviembre 2003.

assim relevantes para o debate público. São várias as referências nos *Apontamentos* à chamada Questão Militar, que em geral envolve episódios de deslocamentos que desagradavam as tropas, mudanças de comando ou punições tidas como injustificadas. Segundo Maria Tereza de Mello a relevância da Questão Militar está no grande destaque dado as essas insatisfações, que acabaram atuando no reforço a consciência identitária dos militares como categoria social, ou classe, e sua importância enquanto grupo de pressão:

O importante, como novidade política, é que o Exército se tornou um grupo de pressão. Os republicanos históricos souberam usar essa força em proveito de sua causa. Quintino, Aristides Lobo e depois Rui Barbosa tornaram-se os paladinos dos brios dos militares ofendidos. A Questão Militar, se não teve a adesão explícita da maioria do oficialato superior, nem da Marinha, agregou essa "classe", que, se dispendo até ao sacrifício pessoal pela nação, era atacada em sua "honra", em seu "brio", em seu "pundonor" – expressões recorrentes nos textos da época.⁵⁹

Por isso saliento a importância da pauta explorada pela imprensa na propaganda republicana. A nova pauta, que parece procurar responder ao advento do novo regime, preza pela manutenção da ordem serenando a discussão política, postulando o dever de patriotismo através da aceitação do novo governo pelos adversários, e também nos "bons sentimentos" dos próprios adeptos, que deveriam controlar nesse momento a força de sua *pena*. Assim, o próprio ato do Governo Provisório de oferecer à família real uma pensão considerada generosa constituía um exemplo a ser seguido pelos republicanos de aplacamento dos ódios, de acordo com numerosos artigos selecionados por Campos Porto. Em todo o livro, são vários os artigos que tratam da necessidade de desinflamar a imprensa combativa, levando inclusive alguns jornais a uma ação ainda mais prática, alterar o nome de seu periódico para comprovar sua nova missão de cooperação. No seguinte artigo, o jornal *Província de Minas* anuncia o fechamento de sua edição, sendo substituído pelo *Ordem*, que segundo o periódico não deixa dúvidas de sua nova orientação:

Nas circunstâncias atuais do país, criadas pelos recentes e extraordinários acontecimentos políticos, já conhecidos em quase todas as províncias, não teria mais razão de ser a continuação da *Província de Minas*, que durante onze anos mantivemos nesta capital [Ouro Preto na época], em luta quase ininterrupta contra os

⁵⁹ MELLO, M.T. *Op.cit.*, 2007, p.40.

desmandos dos governos e abusos da pública administração. Por isso cessou ela sua publicação. Seria, porém, egoísmo e fraqueza repreensíveis se, no período de crise e de efervescência social em que encontramos – nova memorável fase da vida nacional – nos recolhêssemos ao silêncio da indiferença, furtando-nos ao dever patriótico de cooperar dedicadamente com os que lidam intrépidos em bem do país, e da sorte de nossos amigos, antigos correligionários e concidadãos em geral, a quem devemos inúmeras e generosas provas de estima pessoal e confiança política, estima e confiança que nos honram e que publicamente agradecemos com legítimo desvanecimento. Esta a razão de, para suceder a *Província de Minas*, ora aparece esta folha – *A Ordem* –, que tem no próprio nome sua orientação e seu programa, no caminho do desconhecido em que todos estamos.⁶⁰

Nesta política conciliatória e branda dos republicanos, Campos Porto dá bastante destaque também para o outro lado, provavelmente na tentativa de valorizar a ação apaziguadora: o movimento dos antigos liberais e conservadores em encontrar um lugar na nova ordem. Dentre os vários periódicos e associações opositoras selecionadas, destaco o Partido Conservador de São João Del Rei, cujo papel é tido como essencial para não permitir uma radicalização do regime e, segundo o Partido, apontar na direção que parece seguir a república de então, seu caráter de resistência às mudanças: “Terá ele [o partido] de fortalecer-se e de constituir-se com importantíssimos elementos que sustentarão a república conservadora, como visivelmente se acentua ser o movimento atual em antagonismo aos matizes adiantados ultrademocráticos e socialistas.”⁶¹ O que sobressai é ainda a ideia de consenso e integração para a qual todos deveriam concorrer, e no qual as alternativas, uma vez que qualquer reação era tida e propangandeada como impossível, seria o ostracismo político ou a cooperação.

Nesse sentido, a mesma fórmula aplicada ao aplacamento do incendiário discurso republicano parecia ideal também para os órgãos de oposição. Com destaque nos *Apontamentos*, o posicionamento dos adversários parecem convergir para a aceitação e colaboração, sob pena de ser politicamente excluído. Ameaça que parecia real e bem sintetizada pela cearense liberal *Gazeta do Norte*, que pontua bem a questão em “Nossa posição”, se resistência não seria uma opção, e a indiferença

⁶⁰ CAMPOS PORTO. *Apontamentos*, 1890. “Proclamação da República – Ordem (Minas Gerais) p.431.

⁶¹ CAMPOS PORTO. *Apontamentos*, 1890. “Ao partido conservador do 6º distrito de Minas” – Partido conservador de São João Del Rei (Minas Gerais), p.407.

representaria a morte política do partido, a solução era colaborar com a República – decisão justificada pelo patriotismo e pela ordem. Adequar-se à nova ordem seria, além de concorrer para pautar o caráter da República, como no artigo anterior, uma questão de sobrevivência política:

Aos velhos partidos, circunscritos nas suas aspirações e atividade dentro das raias constitucionais, só restava, depois da batalha, adotar um dos seguintes alvitre: resistir, abster-se, ou entrar em campo com suas forças em prol do novo regime [...]. A resistência seria o cúmulo dos males, porque mancharia com o sangue brasileiro a bandeira da democracia triunfante, ideal para o qual todos se aproximavam, lenta ou aceleradamente. [...] O outro alvitre seria a abstenção, era por ventura pior, porque, como diz um escritor de nota: "um partido que se refugia na abstenção abstrai-se da vida nacional para eclipsar-se, torna-se esquecido, cometer verdadeiro suicídio político." [...] Restava aos velhos partidos o último alvitre – a cooperação. [...] Nossa missão não é, nunca poderia ser, visar as vantagens do governo, mas cooperar na tranquilização da ordem, na segurança do individual e da propriedade [...] O patriotismo exige que deponhamos sobre o altar da pátria as insígnias de nossa passada organização – e que, em vez de suspirarmos pelos velhos moldes liberais, redobremos de atividade para conquistarmos o velho ouro da democracia. Cumprimos esse dever aceitando os fatos consumados, e esforçando-nos por consolidar as liberdades cidadãos e locais, de que tanto precisa esta pátria, que todos amamos acima de princípios abstratos da filosofia política, e pela qual estaremos sempre prontos a sacrificar formas transitórias de governo.⁶²

O historiador José Sebastião Witter, responsável pela seleção dos artigos dos *Apontamentos* para 2ª edição⁶³ de 1990, sintetiza a razão das escolhas de Campos Porto em denunciar aquilo que se chamou de *adesismo*, as filiações de última hora. Witter quer associar os adesismos à Primeira República àqueles da Constituinte da Nova República (1989, vistos como fisiologismo), com suas manifestações imediatas favoráveis às mudanças. Dessa forma, o autor parece inferir a existência de uma persistência na política brasileira da descontinuidade dos projetos, mesmo em cem anos de regime republicano – explicação política carregada de negativismo e que merece uma abordagem talvez menos generalizante. Analisando mais detidamente a forma com que as adesões são mobilizadas por Campos Porto pretendo considerá-la

⁶² CAMPOS PORTO. *Apontamentos*, 1890. "Nossa posição" – Gazeta do Norte (Ceará), p.554-555.

⁶³ WITTER, José Sebastião. *Apontamentos para a História da República*: um registro centenário. CAMPOS PORTO, Manoel Ernesto. Seleção de José Sebastião Witter. Prefácio de Oliveira Lima. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

em outros parâmetros, que parecem mais interessantes para sua compreensão na época, notadamente como afirmação do caráter irrevogável da nova ordem política, bem como da sua aclamação.

Não há uma sessão de artigos oriundos dos diferentes estados em que não conste mensagens de adesão, além de um grande capítulo do livro dedicado exclusivamente a *coleccionar*⁶⁴ as manifestações de apoio de políticos, intelectuais proeminentes, grupos, associações e representantes de diferentes países. Conquanto não fosse admirada por vários republicanos⁶⁵ (e há alguns artigos que tratam com desdém das novas adesões), considero o destaque dado por Porto às adesões não como uma simples crítica, sobretudo pelos temas mais explorados nos artigos selecionados pelo autor, e já tratados aqui (como a ordem, o dever de patriotismo de aceitar e cooperar). Tendo em vista tais objetivos, e o livro como um todo, considero mais relevante a hipótese dessas adesões figurarem para o autor, e provavelmente para os propagandistas, muito mais como uma prova de seus pressupostos, ou seja, da inevitabilidade da República, de seu caráter evolutivo, da necessidade de ordem e cooperação, e como resultado da preparação oferecida ao povo pela propaganda, ou simplesmente, como comprovação da fraqueza da monarquia. Sendo assim, as adesões seriam não apenas aceitáveis e justificadas: "Que toda a gente aplauda agora a República e se diga francamente republicano, é coisa natural que seria estranhável estranhá-la."⁶⁶, e desejadas – como cooperação, mais ou menos sinceras, à causa e à contingência de comprovar a legitimidade do novo regime. O artigo do padre republicano João Manoel para o jornal *Cidade do Rio* é exemplar nesse sentido e no tom que os *Apontamentos* dão à questão do *adesismo*, frisando os aspectos citados:

E hoje, que tudo está radicalmente transformado, que uma nova fase se abre auspiciosa aos destinos da pátria, tenho a consolação de ver multiplicarem-se as adesões, submetendo-se quase todos ao novo regime, até aqueles mesmos que apedrejaram, que me repeliram,

⁶⁴ Entre as adesões selecionadas por Campos Porto estão a dos Estados Unidos, Chile, Argentina e Uruguai; associações comerciais, colégios e faculdades de medicina e engenharia, uniões operárias, associações de homens de cor, colônias de franceses, italianos, e alemães; repartições públicas e também uma comissão interessante de "Homens de Letras" com assinaturas de Sílvio Romero, Pardal Mallet, Aluísio Azevedo, Olavo Bilac e João Ribeiro.

⁶⁵ "O que entre nós se opera é uma revolução é antes uma regeneração política, sobretudo moral e social. Queremos uma república de honestos e leais. E que confiança nos podem inspirar estes traidores que desertam de suas fileiras ao primeiro grito de vitória derramado entre as fileiras inimigas?" (p.142) "Em nome dos puros, dos sãos, dos que não renegam os seus compatriotas, dos que nada quiseram do império e nada querem da República, nós agradecemos, mas não aceitamos a adesão da *cartola branca* do império." (p.143). CAMPOS PORTO. *Apontamentos*, 1890. "A vitória" – O Dia (Rio de Janeiro).

⁶⁶ CAMPOS PORTO. *Apontamentos*, 1890. "Linhas por baixo" – Novidades (Rio de Janeiro), p.99. [grifos do autor]

que me difamaram, que me consideraram um visionário, um insensato, um louco, um excomungado! [...] Não tardará muito que se veja formado o *grande partido dos aderentes*, ficando *os que já eram* absorvidos e nulificados *pelos que são agora*. Seja, porém, como for, essas adesões em massa, em grande parte hipócritas e fermentadas, tem sempre o mérito de denunciar a monarquia, desaparecendo desse solo abençoado, não deixou saudades, nem mesmo aqueles que mais tempo viveram à sua sombra e que mais largamente gozaram as suas graças. [...] Não faltam agora entusiastas da causa republicana. E o Sr. D. Pedro de Alcântara tinha a simplicidade de crer que podia contar com adesões sinceras, quando os fatos estão demonstrando que há muito o país já estava *republicanizado*, passando o ex-imperador pelo dissabor de ver virados *pelo avesso* os seus amigos e os seus servos.⁶⁷

“É, então, que surge com muita propriedade a expressão ‘adherente’; ‘adhesita’, a expressar o mesmo fisiologismo dos dias presentes [1990].” Essa crítica de Witter, que procura responder às inquietações do autor sobre alguns problemas percebidos neste outro momento da política brasileira, a redemocratização, se fundamenta segundo ele na quantidade exponencial de adesões pouco confiáveis também na Primeira República: “[...] foi de tal ordem e em tal quantidade, que os organizadores dos ‘papéis velhos’ do Arquivo Público do Estado de São Paulo dedicaram caixas especiais para guardá-los e ali estão identificados como ‘Adesões à República’.”⁶⁸

Com o intuito de relativizar a sentença de Witter, avento a possibilidade que as caixas “Adesões à República” seriam para os republicanos mais uma prova, consistente e de peso, da força de seu ideal, ou tão-somente do desapego à monarquia, dessa forma a força sedutora destes ideais funcionam ao mesmo tempo como aglutinadora de diferentes projetos e como efeito do ato discursivo. Convictos ou não, de primeira ou última hora, interessava, naquele momento da propaganda, destacar a quantidade crescente de aderentes e republicanos, e por conseguinte, a legitimidade do novo regime.

O objetivo de alterar a ordem, e não acabar com ela, já está claramente expresso no Manifesto Republicano de 1871: “Como homens livres e essencialmente subordinados aos interesses da nossa pátria, não é a nossa intenção convulsionar a

⁶⁷ CAMPOS PORTO. *Apontamentos*, 1890. “O padre João Manoel” – Cidade do Rio (Rio de Janeiro), p.159-160. [grifos do autor]

⁶⁸ WITTER, J. S. *Op.cit.*, 1990, p.8.

sociedade em que vivemos. Nosso intuito é esclarecê-la.”⁶⁹ Em 1889, entre os *interesses da pátria* que mais preocupavam os republicanos provavelmente estava a situação financeira da nascente República, a desconfiança de que uma revolução, especialmente se feita em desordem, poderia afetar negativamente o câmbio, açular a desconfiança dos credores e cortar o crédito. Daí também a relevância da campanha pela ordem e serem muitas as referências nos *Apontamentos*, sobretudo nas comunicações internacionais, da situação de calma social e financeira, reiteradamente difundida pelos periódicos, nos quais a ordem parecia afiançar a estabilidade financeira do país:

O sentimento do povo era republicano. Uns receavam a comoção da revolução e outros, apesar de possuídos dos sentimentos democráticos, ignoravam o que fosse a república. [...] Não foi só derramamento de sangue que procuravam evitar os inauguradores da república, evitaram também a crise econômica que assoberba todas as nações quando passam por semelhantes reformas. O câmbio conserva-se a 27 1/2, as operações bancárias no Rio continuam sem sofrer alterações, o comércio faz regularmente todas as suas transações e está a ordem econômica estabelecida em todo país. O governo provisório terá o reconhecimento da pátria: alcançou a grande vitória da democracia sem vencidos nem prejudicados.⁷⁰

O movimento republicano, notadamente o *15 de novembro*, não se propunha a fazer uma revolução social, e possuía nesse sentido uma orientação conservadora, de contestação da ordem imperial essencialmente reformista. Segundo Ângela Alonso, o movimento intelectual era notadamente reformista, não abandonando a distinção entre povo e elite ou postulando uma democracia plena, mas demandava, em seu intuito de realizar um projeto civilizatório, a constituição de uma nova elite política capaz de conduzir essa modernização. Dessa forma, a autora adota o conceito “*elitismo benevolente*”⁷¹ para ilustrar o caráter reformista da ação político-intelectual republicana. Esse reformismo é central na compreensão da *questão de ordem*, que discuto neste capítulo, e também no cuidado com a situação financeira do país, largamente abordada nos *Apontamentos*, tanto nas comunicações do governo provisório quanto nos artigos da imprensa.

⁶⁹ Manifesto Republicano (3 dezembro 1871). *apud*. BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto (org.). **Textos Políticos da História do Brasil**. Vol II. Brasília: Senado Federal, 2002. p.480.

⁷⁰ CAMPOS PORTO. *Apontamentos*, 1890. “A república” – Globo (Maranhão), p.574.

⁷¹ Capítulo: O Sentido do Reformismo. ALONSO, A. **Op.cit.**, 2002, p. 334.

Nesses termos, sob a regência de Rui Barbosa – nomeado ministro da Fazenda – o governo provisório apostava numa política econômica, nesta fase de transição, conservativa e estável, sendo a divulgação dessa estabilidade nodal para mantê-la. Isso posto, compreende-se melhor a seleção de um capítulo⁷² específico para relatar a situação financeira do país, periclitante segundo seu autor Rui Barbosa, mas mantida sob controle pelo governo provisório. Esse é ainda o principal tema dos artigos internacionais, sobretudo de ingleses, sobre a proclamação da República brasileira, nos quais se destaca a situação de dependência da economia brasileira dos capitais britânicos. O correspondente do carioca *Jornal do Comércio* em Londres faz um apanhado dos temores das folhas londrinas, salientando a necessidade da manutenção da ordem econômica no Brasil:

O que nos interessa saber é que a quase unanimidade das folhas londrinas manifestaram a ideia de que “pouco importava à Europa a forma de governo que adotassem os brasileiros, com tanto que não fosse alterada a paz no seu vasto território”. (*Daily Telegraph*). “Tão enormes são os recursos do país, dizia o próprio *Standart*, que logo que sejam cumpridos pela nova República os compromissos da nação, não há motivos para exagerada inquietação. [...]” Como se vê, deixando de parte as considerações meramente sentimentais, ditadas unicamente pelos preconceitos e preferências políticas de cada um, a única preocupação vinha a ser: até que ponto será alterada a situação financeira?⁷³

Nesse sentido, é relevante frisar que o movimento republicano de 1889 inscrevia-se historicamente na recente fase de aguda internacionalização do capitalismo, caracterizada pelo forte investimento de capital por instituições bancárias, no setor produtivo e também especulativo, sobretudo dos países periféricos, fase conhecida como capitalismo financeiro. Sendo um tópico de fundamental importância na pauta do dia – a ordem, é vasta a comunicação entre as agências de notícias e os correspondentes internacionais – figuras típicas do final do século XIX e da difusão do telégrafo, sobre a situação financeira e comercial do país nos artigos selecionados por Campos Porto. Essa internacionalização do capitalismo e mesmo das relações diplomáticas mais próximas entre os países no final do século

⁷² Trata-se de uma carta de Rui Barbosa ao Marechal Deodoro. CAMPOS PORTO. **Apontamentos**, 1890. Capítulo “Finanças – A Fazenda Nacional em 15 de novembro de 1889: Exposição ao chefe do Governo Provisório pelo cidadão Ministro da Fazenda” – Rui Barbosa.

⁷³ CAMPOS PORTO. **Apontamentos**, 1890. “Correspondências” – *Jornal do Comércio* (Londres – Rio), p.821.

XIX, marca de forma importante a necessidade de manutenção da ordem propalada pela propaganda após a construção da República, pois fundamenta as finanças nacionais, influenciando nas possibilidades de estabilidade do novo governo e em seu reconhecimento externo.

Questão de progresso: a (r)evolução republicana

Ao buscar registrar *com suas cores próprias o que houve*, conforme palavras que prefaciam o livro, Campos Porto diz compor um “subsídio, insuspeito, para a nossa história pátria”. Suspeitando deste “insuspeito”, esta segunda questão, por mim levantada no trabalho, objetiva investigar os sentidos de história que os *Apontamentos* parecem querer imprimir. Se aos olhos de Porto, a julgar por suas afirmações, não lhe parece digno expedir um juízo sobre a história que lhe é contemporânea, por não se julgar isento das paixões de seu tempo, impedindo-lhe de interpretá-la *cientificamente*, sua intenção claramente expressa é apenas de registrar. De acordo com M. César de Barros, em passagem destacada também no capítulo anterior, Campos Porto, sobretudo “prestou um grande serviço subsidiário ao historiador, quando a cor local precise de ser avivada para o colorido do grande quadro da História.”⁷⁴

Todavia, esse registro, ou serviço ao historiador, que compõe a intenção de fazer o livro, possui balizas mais ou menos precisas do que era importante lembrar e objetivava também aparar as arestas de interpretações e juízos que a autor julgava equivocados, não apenas nas interpretações (dos adeptos) que o autor privilegia em sua seleção – e estão em interpretações historiográficas posteriores – mas também ao selecionar artigos que buscam desconstruir tais equívocos, e ainda na construção de um capítulo do livro para esta finalidade. Tentando “reparar” e estabelecer a história a ser oficializada, Campos Porto marca sua interpretação histórica e contribui, como outros autores, para a construção de uma versão da história republicana. Desta forma, este objetivo, claramente expresso no trabalho de cronista, como autodenominado por Porto, tornou-se objetivo de investigação desta pesquisa.

⁷⁴ CAMPOS PORTO. *Apontamentos*, 1890. p. XI.

As leis da história têm o mesmo caráter científico que as leis que regem as matemáticas. O século XX constituirá o apogeu da humanidade pelo estabelecimento completo do regime livre concretizado na República.⁷⁵

Baseados no princípio da cientificidade da política, os republicanos conseguiram vincular de forma proeminente ao conceito de República adjetivações que não são diretamente correspondentes, e que lhe atribuíram características positivas importantes para a época, como democrática, livre, científica e evolutiva. Nesse sentido, a ideia de lei natural, bastante clara no artigo citado, tornou-se uma das principais marcas de sua campanha, antes e depois da proclamação, sendo essencial para o entendimento histórico da República, e fio condutor da ideia de história dos *Apontamentos*. A coletânea ocupa-se assim de apresentar provas desse sentido, constituindo um verdadeiro libelo, teleologicamente construído, do caráter evolutivo dos fatos políticos, testemunhados na *Revolução do 15 de novembro*, conforme denominação de grande parte dos periódicos. Entre a revolução e a evolução, os propagandistas – entre eles Porto, tendem a optar ou salientar o segundo, construindo a percepção da República como natural, nesse sentido, necessária, incontida e marca do progresso, uma fatalidade. A República como realização de um destino político da nação, orientada rumo ao progresso, converge para uma percepção histórica voltada para apreensão dessa evolução, nesse sentido, Campos Porto elenca suas *provas*.

Argumento antigo da propaganda, presente já no Manifesto de 1871, está uma suposta tradição republicana no Brasil. Fortemente presente nos *Apontamentos*, indica, via novo regime, a direção da evolução e progresso do país. Essa evolução tem como ponto fundamental a sucessão de eventos, que de acordo com essa tradição, reafirmava a formação da República como mais um passo rumo à liberdade, contando com a abolição da escravidão, em 1888, como mais um evento revelador dessa direção. Tendo como mote este *caminho de liberdade*, a República era tida como o coroamento deste processo, desta evolução. O poema *Trilogia da Liberdade*, veiculado pelo jornal *Diário de Notícias* e distribuído, segundo o periódico, pelas ruas do Rio de Janeiro no dia da proclamação, remete a este aspecto. Tal trilogia da liberdade

⁷⁵ CAMPOS PORTO. *Apontamentos*, 1890. "Campinas" – Gazeta de Campinas (São Paulo), p.368.

demonstraria, para os propagandistas, a tradição ou da vocação republicana brasileira, perseguida ou aguardada ansiosamente pelo povo:

Trilogia da Liberdade:

7 de Setembro
O povo nesse dia, ousado e forte,
A humilhada cerviz ativo e erguendo,
O jugo sacudiu, jugo tremendo,
Ao grito ingente – LIBERDADE ou MORTE!

13 de maio
Não era a pátria brasileira outrora,
Pátria de cidadãos. E o mundo inteiro,
Vendo baquear o horror de cativo,
Vai raiar no Brasil ridente aurora.

15 de Novembro
E a aurora fez-se dia. E o sol brilhante
No céu da pátria fulge neste instante.⁷⁶

Essa relação é especialmente forte entre a Abolição e a República, apesar do Partido Republicano, excetuando posicionamentos pontuais, nunca ter se declarado abertamente abolicionista, após a abolição a propaganda foi bastante habilidosa em vincular os dois eventos⁷⁷: “A segunda consequência da primeira, incisiva, lógica, fatal!”⁷⁸, saudando uma nova etapa de emancipação, a política. Nos *Apontamentos*, os artigos selecionados por Porto na imprensa têm essa percepção da história republicana bastante marcada no sentido de estabelecer esta característica evolutiva, notadamente orientada pela ideologia republicana, que em alguns artigos tendem a aparecer mesmo como uma característica inata, ou uma evolução natural. Dessa forma, é importante destacar que a República, completando o *ciclo de progresso*, para seus adeptos, não aparecia apenas desejável, como algo lógico, mas também figurava como certa, não deixava muito espaço para dúvidas.

⁷⁶ CAMPOS PORTO. *Apontamentos*, 1890. “15 de novembro” – Gazeta de Notícias (Rio de Janeiro), p.43.

⁷⁷ Em *Negros e Política* Flávio Gomes busca desconstruir essa vinculação, importante para a propaganda republicana pós 1888, ao analisar o comportamento político da população negra. Nesse sentido, o autor considera as várias manifestações monarquistas desses grupos, sobretudo da Guarda Negra, famosa pelos conflitos com os republicanos. É relevante destacar ainda que a própria abolição (sobretudo naqueles termos, imediata e sem indenização), criou um grande grupo de proprietários rurais descontentes com o Império e “adeptos” do republicanismo, provocando críticas dos negros e monarquistas através da adoção do epíteto “republicanos de 14 de maio” para qualificá-los. Tais tensões, nas relações entre abolicionistas e republicanos, denotam um funcionamento complexo, apesar do sucesso dos propagandistas em vincular de forma tão *lógica* os dois momentos. Ver: GOMES, Flávio dos Santos. *Negros e Política* (1888-1937). Coleção Descobrimo o Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

⁷⁸ CAMPOS PORTO. *Apontamentos*, 1890. “Consummatum est.” – O País (Rio de Janeiro), p.71.

Nesse sentido, a afirmação da inviabilidade de uma monarquia na América é bastante utilizada pelos republicanos: "Somos da América e queremos ser americanos."⁷⁹, esta divisa do *Manifesto*, condensa uma crítica importante, a existência da monarquia como uma planta exótica e importada na América. A prova histórica e evolutiva desta inadequação estaria na estranheza da presença de uma monarquia no continente americano. Nos *Apontamentos* o destaque está na comemoração do novo regime como a entrada do Brasil na América. A superação do arcaísmo da instituição monárquica e a proclamação da República brasileira representaria a consistência histórica do progresso do continente, tema bastante alardeado pelos republicanos brasileiros e frisado em vários artigos selecionados para os *Apontamentos*.

Entretanto, a ideia de irmandade republicana na América é o mote, sobretudo dos artigos estrangeiros dos outros países da América escolhidos⁸⁰ por Porto para compor o capítulo "Notícias Estrangeiras", o que parece representar para o autor a comprovação da importância da suposta confluência republicana do Brasil com a América, como faz questão de frisar o boletim expedido pelo *República Brasileira*: "As notícias recebidas das nações americanas, congratulando-se com o nosso governo provisório, são a prova convincente do que deixamos dito."⁸¹. Relevante assim para compreender a vastidão de artigos, nos *Apontamentos*, provenientes desses países que congratulam o Brasil por inserir-se na comunidade americana e republicana.

Correspondências de Buenos Aires, publicadas nos jornais portenhos e pelo próprio governo Argentino, foram enviadas pelo correspondente do *Jornal do Comércio* e dão o tom do americanismo republicano dos *Apontamentos* e da afirmação do destino republicano do continente. Ideia bastante cara durante toda a campanha, e que neste momento se apoia no acolhimento das outras repúblicas americanas, tão valorizado nos *Apontamentos*:

Cidadãos, agora mais do que nunca somos irmãos, republicanos e americanos, e podemos arvorar a mesma bandeira, na qual havemos de escrever estas gloriosas palavras, que resumem nossas aspirações comuns: Liberdade, Igualdade, Fraternidade. [...] Viva o povo argentino! Viva a América republicana! Viva a república universal! Vivam os Estados Unidos do Brasil.[...] E se podemos desejar alguma

⁷⁹ Manifesto Republicano (3 dezembro 1871). *apud*. BONAVIDES, P.; AMARAL, R. *Op.cit.*, 2002. p.495.

⁸⁰ São eles Estados Unidos, Peru, Chile, Uruguai e Argentina.

⁸¹ CAMPOS PORTO. *Apontamentos*, 1890. "Graças a Deus" – República Brasileira (Rio de Janeiro), p.61.

coisa mais é que este novo vínculo que aproxima o Brasil da República Argentina sirva para mantê-los unidos e confundidos em um só ideal, a grandeza e o esplendor da América Republicana e livre.⁸²

A república sendo vista, desta forma, como um caminho histórico evolutivo e notadamente científico, destaca-se o papel dos homens de ciência na revelação deste novo mundo e assim é tratada a ação de propaganda em grande parte dos artigos que se ocupam do tema nos *Apontamentos*. Nesse sentido, a ação de propaganda, não subestimada pelos republicanos, foi considerada como central nesta de *evolução*, pois de início era vislumbrada por uns poucos que “enxergavam no futuro uma transformação decisiva”⁸³ como “verdadeiros *Colombos* do mundo que acaba de ser descoberto”⁸⁴, que apenas através de um intenso trabalho de persuasão educaram a população brasileira na percepção de que o único futuro político possível seria o democrático, liberal e científico, atributos vinculados durante toda a campanha ao conceito de República. Mesmo sendo resultado do progresso político – portanto lógico –, o novo regime necessitou de um processo de aprendizado ou revelação, pelos homens da ciência sociológica, e dessa forma se destaca o papel da atuação dos propagandistas:

Este fato da atualidade política de nossa sociedade é lógico, é concludente e ao mesmo tempo revela a parte mais bela e até sublime do caráter nacional. Revela, além disso, que os espíritos já estavam devidamente preparados, que a propaganda republicana já havia produzido todos os seus efeitos e que já era oportuno o passo decisivo que está sendo hoje saudado pelos aplausos de todos.⁸⁵

Este trecho citado, do artigo “Momento político” do periódico *A Pátria Mineira*, reúne elementos importantes que são centrais na compreensão que proponho do trabalho de propaganda dos *Apontamentos*. Na construção de uma visão de história republicana, explicada de forma dispersa por seus autores como científica, historicamente uma vocação brasileira, como a única forma adaptada à América e resultado de uma educação/revelação persuasiva da intelectualidade, conforme

⁸² CAMPOS PORTO. *Apontamentos*, 1890. “Correspondência de Buenos Aires” – Correspondente *Jornal do Comércio* (Argentina), p.694.

⁸³ CAMPOS PORTO. *Apontamentos*, 1890. “O velho ideal” – *Correio do Povo* (Rio de Janeiro), p.90.

⁸⁴ CAMPOS PORTO. *Apontamentos*, 1890. “Manifesto aos mineiros” – Cesário Alvim, governador de Minas Gerais (Minas Gerais), p.396.

⁸⁵ CAMPOS PORTO. *Apontamentos*, 1890. “Momento político” – *Pátria Mineira* (Minas Gerais), p.436.

alguns dos elementos que trabalhei, convergem, invariavelmente, para a conclusão da única forma possível de ascensão do novo regime, a pacífica.

Grande parte das fontes do período que trata sobre o estabelecimento da República ressalta o caráter pacífico do *15 de novembro* – entre indiferenças e entusiasmos, sendo poucas as reações contrárias ou força delas –, mas não é esse o ponto que questiono, nem visio defender o oposto. Busco sobretudo dar relevo à construção dessa interpretação via propaganda republicana e sedimentação de uma cultura política na qual a república era largamente percebida como resultado natural da percepção da evolução do sistema político, não havendo razão para o povo, caracterizado como “essencialmente ordeiro e pacato”⁸⁶, não aceitá-la. Trata-se de trabalho iniciado bem antes à configuração da República, tendo como marco o *Manifesto*, e o contínuo na propaganda, na qual os *Apontamentos* são mais bem compreendidos, notadamente orientado em afirmar o que se entendia como o caráter científico do novo governo, tido como consonante com as aspirações do progresso. Dessa forma, o compartilhamento desses novos entendimentos políticos apreensíveis durante todo o contínuo de propaganda fundamenta a conformação ao republicanismo, ou republicanização. Penso ser uma hipótese mais profícua para o entendimento da percepção da construção da República de forma passiva e pacífica, que se traduziu em *indiferença* em interpretações historiográficas posteriores, conforme tratarei no capítulo seguinte.

A extensão, duração e violência dos males que as paixões e os vícios dos governos causam aos povos, marcam o justo grau de responsabilidade, o ódio e o desprezo do historiador... D'Holbach⁸⁷

Nos *Apontamentos*, além da pacificidade e da aceitação do regime republicano justificadas pelos aspectos trabalhados, essencialmente como tradução do progresso político, elas adquirem outra forma, de orgulho nacional. Esta epígrafe de D'Holbach, única escolhida pelo autor para a obra, abre os *Apontamentos* na carta *Ao Leitor*, de autoria de Campos Porto, e indica o cerne do entendimento do autor sobre a história

⁸⁶ CAMPOS PORTO. *Apontamentos*, 1890. “15 de novembro” – Gazeta de Notícias (Rio de Janeiro), p.43.

⁸⁷ D'HOLBACH, Paul Henri Thiry. *Système Social, ou Principes naturels de la morale et de la Politique*, avec un examen de l'influence du gouvernement sur les mœurs, Londres, 1773. *apud* CAMPOS PORTO. *Apontamentos*, 1890, p. XIII.

da República, notadamente a ausência de tormentos sociais, ou a “fidalguia” com a qual foi feita a proclamação da República como um fator de orgulho nacional e ensinamento as outras nações. Dentre os vários artigos que exaltam o feito do instituição da República brasileira como “fato sem precedentes na história e que causará admiração do historiador no porvir.”⁸⁸, o jornal *O País* coloca: “E o mundo inteiro que se admirou de termos feito a abolição, como fizemos, que pasme quando souber como fidalgamente foram constituídos os Estados Unidos do Brasil. [...] Já ensinamos ao Velho Mundo como se muda a forma de um governo; mostremos-lhe, de hoje em diante, como se constitui uma nação grandemente poderosa.”⁸⁹ Quando considero essa percepção como cerne da interpretação histórica de Campos Porto não me refiro apenas ao relevo dado ao autor à citação de D'Holbach, mas sobretudo pelos elementos que essa interpretação mobiliza, fundamentais na discussão das duas questões que propus, notadamente ao caráter pacífico e civilizatório do início da República no Brasil.

Destarte, a ideia de lição de civilidade expressa nesta interpretação se fundamenta numa visão evolucionista e cientificista da história, o que por si só justifica – de acordo com esta compreensão – a aceitação da República de forma pacífica e desejada, pois fruto de evolução. Causa ainda, de acordo com a visão do autor dos *Apontamentos*, a *admiração no historiador do porvir*, o que denota ainda a preocupação do cronista Campos Porto em subsidiar⁹⁰ a história a ser escrita, mas não qualquer história, uma que fosse orientada pelo caráter evolutivo da instauração da República. Assim, a “revolução”, conforme o vocabulário utilizado pela imprensa⁹¹, traduzia-se em evolução para seus adeptos, provando a modernidade de suas convicções através do orgulho em ver, simplesmente, florescer a ideia cultivada. Algo

⁸⁸ CAMPOS PORTO. *Apontamentos*, 1890. “Consummatum est” – Gazeta da Tarde (Rio de Janeiro), p.50.

⁸⁹ CAMPOS PORTO. *Apontamentos*, 1890. “Traços e rascunhos” – O País (Rio de Janeiro), p.74.

⁹⁰ A preocupação em fornecer elementos para contar a história republicana é perceptível ainda no destaque dado a vários capítulos com documentos e decretos, dentre os quais destaco o *Boatos Infundados* – que visava refutar erros dos periódicos europeus, sendo que o mais indignava o autor era a sugestão de que a República vinha como reação contra a Abolição e o desejo de restaurar a escravidão; e o *Biografias*, elencando o perfil dos grandes homens que haviam atuado na propaganda e na proclamação, consonante assim com a visão de história predominante do período em destacar os feitos dos grandes homens e líderes.

⁹¹ Provavelmente em referência a outros movimentos políticos revolucionários, sobretudo a Revolução Francesa, pois esta constituía um elemento retórico e imagético importante no discurso republicano, que em diversas ocasiões adotou seus símbolos (como o barrete frígio), comemorou o *14 de julho* como feriado, entoou a Marselhesa em seus *meetings*, e inclusive com uma certa comoção com a entrada no ano do centenário, 1889, e a possibilidade de realizar-se a revolução republicana brasileira naquele ano.

diferente disso contradiria a ideia, tão acalentada, da constituição da república como evolução histórica.

Entretanto, não se trata de simples manipulação, mas de perceber esse tópico inserido numa agenda de propaganda na qual a percepção de história tem um papel central, estabelecendo a tonalidade da pena dos publicistas, e entremeando ordem e progresso na construção do passado e do futuro da República. A pretensa obviedade da afirmação “do Império à República”, construída pela propaganda, antes mesmo da implantação do novo regime, ganhou força e verdade na ação dos propagandistas – ou em seu ato linguístico, sendo naturalizada, mas não natural, pois peça de propaganda, como os *Apontamentos*.

Destruir para construir é o lema moderno!

Cada brasileiro começou a construir para si e para os seus concidadãos o grande edifício, de cujas janelas pode ver desassombrado e seguro o amplo painel que se descortina e que o horizonte fecha com uma moldura de céu azul para refletir a ascendência gloriosa de um povo que ensinou o mundo a fazer revoluções.⁹²

A escolha do dístico *ordem e progresso* na análise buscou perceber a constituição do discurso republicano, em sua fase pós-proclamação, compreendido ainda como propaganda política, conforme venho pautando no decorrer do trabalho, em uma aparente ambiguidade: revolucionário e conservador. Aparente, pois, o revolucionário tendia muito mais a evolucionário, a partir dos princípios da política científica amplamente divulgado pelos contestadores, e mesmo o conservador, que durante toda a campanha foi baliza dos publicistas que não pretendiam destruir a ordem – ou convulsionar a sociedade de acordo com o *Manifesto*, visava sim alterá-la profundamente, fundamentando princípios federalistas e dando vazão a atuação política dos grupos marginalizados. E nisso a desconstrução das justificativas da política imperial, e notadamente a construção de uma política com novos princípios e

⁹² CAMPOS PORTO. *Apontamentos*, 1890. “A nova fase” – Correio do Povo (Rio de Janeiro), p.121.

vocabulário, foi profícua em possibilitar a percepção do processo Império-República dotado supostamente de uma lógica imanente.

Ao chamar atenção para aparente naturalidade do título de seu artigo, *Do Império à República*, Ilmar Rohrloff de Mattos destaca a diferença sutil dos propagandistas e dos historiadores pós-proclamação, os primeiros não conheciam a trajetória mas “empenhavam-se, porém em traçá-la. E com tão maior ardor quanto mais se movimentavam em meio a um amplo campo de possibilidades.”⁹³, enquanto nos historiadores do período esse ponto já aparece resolvido:

Dos lugares, qualidades e sentidos atribuídos emerge a República, expressão do progresso material, do triunfo da liberdade, do advento da democracia e da instauração de uma nova ordem mais racional. A República, enfim, como progresso e como ordem: como um ponto de chegada inevitável e como ponto de partida de um novo processo que se procura ter sobre controle.⁹⁴

Todavia, considerando a análise dos *Apontamentos*, acentuo o empenho da propaganda na sedimentação desta visão, nomeadamente no período imediatamente posterior ao estabelecimento da república, ainda como campo aberto de possibilidades, no qual uma escolha deveria ser fundamentada, sobretudo através da afirmação do novo regime como evolução. Nesse sentido, considero interessante estender também aos propagandistas a leitura de Rohrloff sobre a necessidade de se ter esse processo sobre controle e a República como ponto de chegada, percepção que tem bastante força nos *Apontamentos*, conforme trabalhei.

O conceito de cultura política, definido por Rodrigo Motta “como conjunto de normas, valores, atitudes, crenças, linguagens e imaginário, partilhados por determinado grupo e tendo como objeto fenômenos políticos.”⁹⁵, é relevante para a compreensão que proponho do trabalho de propaganda como atuante, mas não único, na conformação de um novo comportamento político predominante. Digo predominante pois as culturas políticas, conforme destacam vários autores, são

⁹³ MATTOS, Ilmar Rohrloff. *Do Império à República*. Estudos Históricos, CPDOC-FGV, Rio de Janeiro, 2/4, 1989, 165.

⁹⁴ MATTOS, I. *Op.cit.*, 1989, p.165.

⁹⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A história política e o conceito de cultura política*. LPH: Revista de História, nº6, 1996.

sempre múltiplas, se completam e/ou competem, e configuram assim inúmeras apreensões culturais do político possíveis, o que não impede a ocorrência de uma cultura política predominante. Deste modo, destaco o conceito de cultura política com o fito de clarificar a análise sobre a atuação da propaganda republicana numa nova percepção da política brasileira, que se constrói como novo orientador de um comportamento político.

Dessa forma, percebo esse íterim, entre o final do Império e a primeira década republicana, para além dos marcos, como um momento importante na transformação da predominância dos conjuntos de valores, republicanizado ou se republicanizando. Atentar para a constituição paulatina dessas novas culturas democráticas e científicas, e sobretudo de sua divulgação, mote desta pesquisa, o que nos ajuda a compreender o comportamento político, tão valorado pela lição de civilidade pelos contemporâneos ou visto com desconfiança pela historiografia posterior. Algo passível, dessa forma, de compor uma nova orientação do comportamento político, de acordo com Ângela de Castro Gomes, agindo mesmo na interpretação de um passado e de um futuro, constituinte dos grupos sociais:

Nesse sentido, estudar uma cultura política, ou melhor, trabalhar com a sua formação e divulgação – quando, quem, através de que instrumentos –, é entender como uma certa interpretação do passado (e do futuro) é produzida e consolidada, integrando-se ao imaginário ou à memória coletiva de grupos sociais, inclusive os nacionais.⁹⁶

No caso da propaganda, a construção de uma nova cultura política republicana dominante ocorreu simultaneamente a deslegitimação do regime monárquico, suas instituições – que passaram a ser consideradas predominantemente como inadequadas pois antigas e ilegítimas. Já a constituição do republicanismo, conforme procurei trabalhar no decorrer do capítulo, ligou-se positivamente ao repertório da política científica da época, investindo inclusive na criação de um passado, divulgado pela intelectualidade e constitui, segundo Gomes, uma das formas de se perceber a divulgação e ascensão de uma cultura política, pois apreensível como “um projeto de

⁹⁶ GOMES, Ângela Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Raquel. BICALHO, Maria Fernanda B. GOUVÊA, Fátima S. (org.). **Culturas políticas**: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p.33.

sociedade, de Estado ou uma leitura compartilhada de um passado comum, por exemplo.”⁹⁷

Todavia, quando utilizo o conceito de cultura política para apreender os projetos de sociedade de filiação republicana, não desconsidero os vários entendimentos entre os grupos sobre pontos importantes do repertório dos contestadores, como a cientificidade, o caráter progressista e reformista de suas propostas. A questão do progresso elucida bem a questão, mesmo considerando os diferentes entendimentos sobre esta noção entre, por exemplo, republicanos liberais e positivistas, ela representa um fundamento comum importante para esses projetos. Daí a referência que faço a cultura política republicana, que não circunscreve um conjunto fechado de percepções e usos nem dentro do próprio republicanismo, mas que mesmo com contornos imprecisos participa da constituição de novos comportamentos políticos e baliza projetos e entendimentos do passado, como busquei perceber nos *Apontamentos*. Nesse sentido, considero que a principal referência desta representação a que me refiro, mas não única, das culturas políticas republicanas foi vincular seu ideal político a cientificidade e ao progresso, sendo dessa forma apreensível pois predominante. Assim, utilizo a noção de cultura política como meio para compreender a predominância de certos aspectos no republicanismo, fundamento deste trabalho, sem desconsiderar a multiplicidade de leituras mesmo destes elementos (mais ampla ainda quando se pensa nas culturas políticas do período além das de matriz republicana), mas que para a finalidade da análise agrega elementos importantes para a compreensão que proponho da difusão dos ideais republicanos.

Visando um plano mais sutil da ascensão de culturas democráticas e científicas é possível perceber o uso de um novo léxico, constituído a partir de elementos materialmente apreensíveis sobretudo da vida urbana, e que cunham novas imagens, definindo perspectivas destinadas a compreensão da ideia de república ligadas à modernização e a modernidade. Nos *Apontamentos* destacam-se sobretudo a ideia de construção/edificação: “Desfizemos e vamos agora refazer. Destruir para construir é o lema moderno.”⁹⁸. Este lema moderno mais uma vez comporta as noções de

⁹⁷ GOMES, A. *Op. cit.*, 2005. p.32.

⁹⁸ CAMPOS PORTO. *Apontamentos*, 1890. “Traços e rascunhos” – O País (Rio de Janeiro), p.74.

progresso, mas também de estabilidade, ambas necessárias à construção de grandes edifícios, sobretudo quando o edifício em questão é a pátria, destacando-se os deveres do jornalista:

O edifício está arquetado com vastidão e sumptuosidade, e, se apresenta algum defeito, não é nem nos alicerces, nem no prumo. Asseguremos a sua estabilidade e não nos ponhamos a escavar o solo, antes mesmo que os construtores lhes desfraldem algumas flâmulas na cumieira. Na manutenção da ordem, no aplacamento das paixões, que o ministério tem como primeiros deveres, todos devemos contribuir, certos de que é a nossa própria garantia que estamos estabelecendo sobre bases estáveis. Alarmar o espírito público, criticar por gosto, açular os despeitos, não é obra à altura da missão que a imprensa tem por dever desempenhar em fins do século XIX.⁹⁹

Além da metáfora da construção de edifícios, que remete de forma importante a uma imagem fundada no final do século XIX, com o desenvolvimento do concreto armado e a invenção do elevador possibilitando grandes e assombrosas construções verticais, a ideia de luz, da eletricidade e da sua velocidade foram utilizadas para descrever ou acentuar o moderno da instituição da República, fulgurante e veloz como o acender de uma luz. A citação a seguir agrega, de forma exemplar, as duas representações, da edificação e da luz, bastante recorrentes nos *Apontamentos* e na propaganda, preocupada em perceber as modernizações materiais em relação com a necessidade de acalentadas modernizações políticas, destruindo para construir: “O inesperado do fato atravessou o espírito de todos com a rapidez atordoante e assombradora de uma fulguração elétrica, deu pouco espaço à dúvida do grande e ruidoso desmoronamento que assistimos.”¹⁰⁰

Este novo vocabulário, exposto claramente através de imagens associadas a progresso e modernização, que parecem tentar apreender a grandiosidade e velocidade do empreendimento do qual os propagandistas se arrogavam partícipes, integram uma nova linguagem e novos parâmetros discutidos exaustivamente no final do XIX. Articuladas às noções de anticlericalismo, cientificismo, progresso (balizado pelo positivismo, que lhe dava consistência histórica), democracia e liberdade, segundo Maria Tereza de Mello criaram um progressivo consentimento, socialmente

⁹⁹ CAMPOS PORTO. *Apontamentos*, 1890. “Olhando o futuro” – Diário de Notícias (Rio de Janeiro), p.197.

¹⁰⁰ CAMPOS PORTO. *Apontamentos*, 1890. “O advento da República” – Regenerador (Bahia), p.503.

difundido, de uma nova concepção de mundo, que autora designa por *cultura democrática e científica*, sem deixar de atentar para a pluralidade de percepções designadas sob esta expressão. Dessa forma, baseada sobretudo na análise das fontes sobre a atuação da propaganda republicana, me aproximo da seguinte hipótese da autora: "Suponho que a aceitação da República deve ser explicada por uma disposição mental para o novo regime, em decorrência da incorporação de uma nova cultura democrática e científica na década de 1880."¹⁰¹ .

Entretanto, retomando a noção de ato linguístico, amplio o entendimento da ação de propaganda republicana e da inserção dos *Apontamentos* neste movimento. Ao explorar, de forma propositada e em certa medida consciente (sistematização que caracteriza a propaganda) o repertório da política científica e outros elementos que circulavam no período em vários ambientes sociais, estes atos linguísticos concorreram para criar um lastro de seus ideais, atuando difusa mas eficazmente na constituição e naturalização destes argumentos em prol de sua causa política. Eficácia que o trabalho de Porto possibilita perceber em pelo menos dois níveis: sua ação discursiva ao compor esta obra, que não é exceção na combativa intelectualidade republicana, e também o próprio conteúdo dos artigos selecionados, que apesar de sua seleção interessada, constituem-se de elementos compartilhados pelos contemporâneos, e nos permite perceber parte da composição desta argumentação e de seus possíveis efeitos no discurso político. A partir desse entendimento, do discurso como ação, as ideias de uma "inevitabilidade", característica que outrora figurou como elemento de propaganda, e de uma "impropriedade" das instituições republicanas, desde sua origem, que passaram a integrar uma compreensão bastante difundida pela historiografia, fundamenta a discussão historiográfica que proponho para o próximo ponto da discussão.

¹⁰¹ MELLO, M.T. *Op.cit.*, 2007, p.10.

Capítulo III – (Des)apontamentos da História da República?

Descaminhos da República brasileira

A perspectiva da republicanização, desenvolvida neste trabalho, através da compreensão do trabalho de propaganda republicana com um contínuo de atos linguísticos é relevante para se questionar uma dada historiografia que desconsidera tais nuances, que parte do dia *15 de novembro* e dele conclui, entre outros pontos, pela indiferença da população pela República (ou mesmo pela forma de governo, seja qual for), por uma suposta falta de lastro da experiência republicana no Brasil e conseqüentemente pela debilidade e limitação das *importações* de ideias. A reflexão historiográfica que baliza o debate deste capítulo passa nomeadamente pela relação dialética dessa escrita com a construção das identidades, também as nacionais, o que certamente configura um tema de debate bastante amplo e denso. Desta forma, com a necessidade de ajustar o foco desta investigação, não proponho fazer uma discussão historiográfica exaustiva, e me detenho especialmente numa fórmula bastante difundida e importante na historiografia, que parte de alguns princípios que considero incômodos, a saber, os fracassos e falhas da experiência republicana no Brasil na Primeira República.

É importante ponderar sobre as implicações dessa forma de análise, pois justificam, em parte, a escolha desse percurso para a reflexão. Um aspecto fundamental é o próprio questionamento do qual ela parte: busca sobretudo compreender e identificar o que se toma como as incongruências de uma experiência, amparada em modelos exteriores às experiências e, fatalmente, figuram como inferiores; e no caso de análises sobre as experiências políticas brasileiras, como cópias mal feitas. Nesse sentido, faz-se necessário problematizar este ponto, pensando as possíveis implicações desse modo de investigação que inicia a pesquisa tendo como princípio a procura pela falha. Tal procedimento tende a resultar na afirmação dessa insuficiência das instituições políticas instauradas, sobretudo se tentarmos que partir da premissa de se identificar os limites/incompletudes de uma experiência política pode viciar a análise no diagnóstico do erro – em suas causas

e consequências – fechando-a em si mesma e levando-a a reafirmar os pressupostos de incompletude dos quais partiu.

Diagnósticos assim não são raros no estudo de fenômenos políticos no Brasil, conforme observa Stella Bresciani. A autora investiga essa forma de análise em *Identities inconclusas no Brasil do século XX – Fundamentos de um lugar-comum*, e questiona a armadilha da qual partem a maioria das análises sobre a identidade brasileira, que têm como princípio os lugares-comuns assentes na volta às origens a partir de nossas ausências, quase sempre incontornáveis, tais como a herança lusitana, o meio tropical e o descompasso entre o mimetismo brasileiro de valores e instituições que lhe seriam incompatíveis, nomeadamente as liberais. Para a autora é preciso questionar tais pressupostos de análise, pois manter a *armadilha* dos lugares-comuns é fechar-se num círculo vicioso no qual a hipótese já traz consigo seu diagnóstico, inescapável, também de fracasso. Assim, Bresciani entende que essa persistência da imagem reiteradamente negativa da identidade brasileira estaria aprisionada também na maneira pela qual se buscou e se busca essa identidade, excluindo, previamente, outras hipóteses: “Esse lugar-comum atua como ideia sedutora e excludente de outras possibilidades, sedimenta-se nos textos dos vários ‘interpretadores’ do Brasil nas décadas iniciais do século XX e mantém sua força explicativa até os nossos dias.”¹⁰²

Nesse mesmo viés, intenciono evitar – e questionar – esse condicionamento do fracasso como pressuposto de análise, ajustando o foco do “por que não funcionou?” para o “como funcionou?”. Esta escolha fundamenta duas opções desse trabalho: primeiramente, não faço um balanço historiográfico sobre o tema, discussão que escapa aos limites desta proposta. Mas reflito sobre uma via de interpretação específica, que parte das incompletudes da implantação da República no Brasil, pensamento bastante importante devido a sua larga difusão (em trabalhos historiográficos, livros didáticos, e que povoam o senso comum) e aceitação, como analisa Bresciani, procurando debater alguns de seus matizes, como as (im)possibilidades do exercício da cidadania e a apatia/indiferença popular, por exemplo. Dessa forma, conduzo essa discussão historiográfica apenas à medida que

¹⁰² BRESCIANI, Stella. *Identities inconclusas no Brasil do século XX – Fundamentos de um lugar-comum*. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. p.408.

posso discutir essa construção e considerar outras formas possíveis de entendimento, observando suas construções e dinâmicas.

Em segundo lugar, discuto as possíveis relações desse tipo de construção historiográfica com a formação de uma interpretação da cultura política brasileira, sobretudo com a construção de mitos sobre as possibilidades de democracia e cidadania no Brasil. Nesse sentido, destaco as relações entre as imagens mais disseminadas do *brasileiro-político* e da *política brasileira* pela historiografia brasileira do período estudado, especialmente a partir dessa interpretação que proponho debater. Um caminho possível é pensar as relações com o exercício da memória (e do esquecimento) entre nós, exercício que tendeu a apagar dissidências e lutas, sublinhando a forma pacífica – e passiva – supostamente arraigada a história brasileira.

Nesse aspecto, o estudo da Primeira República é exemplar, pois a ideia de consenso, passividade e inevitabilidade do novo regime, bastante utilizada pelos republicanos, conforme abordei, desde o período de propaganda ao da consolidação do regime, foi significativamente apropriada pela historiografia como evidência de um propalado marasmo e apatia política. Maria de Lourdes Janotti destaca essa interpretação como uma forma de se compreender o embotamento das fortes tensões dos primeiros anos republicanos, da qual partem alguns trabalhos historiográficos, que assim confundem-se com as próprias fontes, apesar do estilo e estatuto diferenciado da escrita historiográfica:

Apesar dos testemunhos evidenciarem uma rica gama de opiniões complementares ou antagônicas sobre os inícios da República, cristalizou-se uma memória preponderante dos acontecimentos na qual o novo regime foi acolhido em clima de paz e consenso nacionais. Esta versão privilegiada começou a ser construída pelos próprios contemporâneos interessados em minimizar as contendas travadas pela conquista do poder, durante os três primeiros governos republicanos, revitalizando-se nos vários momentos em que se estabelecem tensos “congraçamentos” políticos entre segmentos das classes dominantes. [...] Também a historiografia acompanhou esses mergulhos políticos do presente no passado e, ao fazê-lo manteve uma relação tão estreita com seu objeto que as visões dos testemunhos entrelaçaram-se às narrativas dos historiadores na constituição do próprio discurso histórico.¹⁰³

¹⁰³JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 124-125.

Nesse sentido, é relevante pensar a historiografia envolvida na busca e na constituição das identidades coletivas, e suas convergências na afirmação desses lugares comuns e, por outro lado, também no trabalho de propor outras perspectivas de entendimento. Apreender a relação entre o discurso historiográfico e a afirmação destes lugares-comuns é relevante para perceber como elas podem constituir formas furtivas de assédio moral e humilhação política¹⁰⁴. Neste momento, evidencio essa discussão apenas no que concerne à produção historiográfica sobre a Primeira República que pensa a constituição da República e da política republicana a partir de seus defeitos, e muitas vezes compõe uma análise das possibilidades de cidadania a partir de *tipos*, que são construídos de acordo com seus graus de afastamento/aproximação do modelo desejado de exercício da política, algumas vezes extrapolando inclusive o *pensável* da sociedade em questão. Entender as possíveis imbricações entre os diagnósticos de falhas, condicionado em grande medida pelos procedimentos de análise, em relação à cultura política brasileira e a questão da cidadania no Brasil é o mote destas reflexões, percebendo-as ainda nos desdobramentos destas interpretações na constituição do brasileiro (a)político.

Entre outros caminhos possíveis, optei por investigar as leituras sobre a constituição da República em seus inícios, perscrutando conceitos, categorias e formas de análise utilizados em alguns trabalhos sobre o tema. Uma das noções mais significativas identificadas com a configuração da República no Brasil é a frase de Aristides Lobo: "O povo assistiu àquilo bestializado...". Essa expressão também tem sua historicidade e sofre deslocamentos de sentido importantes, que obedecem a certos propósitos e nos permite entrever formas de se pensar a política brasileira, e por isso sua escolha para condução da próxima parte desse trabalho.

A bilontrização dos bestializados

Em trabalho que propõe a compreensão da cultura política carioca no início da República, Marcelo Magalhães analisa as interpretações sobre a proclamação da

¹⁰⁴ BRESCIANI, Stella. O poder de sedução dos textos: o assédio pelas imagens e representações. In: SEIXAS, Jacy; BRESCIANI, Stella (org.). **O assédio moral**. Uberlândia: EDUFU, 2006.

República e registra algumas nuances interessantes, com as quais inicio este ponto da reflexão. O autor foca nas várias apropriações da conhecida frase de Aristides Lobo: "O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam estar vendo uma parada."¹⁰⁵, e percebe uma alteração significativa nas interpretações sobre o documento, ocorrendo um deslocamento de sentido que influi na própria forma de entender o advento da República.

Aristides Lobo entendia o termo "bestializado" como surpresa, sentido que segundo Magalhães, as obras historiográficas mais próximas ainda guardam¹⁰⁶, atrelado também à percepção do fato como inevitabilidade histórica – interpretação própria do discurso republicano, conforme já me referi, sendo um de seus principais aspectos já durante o período da propaganda ao associar república a progresso. A inevitabilidade é um dos aspectos dos quais o discurso dos republicanos marcou o discurso historiográfico, percepção que ainda marca algumas das interpretações sobre a construção da República. Segundo Magalhães, em estudos posteriores¹⁰⁷, a partir da década de 1940, a marca do inevitável associada à República continua persistente, entretanto a "surpresa" desdobra-se em surpresa e indiferença, e passa a qualificar apatia e displicência popular diante do acontecimento. Esse deslocamento é importante para esta análise pois, a partir desse artigo de Aristides Lobo – mais especificamente deste trecho – passa-se a caracterizar o povo brasileiro e sua (não) atuação na implantação da República, atribuindo-lhe os qualificativos de "massa heterogênea, pouco consciente, alheia e indiferente, apática e aapolítica."¹⁰⁸

Assim, a impressão instantânea registrada por Aristides Lobo foi tomada como prova da não participação popular, ou ainda, como evidência do comportamento político indiferente do povo na época, ou como pontua Marcelo Magalhães: como interpretação historiográfica. O artigo de Lobo transforma-se de um relato de história imediata (na verdade, uma carta justificando um pedido de afastamento do trabalho

¹⁰⁵ LOBO, Aristides. *apud*. CARONE, Edgar. **A Primeira República** (1889-1930): texto e contexto. 1ed. 1969. Rio de Janeiro, São Paulo: DIFEL, 1976. pp.376-377.

¹⁰⁶ O autor cita POMBO, Rocha, 1910. Ref: POMBO, Rocha. História do Brasil. Vol.V. **A República**. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W.M. Jackson Inc. Ediotres, 1942. Ver MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Repensando política e cultura no início da República: existe uma cultura política carioca? In: **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. SOIHET, Raquel. BICALHO, Maria Fernanda B. GOUVÊA, Fátima S. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 287-288.

¹⁰⁷ BELLO, José Maria, 1940; BASBAUM, Leôncio, 1957. Ref: BELLO, José Maria. **História da República**, 1889-1954. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972. BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República**, de 1889 a 1930. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. *apud* MAGALHÃES, M. **Op.cit.**, 2005, p. 287-288.

¹⁰⁸ MAGALHÃES, M. **Op.cit.**, 2005, p. 288.

jornalístico) para uma interpretação historiográfica, que expressaria uma suposta desilusão do autor com a indiferença da população, interpretação em que me deterei com mais cuidado no decorrer do capítulo. Dessa forma, aproximo esta leitura do entendimento de Magalhães, de que o relato de Aristides Lobo não queria significar a escolha ou não da República pelo povo, ou seu grau de participação, mas detinha-se apenas em notificar a importância do acontecimento, como o primeiro passo para consolidação do novo regime. Sendo assim, Magalhães considera que: “[...] é preciso dissociar a participação *na* ou *pela* República da forma, para alguns inesperada, como o regime foi instaurado.”¹⁰⁹. Uma pista dessa outra possibilidade de interpretação aponto na própria narrativa de Aristides, na qual o destaque atribuído pelo autor é notadamente a relevância histórica daquele momento:

O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam estar vendo uma parada militar.

Era um fenômeno digno de ver-se. O entusiasmo veio depois, veio mesmo lentamente, quebrando o enleio dos espíritos.

[...]

Não é tudo, mas é muito.

Bem; não posso ir além, estou fatigadíssimo, e só lhe posso dizer estas palavras, que já são históricas.”¹¹⁰

Não seria exagerado supor que Aristides Lobo, imbuído do mesmo ideal republicano que animava os publicistas e provavelmente partilhando o entendimento da inevitabilidade histórica da República como sinal e caminho para o progresso, estivesse sobretudo motivado em dar destaque à relevância histórica daquele momento, e não sendo um republicano radical não considerasse absurda a forma com a qual se deu a República; e mais que isso, destacasse no acontecimento uma lição de civilidade que o Brasil estaria oferecendo ao *velho mundo*, realizando uma revolução sem derramamento de sangue, tal como as inúmeras referências ao acolhimento da República e a fidalguia da proclamação que tematizam vários dos artigos selecionados por Campos Porto.¹¹¹ São suposições, uma vez que podemos inferir poucas afirmações

¹⁰⁹ MAGALHÃES, M. *Op.cit.*, 2005, p. 291. [grifos do autor]

¹¹⁰ LOBO, Aristides. *apud.* CARONE, E. *Op.cit.*, 1976, p.376-377. [grifo meu]

¹¹¹ Em *Ordem e Progresso*, ao apresentar a questão da proclamação da República, Gilberto Freyre contrapõe o entendimento do inglês Mr. Knight sobre a “apatia oriental” da revolução brasileira ao considerar a plasticidade do conservadorismo no país e dessa forma, uma certa contemporização dos valores fundamentais pelo novo regime (ordem, estabilidade, integridade e também progresso), de forma a justificar a aceitação predominante à

deste artigo, mas Lobo parece assinalar sobretudo o momento importante que se passava, e talvez especialmente nisso se detivesse suas palavras.

Essa interpretação, *a priori* balizada pela propaganda, estava interessada em reafirmar a convicção já discutida sobre a inevitabilidade da República e a irreversibilidade de seu acontecimento. Sendo posteriormente reapropriada por monarquistas e republicanos desiludidos e críticos ao novo regime, interessados em sublinhar a não adesão à República ou a falência de uma forma supostamente importada de governo. De qualquer modo, essa construção foi apropriada largamente pela historiografia, e daí decorrem também as novas acepções de *bestializado*, fundida sobretudo à ideia de indiferença. Esse percurso é destacado por Janotti:

Surpreende que se tenha constituído um discurso sobre a proclamação da República onde os conflitos e as divergências foram de tal forma racionalizados que apareceram minimizados ou rotulados de “minúcias”, enquanto os testemunhos de época apontavam exatamente o contrário. Esse discurso é de inequívoca eficiência, na medida em que conhece e utiliza as próprias fontes que o contradizem, reduzindo, contudo, o seu significado.¹¹²

José Murilo de Carvalho possui ampla produção historiográfica sobre o Império¹¹³ e o início da República¹¹⁴, e seus estudos sobre o período são considerados canônicos – seja para reafirmar suas conclusões ou, em um movimento mais recente da historiografia brasileira, para contestá-las, como o trabalho de Maria Tereza de Mello, referência constante deste trabalho, sendo de qualquer maneira uma referência constante e influente. Sua interpretação é destacada neste trabalho também por outros dois motivos: o deslocamento importante que o autor opera na ideia de *bestializados* – que investigo no intento de apreender também outras percepções sobre a ocorrência da República no Brasil que destoam da ideia de republicanização que defendo no decorrer deste estudo –, indo bem além do que já

República. Dessa maneira, o autor busca apreender os significados da aceitação da República através dessa assimilação de valores consonantes com o que era desejado pelos contemporâneos, avesso a uma revolução sangrenta, interpretação que é destaque nos *Apontamentos*, conforme as reflexões do segundo capítulo. Ver: FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. 6ed. São Paulo: Global Editora, 2004.

¹¹² JANOTTI, M.L. *Op.cit.*, 1998, p.143.

¹¹³ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem – Teatro de Sombras**. 2.ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

¹¹⁴ Referências José Murilo de Carvalho: **A Formação das Almas** – O imaginário da República. São Paulo: Cia das Letras, 1990; e **Os Bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3.ed. São Paulo. Cia das Letras, 1987; CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e Cidadania no Império**: novos horizontes. Civilização Brasileira, 2007.

pontuei sobre esta noção, transformando-a numa tipologia de cidadania e informando assim de forma fundamental a compreensão da formação da República. Outro motivo: por ser uma preocupação constante de Carvalho relacionar seus estudos sobre a constituição da República, especialmente por suas falhas, com as supostas insuficiências do nosso atual exercício de cidadania no Brasil, conforme vários artigos do autor publicados em jornais atuais de grande circulação, alguns reunidos no livro *Pontos e Bordados*¹¹⁵. Assim, me proponho a perceber de forma crítica e de maneira mais detida o trabalho desse autor.

Carvalho conduz sua análise através de conceitos, a partir dos quais ele qualifica, sobretudo negativamente, as formas de participação política no período da Primeira República. Essas noções utilizadas por Carvalho traçam um percurso significativo, que estabelece parâmetros aceitáveis e esperados de manifestação política, a partir dos quais, à medida que a experiência destoava, são percebidos como insuficientes. A interpretação deste autor, sistematizada na década de 1990, reforça a ideia de não participação popular no estabelecimento do novo regime. Ele lê o artigo de Aristides Lobo como uma lamentação pela ausência e pelo desinteresse da população sobre a proclamação, percepção que teria um cunho ainda mais dramático, e traumático, por ter partido de um “observador interessado” – um propagandista:

Interessa-nos, sim, o fato de um observador participante e interessado tenha percebido dessa maneira a participação do povo; interessa-nos o fato de que três dias após a proclamação este observador já tenha percebido e confessado o *pecado original* do novo regime.¹¹⁶

Dessa forma, o autor toma o termo “bestializado”, com significado diferente do proferido pelo autor da frase e concluiu daí que a observação de Aristides refletiria seu desapontamento e nos permitiria perceber o *pecado original* do novo regime. São duas conclusões importantes, entre outras feitas pelo autor em seu trabalho, a partir especialmente desse trecho de Aristides, por isso considero relevante discutir a noção “bestializado” a partir de outros parâmetros, para relativizar a sentença de Carvalho. Esse parecer de Carvalho comporta também a definição do advento da República

¹¹⁵CARVALHO, José Murilo. **Pontos e Bordados** - escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

¹¹⁶CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.9. [grifo meu]

como alheio à vida da população, que a ela se mostrava indiferente, o pecado da não-participação é lido como rejeição à República ou apreço à Monarquia, desprezando assim a interferência das novas culturas políticas compartilhadas nas duas últimas décadas do Império. Apoio-me na reflexão de Maria Tereza de Mello, crítica a essa matriz historiográfica, quando pondera sobre a historicidade dessa construção que infere ao bestializado qualificações que lhe são posteriores e pouco se assemelham a concepção de Aristides Lobo. Mello destaca a percepção de Aristides como “surpresa” e destaca o papel da construção historiográfica posterior nesta nova acepção:

A construção historiográfica fez do bestializado não um surpreendido pelo fato, como quis o autor da frase. [...] O que está embutido na interpretação canônica é a não-participação popular no evento como um sinal de despreço do povo brasileiro pela República e, por derivação, sua vinculação à Monarquia. Essa interpretação de raiz monarquista foi posteriormente esposada e difundida pelos intelectuais desiludidos com a República.¹¹⁷

De modo similar a Mello, não procuro defender a participação do povo na proclamação da República; o que interessa é perceber o conformismo em relação à República com outra definição, orientada pela percepção difundida da mesma como sina do progresso, enquanto imposição da cultura científica, compreendida pelos contemporâneos como uma obrigação aos povos que visassem civilizar-se, compreensão que percebia apenas duas alternativas possíveis: *civilizar-se ou desaparecer*¹¹⁸. Sendo assim, apreender o bestializado pelo sinal da (com)formação é essencial para compreensão do processo de republicanização, anterior a proclamação, que possibilitou a anuência ao novo regime. Percebido como evolução, foi mais facilmente aceito e consentido – não entretanto de maneira uniforme e unânime, mas predominante, por corresponder ao ideal de progresso da época. É essa a acepção de conformismo utilizada por Mello que destaco, conforme a autora:

O bestializado-indiferente nos fala de conformismo. Conformar é “dar forma, modelar”. Conformismo, resignação a uma forma. A forma da cultura democrática e científica que já ganhara os espíritos na década de 1880. A República era entendida como o regime

¹¹⁷ MELLO, M.T. *Op.cit.*, 2007, p.9.

¹¹⁸ “Estamos condenados à civilização. Ou progredimos ou desapareceremos.” CUNHA, Euclides da. **Obras completas**. vol. II. Rio de Janeiro: Aguilar, 1966. p. 141.

democrático de governo, também “a filha da ciência”, o regime político da América, uma fatalidade. Resignar-se, pois, diante da fatalidade.¹¹⁹

Entretanto, se o bestializado na análise de Carvalho conserva o sentido de indiferente associado a essa noção, o autor inova na interpretação ao propor outra leitura sobre as causas da não-participação – do pecado original da República – e substitui a ideia da simples apatia para uma autoexclusão consciente, designado pelo autor como uma *esperteza*. De acordo com Carvalho, o povo teria rejeitado a República, não apenas no ato da proclamação, mas também posteriormente ao recusar qualquer relação com o poder o público republicano por não reconhecer na nova política institucional uma possibilidade séria de participação, ou seja, ele agia por perspicácia.

Essa característica inferida por José Murilo de Carvalho à relação da população com o poder político é denominada de *autoexclusão*, e construída pelo autor através do conceito de *bilontra*. O *bilontra* é um desdobramento do bestializado, que não o substitui, mas constitui um outro tipo, ressignificado em sua não-participação ele continua espectador, mas o faz de forma consciente e ativa, buscando escapar as ilusões da política *tribofe* imposta pelo Estado. O conceito de *tribofe* designa o lugar da trapaça¹²⁰, da política falsificada/artificial, que excluía e ocasionava a autoexclusão da população, impossibilitando nesse sentido qualquer exercício de cidadania e resultando em formas menos dignas de se fazer política. É emblemático como desconsiderar a validade de outras formas de fazer política, compreendendo-as através de conceitos como *tribofe*, pode descaracterizar a política como um locus legítimo de debate. Qualquer relação salutar da população com a República não é nem ao menos aventada, sendo compreendidas como formas de não-participação, o bestializado por total indiferença, o *bilontra* por rejeitar qualquer forma de relação e excluindo-se de qualquer exercício com a política institucional em razão de sua artificialidade, por ele reconhecida. De acordo com Carvalho:

¹¹⁹ MELLO, M.T. *Op.cit.*, 2007, p.231. [grifo meu]

¹²⁰ Segundo Fernando Mencarelli o termo *tribofe* era na época como sinônimo de golpe: “Criada para designar um tipo de golpe, o termo passou a ser estendido a práticas semelhantes em outras esferas sociais sempre que se quer enganar ou trapacear.” (p.175) In: MENCARELLI, Fernando Antônio. **A cena aberta: A Intepretação de "O Bilontra"** no Teatro de Revista de Arthur Azevedo. Dissertação (Mestrado em História), Campinas: IFCH-Unicamp, 1996.

Perdia-se o humor apenas quando o governo buscava impor o formal, quando procurava aplicar a lei literalmente. Nesses momentos o entendimento implícito era quebrado, o poder violava o pacto, a constituição não-escrita. [...] O povo sabia que o formal não era sério. Não havia caminhos de participação, a República não era para valer. Nessa perspectiva, o bestializado era quem levasse a política a sério, era o que se prestasse à manipulação. Num sentido talvez ainda mais profundo do que o dos anarquistas, a política era tribofe. Quem apenas assistia, como fazia o povo do Rio por ocasião das grandes transformações realizadas a sua revelia, estava longe de ser bestializado. Era bilontra.¹²¹

O autor também aborda a exclusão formal de participação, tanto pela impossibilidade de participar dos processos eleitorais bem como por aquilo que entende como sua falta de lisura, que somada às outras exclusões aqui pontuadas, impediriam qualquer manifestação de cidadania válida. As limitações da participação eleitoral na Primeira República são inequívocas, mas podem ser compreendidas de forma mais ampla se pensarmos a noção restrita de povo percebida na época e da apreensão republicana de cidadania como um exercício dos que fossem capazes (sobretudo alfabetizados), assim a limitada democracia liberal instaurada no país obedecia sobretudo à noção de democracia vigente, ao invés de ser entendida como uma falha ou uma deturpação do modelo brasileiro. A indiferença e apatia, mais ou menos consciente – e supostamente lamentada por Aristides, são os princípios que norteiam toda a análise do referido autor, e por elas concluem no caso da exclusão formal pelo tipo *cidadão inativo*.

Contraopondo tais noções de cidadania destaco outras percepções que se distanciam do entendimento de Carvalho. Marcelo Magalhães, investigando as relações dos atores políticos na capital carioca no início da República, refuta a ideia de que os habitantes da cidade escolhiam não participar da República por considerar que ela não era “progressista”. Contrariamente, Magalhães, através da análise da documentação do Conselho Municipal do Rio de Janeiro, considera que havia também a atuação político institucional da população, apesar do modelo excludente de cidadania. Este autor aposta sobretudo na compreensão da relação – entendidas como embates e negociações – entre o poder público e os habitantes da cidade para

¹²¹CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.160.

perceber como esses agentes percebiam e valorizavam o seu “fazer política”, evitando categorias pré-definidas de política. Dessa forma, Magalhães pontua a importância de se compreender os significados do “fazer política” a partir das ações dos sujeitos, institucionais e não institucionais, evitando o uso de categorias que já possuíam definições prévias, usualmente presentes nas análises sobre a Primeira República, como por exemplo coronelismo, mandonismo e clientelismo. Segundo o autor, esta é uma recomendação de Thompson, que afirma que o apego a referenciais teóricos pode cegar o historiador. “Ou seja, o material empírico não deve ser aprisionado pela teoria.”¹²² Assim, o aparato teórico deve ser repensado se não se apresentar eficaz para a análise do material proposto. Dessa forma, a alternativa que procurei desenvolver foi pensar as questões que trabalhei a partir do “fazer política”, questionando as análises direcionadas por modelos de comportamentos políticos ou categorias pré-estabelecidas.

Nesse mesmo sentido, Josianne Cerasoli investiga as relações dos habitantes da cidade de São Paulo com o governo republicano com o fito de apreender as múltiplas significações da modernização a partir das formas e tentativas de participação dos cidadãos, que se estendiam bem além da simples rejeição ou da pura euforia. Através de noções como a de *interesse*¹²³, a autora lança outra luz sobre a compreensão das práticas de cidadania das experiências urbanas da época, que expressavam possibilidades de participação para além da eleitoral, sem constituírem por essa razão formas inferiores de fazer política. Assim, ao invés da *República que não foi*, podemos optar pelo entendimento da República que tinha várias formas de ser.

Todavia, para dar conta da complexidade dos movimentos populares no início da República, especialmente a Revolta da Vacina, Murilo de Carvalho caracteriza outra face do bilontra, para além da autoexclusão consciente, o cidadão reativo. O cidadão reativo só se relacionava com o poder público quando este interferia no espaço de política das *repúblicas* (bairros, irmandades, associações), característica que também é

¹²² MAGALHÃES, M. *Op.cit.*, 2005, p. 297.

¹²³ De acordo com Cerasoli: “frequentemente apelavam para essa noção política de interesse: falavam em interesse geral, em direito de serem reconhecidos igualmente, e com isso expressavam em atitudes práticas uma clara percepção de suas possibilidades de participação, de seus direitos como moradores da cidade e como atuantes também na esfera decisória e política.” (p.6) CERASOLI, Josianne Francia. **Modernização no plural**: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do XIX para o XX. Tese (Doutorado em História Social), Campinas: IFCH-Unicamp, 2004.

percebida por uma ótica negativa – não correspondente a ideais de cidadania – tidos portanto como fracos, incipientes e imediatistas. Considerando-se a precedência dada aos canais institucionais de participação – sobretudo eleitoral, colocados sempre como referência – qualquer outra ação que se afaste do modelo necessariamente será percebido através destes adjetivos. Isso compromete o entendimento das formas de participação política valorizadas e utilizadas pelos contemporâneos, no caso estudado por Carvalho, na capital carioca, mas também extensível a outras experiências urbanas. Dessa forma, não serão percebidas em funcionamento, mas apenas em seu não-funcionamento, embotando aspectos importantes da questão, especialmente para aqueles que os vivenciavam. Tal impedimento relaciona-se com a adoção, pelo autor, de arquétipos pensados por intelectuais e políticos da época como padrão para o exercício da política e da cidadania. A partir disso, o bestializado da proclamação, o cidadão inativo (excluído processo eleitoral) e o bilontra – em seu duplo *consciente* e *reativo* – só podem figurar como vícios, defeitos da República.

A única forma de aproximação dos cidadãos com a República ocorreria pelo que ele conceitua de *estadania*, segundo autor, característica explicada como uma especificidade herdada da cultura ibérica. A estadania constitui a forma mais próxima de relação com o poder público, norteadas pela busca do favor e do emprego público, que se dá pela lógica alimentária do patrimonialismo, que assim se opõe ao individualismo liberal necessário a atividade política *de valor*. De qualquer forma, nenhuma dessas formas exemplificaria uma maneira saudável de cidadania, entremeadas sempre de cinismo e ironia:

Ele [o povo] se relacionava com o governo seja pela indiferença aos mecanismos oficiais de participação, seja pelo pragmatismo na busca de empregos e favores, seja, enfim, pela reação violenta quando se julgava atingido em direitos e valores por ele considerados extravasantes da competência do poder. Em qualquer desses casos, uma visão entre cínica e irônica do poder, a ausência de qualquer sentimento de lealdade, o outro lado da moeda da existência de direito.¹²⁴

Toda essa concepção se esforça sobretudo em reiterar a ideia de despolitização do Brasil republicano, que é assim percebido pelo autor. Essa forma de

¹²⁴ CARVALHO, J.M. *Op.cit.*, 1987, p.163.

análise não é exclusiva de Carvalho, mas povoa abundantemente os estudos sobre história política no Brasil e sobre identidade, como destaca Bresciani. Entretanto, a escolha deste interlocutor para debate não é aleatória, e se justifica primeiramente pela grande repercussão de Carvalho nos estudos sobre Primeira República, que compõe uma interpretação bastante importante, e por isso tal empreendimento ofereceu boas possibilidades de diálogo com o autor, especialmente a partir de *Os Bestializados*. Mas esta opção deve-se nomeadamente à intenção deliberada do autor em relacionar este período às percepções negativas sobre o exercício da cidadania e a relação com as instituições no Brasil contemporâneo, notadamente no contexto de redemocratização em 1989¹²⁵, que se guiam pelo mesmo parâmetro dos estudos sobre a Primeira República: qualificar as experiências políticas brasileiras como desvirtuamentos de um certo padrão. A relação entre a forma com a qual se deu a República – foco deste trabalho monográfico – e as formas de cidadania dos primeiros anos republicanos, ambos abordados por Carvalho, são evidenciados pelo autor com a constituição da cidadania no Brasil: “Tal empreendimento é tanto mais necessário pelo fato de estarmos aqui diante do problema da natureza mesma de nossa vida política. Trata-se da concepção e da prática da cidadania entre nós, em especial entre o povo.”¹²⁶

Por tratar-se de um ponto importante também para este trabalho, esse diálogo permite entrever a força desse tipo de concepção na forma de perceber a própria história, pautada por uma perspectiva que dirime e (des)qualifica em escalas de validade as experiências políticas, compondo uma dimensão assediante sobre o país. Por isso, se Carvalho não representa unicamente essa forma de investigação dos fenômenos políticos brasileiros, aponta para esse caminho, fundamentando o debate ao qual me propus. Assim, esse diálogo possibilita um exercício na forma de pensar a relação da historiografia com a formação das identidades nacionais, para refletir nomeadamente sobre a atuação dessas concepções que abordam a constituição das identidades, e da cidadania, pela via da negativa – procedimento que tem imbricações com a vivência da política do país através de sua influência na construção, permeável,

¹²⁵ É importante lembrar que tanto *Os Bestializados* quanto *A Formação das Almas* foram produzidos em meio às efemérides do centenário da República brasileira e do bicentenário da Revolução Francesa, momento em que esses temas fomentaram fortemente as discussões historiográficas, e os balanços sobre os cem anos de república foram importantes na avaliação da política nacional no início da década de 1990.

¹²⁶ CARVALHO, J.M. *Op.cit.*, 1987, p.10.

da cultura política. O percurso do bestializado ao bilontra não é óbvio, como quer transparecer, e constitui um caminho interessante de debate para essas questões.

As concepções trabalhadas em *Os Bestializados* oferecem a possibilidade de pensar alguns dos pressupostos de análise que discuti. Primeiro porque se opõe a percepção sobre o advento da República abordada no decorrer do trabalho. Nomeadamente ao lastro da experiência republicana no Brasil, pensando-a através do processo de republicanização de finais do Império – no qual a propaganda teve atuação essencial, e a ideia de consentimento dela decorrente, que apreende a instituição do novo regime pelo aceite da população, que compartilhava culturas políticas orientadas pela noção de progresso e racionalidade – identificada na época à república.

Imagens da astúcia: Macunaíma e suas bilontrices

As imagens e tipologias trabalhadas em *Os Bestializados* não são exclusivas do estudo em questão e nem se originam ou se encerram nelas, mas fazem parte de um fundo-comum, pautado invariavelmente por um desejo de volta às origens, que procura identificar sobretudo os defeitos de origem que justificariam outros *erros* da prática política brasileira. Sobretudo quando se pensa a República liberal, tida em tais estudos como irreconciliável com a prática política patrimonialista brasileira, que mescla o público com o privado (prática que possui várias denominações, como a *estadania* da referida análise), aspecto legado mormente da colonização portuguesa e da “especificidade ibérica”, que nesse raciocínio estaria contra o exercício efetivo da livre iniciativa necessária ao liberalismo. Portanto, seria algo incongruente com a realidade política brasileira pela própria natureza de sua *raiz*.

Esse fundo-comum, opera na construção de interpretações sobre o Brasil (e sobre o brasileiro) e várias destas análises, bastante importantes, críticas e procedentes de matrizes teóricas diversas, convergem a partir do mesmo recorte, por perseguir as raízes, e invariavelmente querer (quando possível) *arrancá-las*. Stella Bresciani investiga os princípios destes lugares-comuns, nos quais os intérpretes buscam conceitos (e preconceitos) para pensar o ser brasileiro, apontando a

armadilha da qual partem os intérpretes do Brasil, sempre com os mesmos recortes e premissas, notadamente busca pelas *raízes*. Segundo a autora, não repensar ou romper com a premissa do pecado original, a obsessão pelas raízes, e suas consequências analíticas, constitui um artifício incontornável, limitando a análise nos pressupostos do qual partiu. De acordo com a autora:

Sem essa ruptura, restou-lhes a recorrente volta aos começos, a eterna perseguição ao pecado original em narrativas permeadas de forte apelo emocional cujo traço mais marcante é sem dúvida o *ressentimento*. Mantida a armadilha, seríamos obrigados a concordar com os intérpretes quando afirmam nossa carência intelectual de raiz, que por sua vez se vê confirmada pela adesão quase universal à fácil explicação proporcionada pelo *lugar-comum* da carência, da falta de motor próprio e de capacidade criativa da população brasileira.¹²⁷

As ideias sempre negativas coladas a essas imagens são estigmatizadas pelo ressentimento, e em alguma medida refletem numa sentença condenatória perpétua, uma vez que origens não podem ser alteradas e todas as falhas tendem assim a eternizar-se, aspecto que se destaca mesmo nas análises mais propositivas, que buscam a superação dessas origens. Entretanto, mais relevante que discutir a veracidade dessas concepções é o exercício de se pensar a força e o apelo emocional dessas imagens que a compõem. Neste sentido a historiografia tem um papel de destaque, atuando nas construções identitárias nacionais, também em sua face ressentida. Este é o aspecto fundamental da análise de Bresciani, e que trago para a discussão objetivando, além de pontuar o princípio destas análises pautadas pelas incompletudes, pensar na composição ética que essas imagens constroem sobre o país. Pois fundamentadas numa "interpretação da história do país saturada de carga emocional negativa, ressentida em formulação pessimista e altamente chocante pelo impacto da *representação estética*, a imagem de um país, mais ainda, de uma nação, de configuração inconclusa, desencontrada."¹²⁸

Estes ressentimentos expressam-se também em figurações múltiplas que atuam através/na construção de *tipos brasileiros*. Jacy Seixas investiga as interseções entre duas personagens que compõem o tipo, por ela denominado de brasileiro

¹²⁷ BRESCIANI, S. *Op.cit.* 2004, p.425. [grifo meu]

¹²⁸ BRESCIANI, S. *Op.cit.* 2004, p.412.

jecamacunaímico, pensados a partir conjunto de representações presentes no imaginário social brasileiro. A face Jeca Tatu do *jecamacunaímico* circunscreve um conjunto de características norteados sobretudo pela apatia na qual vive a personagem, regido unicamente pela lei do menor esforço, deixando como legado a inação e a indiferença. A preguiça crônica também tipifica o lado Macunaíma, todavia ele representa o lado ativo dessa composição, por astúcia ele dissimula sua irresponsabilidade sob sua esperteza e malícia.

Sobretudo essa segunda configuração traz consigo uma aura sedutora, que entretanto o diminui, uma vez sua mentira e dissimulação o reduzem a impossibilidade de respeito à esfera pública, ao convívio formal com o outro e não o permite alterar sua conduta. Como a autora enfatiza, a dissimulação e a mentira que caracterizam a faceta macunaíma não respondem a qualquer limite, ela engana a si mesmo, por hábito (e por natureza). A junção desses dois tipos no *jecamacunaímico* povoa as imagens sobre o brasileiro, atuando no imaginário coletivo e compondo formas de análise historiográficas que o adotam como padrão. Sua sedução é sensível ao se considerar por exemplo, sua esperteza e “indiferença ativa” como uma forma capciosa de resistência. A mescla de seu comportamento enganador (negativo) e sua autonomia (positiva) adquire a significação maliciosa de “resistência”, porque não, de bilontria.

Se o bestializado, em sua definição usual, se aproxima do indiferente, ignorante, desinteressada do Jeca, o macunaímico pode ser facilmente percebido na esperteza consciente reafirmada no tipo bilontra, ora em sua bilontria que visa burlar a política tribofe, ora como sujeito ativo das relações de favor (patrimonialistas) com o poder público que compõe outro tipo de relação, a estadania (particularizando a esfera pública, que ele não reconhece), ou ainda em sua dimensão reativa, também produto de seu oportunismo e esperteza. Dessa forma, sua plasticidade, balizada ainda por sua característica interesseira e esperta, impede suas possibilidades de pertencimento à cidadania, à discussão pública, à República. De qualquer forma, essa configuração negativa, depreciativa e ressentida excluem a todos (o *jeca-bestializado*/o *bilontra-macunaímico*/o *jecamacunaímico*) de qualquer exercício válido de fazer política, e por todas suas desqualificações lhe são vedados também a democracia, o liberalismo e a cidadania pois, segundo Seixas, essas duas facetas

constituem figurações da desconfiança, portanto inadaptáveis à cidadania. Quotidianamente tais características são facilmente identificáveis ao brasileiro nas interpretações historiográficas, no qual trabalhei apenas *um* exemplo, e na própria vivência política, através por exemplo da mídia e de uma autoimagem já entranhada e (quase) natural que se faz do brasileiro. De acordo com a autora:

A esperteza, o oportunismo, a mentira e a dissimulação em proveito próprio, a *enganação* generalizada e sem limites (que compõe a figura macunaímica) expressam-se em representações, práticas, sentimentos e imagens altamente estetizadas que construíram, na longa duração, um tipo antropológico que se alçou no Brasil, em poderosa figura identitária. “Verdadeira” ou não, exagero ou ilusão... pouco importa: o fato é que estas imagens colaram-se à realidade da identidade nacional como uma segunda pele, de tal forma que hoje é impossível simplesmente “arrancá-la” pois atravessou a epiderme: alojou-se em camadas mais profundas, internalizada como *habitus*. Se não é “verdadeira” tem, no entanto, um efeito de verdade, estetizando um corpo, modulando uma ética, uma psique social.¹²⁹

Esse paralelo, longe de perseguir ou simplesmente apontar erros nas análises de Carvalho, visa sobretudo perceber a forma como essas tipologias são imagens fortes presentes na cultura política nacional, na historiografia e em suas urdiduras identitárias. Pela relação de parentesco (ou até mesmo de identidade) entre Macunaíma e bilontra podemos perceber a recorrência e a vivacidade dessa imagem. Sobretudo para ressaltar que essa tipologia tem uma historicidade que precisar ser questionada, não para lhe indagar a verdade ou não dessas concepções, mas tirá-las da categoria de adjetivação para serem investigadas, não aceitas. A necessidade de investigação se faz premente especialmente quando aventamos que o tipo bilontra, no trabalho investigado ou em outros, com esses ou com outros nomes, aparece como personificação real, apontadas na história do país, como tradução de uma forma característica (notadamente negativa) de se fazer política.

Daí compreendo que indagar esses pressupostos torna-se necessário por duas razões principais. Primeiramente pela necessidade de se investigar as mitologias políticas ao invés de simplesmente adotá-las como categoria explicativa, sobretudo essas mitificações constitutivas da identidade, essenciais para uma percepção mais

¹²⁹ SEIXAS, Jacy Alves. Dissimulação, mentira e esquecimento: formas de humilhação na cultura política brasileira (Reflexões sobre o brasileiro *jecamacunaímico*). In: MARSON, I. NAXARA, M. **Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras**. Uberlândia: EDUFU, 2005.p.432.

detalhada das experiências políticas brasileiras anteriores e contemporâneas. Todavia, penso a ideia de mito não como falsificação ou como algo que enleia o entendimento social. Ao contrário, ele revela alguns aspectos constitutivos dos grupos sociais através de suas narrativas, que perpassam também as questões de identidade. Por isso precisa ser mais problematizado do que creditado. Nesse sentido, perscruto os mitos políticos de acordo com as reflexões de Ângela de Castro Gomes, a autora encara os mitos políticos como “‘reveladores’ de uma sociedade; como narrativas que desvelam e falam sobre suas crenças e valores, usando uma rica e complexa linguagem.”¹³⁰.

Assim, o problema está em tomá-lo como força explicativa a priori, na qual esses mitos aparecem como premissa das explicações sobre o Brasil apenas para ser “demonstrado” empiricamente, não para ser questionado. Esse exercício de problematização é proposto por Ângela de Castro Gomes, que analisa a cultura política brasileira através de alguns de seus mitos. A autora contrapõe alguns mitos, como a grandeza natural brasileira, a ideia de democracia racial e o mito do populismo. Segundo autora enquanto os dois primeiros mitos, apesar de apontarem obstáculos, reafirmam alguns aspectos positivos e potencialidades – nem por isso menos problemáticos – mas a mitologia populista é destacadamente negativa e incide de forma importante na desqualificação da política brasileira, sendo percebida também como uma falha de origem e um destino. Assim, para Gomes a categoria populismo cristalizou-se e ultrapassa qualquer função analítica, tendendo a reforçar uma percepção de política artificial e deficiente supostamente entranhada à política nacional. Destaco este aspecto, pois a escolha em analisar alguns mitos/tipos da história política da República que empreendi neste capítulo é norteadas pelo mesmo princípio anunciado por Castro Gomes, a saber, pelo peso negativo destas concepções e suas possíveis relações com a cultura política brasileira, sobretudo aos sentimentos ligados a vivência política:

Ela [a mitologia populista] evoca a desesperança e o ceticismo. Ela narra um destino manifesto que se configura como um impasse permanente. É como se houvesse uma “caveira de burro” enterrada

¹³⁰ GOMES, Ângela Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Raquel. BICALHO, Maria Fernanda B. GOUVÊA, Fátima S. (org.). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p.34.

no solo político brasileiro, que sela um pacto político entre elites e povo, ambos marcados pela ausência de atributos positivos de forma verdadeiramente ontológica. Talvez seja por essa razão recôndita e tão óbvia, afinal, que eu tenha despreço pela mitologia política populista. Ela é uma narrativa que “rebaixa” a sociedade e a política brasileiras e isso me incomoda como historiadora e cidadã.¹³¹

Outra razão importante para fazer esse questionamento pode ser entendida através da ideia de gestão de esquecimento. A ideia de esquecimento se relaciona com o que foi analisado neste trabalho quando questionei o aparente consenso e passividade do advento da República – procurando perceber a atuação da propaganda republicana na constituição deste aspecto, bem como as construções historiográficas posteriores que tenderam a reafirmá-la, esmaecendo as tensões do processo. Tanto quanto no debate com o autor abordado, problematizando a desqualificação de formas de luta centrais na época, para perceber as relações deste modo de interpretação na composição de uma imagem que reforça o brasileiro em seu esquecimento de si, através do apagamento de seus momentos de afirmação, de lutas e violências. Não apenas através da negação destes momentos, mas também quando diminuído através de noções como de bilontria, uma luta menor, conduzida por uma cidadania às avessas ou inadaptabilidade dela às origens (mal)formadas da República brasileira. Todavia, o esquecimento, conforme o trabalhado por Jacy Seixas, não é entendido como uma patologia da memória, mas seu exercício, assim como o da memória, se relaciona com a constituição da identidade. Assim, tal esquecimento afirma uma identidade e uma ética sempre repostas por essa autorrepresentação do brasileiro, conforme Seixas:

Brasileiro, uma identidade que se constrói e se repõe anulando (ou recalçando) a memória de determinadas experiências coletivas, estejam elas próximas ou distantes no tempo; o termo brasileiro designando e traçando, assim, o perfil de um “melancólico”, juvenil, indiferente, irresponsável e (des)encantado *povo sem memória*. Representação largamente dominante e que é ritualizada e repostas, de longa data e cotidianamente, através de inúmeros e eficientes procedimentos, históricos e historiográficos.¹³²

¹³¹ GOMES, A. *Op.cit.* 2005, p.37.

¹³² SEIXAS, Jacy Alves. Tênuas fronteiras de memórias e esquecimentos: A imagem do brasileiro jecamacunaímico. In: GUTIÉRREZ, H; NAXARA, M; LOPES, M. (org.). **Fronteiras, paisagens, personagens, identidades**. Franca: UNESP; São Paulo: Olho D'Água, 2003. p.163.

Por isso, conforme as indicações de Seixas, a intenção de se cogitar essa relação da conformação da identidade brasileira com o esquecimento não é revelar memórias, mas interrogar os silêncios para compreender como o esquecimento pode também forjar comportamentos e ser partícipe da constituição de uma ética e uma estética nacional, influenciando sobremaneira na cultura política. A *caveira de burro* enterrada no solo da política nacional assume outras formas, outras noções, mas talvez encontre uma explicação tangível através dessa percepção do esquecimento.

Recorrendo novamente ao conceito de cultura política, sem deixar de considerar seu caráter sempre polissêmico – no qual não podemos nos referir à cultura política brasileira, mas a *uma* cultura política, perscrutei uma das faces facilmente identificável neste mosaico, que constitui uma representação importante, passível de ser apreendida neste compartilhamento de valores, sentimentos e identidades vivenciadas. Essa discussão sobre essa representação recorrente não objetiva atestar sua validade ou contrapô-la a uma "revelação" de uma identidade mais correta, mas debater seus meandros constitutivos e em alguma medida, o pertencimento de formas (a)políticas ligadas as manifest(ações) brasileiras quotidianas a estas conformações identitárias.

Quando me refiro à facilidade de apreender esta forma de identidade brasileira penso em suas ocorrências na historiografia conforme o discutido neste trabalho, nas ideias comuns largamente repercutidas na mídia por exemplo, como se fossem características intrínsecas a uma certa identidade brasileira. Assim, não penso na ocorrência *da* identidade brasileira, mas sim a incidência de uma de suas manifestações específicas e evidentes, nodais para a tentativa de compreensão da política nacional, no qual o estabelecimento da República em 1889, com todas suas falhas e lacunas frequentemente apontadas, constitui um proveitoso locus de debate.

Considerações finais

A hipótese de republicanização, a qual contrapôs algumas interpretações correntes na historiografia sobre os primeiros momentos da república no Brasil, objetiva pensar a constituição de novos comportamentos e percepções políticas, a partir da ação da propaganda republicana atuante ainda no estabelecimento do novo regime, mas com deslocamentos importantes. Em outro momento de luta, a balança *ordem e progresso* pendeu para a primeira, visando o abrandamento das paixões políticas, a constituição segura do novo regime e o desejo de trazer ao país o progresso da modernização política, característica identificada à República através de uma ostensiva luta política, na qual o discurso propagandístico tem fundamental importância.

Assim, o trabalho com os *Apontamentos*, tomado como uma ação de propaganda, não objetivou desconstruir os discursos que o compõem, mas de forma mais ampla evidenciar alguns mecanismos dessa construção a fim de perceber os sentidos que ela configura e suas possíveis realizações no contexto que a referencia. Realizações importantes, conforme as estudadas no decorrer do trabalho, pois atuantes na conformação do regime republicano para que fosse percebido como uma evolução, entendimento que obteve bastante sucesso na visão histórica sobre o período, mas que precisa ser tensionado em sua constituição, a fim de que não se repita sempre a mesma interpretação.

Perspectiva que possibilita outro entendimento sobre este processo, menos vinculados a modelos esperados de transformação política, e portanto, mais atento à compreensão desta experiência em sua realização paulatina, tensa e partícipe de uma árdua batalha simbólica, pautada pela atitude moderna, que teve no discurso de propaganda republicana uma via marcante de ação. Essa abordagem é possível ao se considerar o discurso político como uma forma de ação, em certa medida propositada, e estimulada pela vontade de interferir na esfera pública. Nesse sentido foi que também conduzi a discussão historiográfica no decorrer deste estudo e nesta dimensão situo esta monografia.

ANEXO 1

	TÍTULO/ARTIGO/CAPÍTULO	PERIÓDICO/AUTOR
	Dedicatórias do autor	
	Cidadão Campos Porto	M. César Barros
	Ao Leitor	Campos Porto
	O Prenúncio	Rui Barbosa
	Artigos Editoriais – Publicados nos jornais da Capital Federal	
1	O futuro do Brasil	Gazeta da Tarde
2	A grande questão do dia	Gazeta da Tarde
3	Crise nacional	Novidades
4	Consummatum est	O Dia
5	Os acontecimentos de ontem	
6	A república	Gazeta de Notícias
7	O dia de homem	O País
8	Nova era	Diário de Notícias
9	O exército e a pátria	
10	A República	Diário de Notícias
11	A Nação	A Nação
12	A Revolução	Diário do Comércio
13	Governo provisório	Gazeta da Tarde
14	A legalidade	Novidades
15	Água vai...	Novidades
16	A República	Cidade do Rio

17		Correio do Povo
18	A situação	
19	15 do Novembro	
20	Trechos da Gazeta de Notícias	Gazeta de Notícias
21	A Nova Pátria	O País
22	Brilhante manifestação	
23	A República e a Imprensa	
24	Consummatum est	Gazeta da Tarde
25	Como pensamos	Diário de Notícias
26	A paz pública	Diário de Notícias
27	Como acabou!	Correio do Povo
28	Crônica	Correio do Povo
29	O dia de ontem	Boletim da República Brasileira
30	O imperador	
31	Graças a Deus	
32	A semana	Jornal do Comércio
33	A situação	Jornal do Comércio
34		Jornal do Comércio
35	15 de Novembro	Gazeta de Notícias
36	O embarque do imperador	Gazeta de Notícias
37	Barão de Jaceguay	Gazeta de Notícias
38	Coisas políticas	Gazeta de Notícias
39	Traços e Rascunhos	O País
40	A nova pátria	O País
41	A semana passada	Diário de Notícias
42	O dia de ontem	Diário de Notícias

43	A fumar	Diário de Notícias
44	O novo regime	Diário do Comércio
45	A pátria	Gazeta da Tarde
46	Cidade e Bolsa	Novidades
47	Água vai...	Novidades
48	A instalação da República	Cidade do Rio
49	A situação atual	Cidade do Rio
50	A nova pátria	Cidade do Rio
51	Viva a República!	
52	O velho ideal	Correio do Povo
53	15 de novembro	Gazeta de Notícias
54	Renascimento	Diário de Notícias
55	A Pátria	Gazeta da tarde
56	Água vai	Gazeta da Tarde
57	Dom Pedro de Alcântara	Novidades
58	Linhas por baixo	Novidades
59	Madrugada	Cidade do Rio
60	Flechas	Cidade do Rio
61	A nova pátria	Cidade do Rio
62	Hão de arrepende-se	Correio do Povo
63	A gratidão dos reis	Correio do Povo
64	Nacionalização tácita	Diário do Comércio
65	O quinto dia	Diário de Notícias
66	Guerreiros republicanos	Gazeta da Tarde
67	Lavoura e República	Novidades
68	Água vai...	Novidades

69	O governo provisório	Cidade do Rio
70	A nova pátria	Cidade do Rio
71	Paz e fraternidade	O Dia
72	As reservas da imprensa europeia	Correio do Povo
73	A nova fase	Correio do Povo
74	Fumaças	Novidades
75	Esquecimento	Correio do Povo
76	15 de novembro	Gazeta de Notícias
77	A nova pátria	O País
78	A epopeia	Diário de Notícias
79	A nova bandeira	Diário de Notícias
80	Senador Silveira Martins	Novidades
81	A prática das revoluções	Gazeta da Tarde
82	Avante	Cidade do Rio
83	Ternura	Transcrição de um tema
84	15 de novembro	Gazeta de Notícias
85	Adesão	Gazeta de Notícias
86	Oitavo dia	Gazeta de Notícias
87	Finanças democráticas	Diário do Comércio
88	A bolsa	Novidades
89	Subscrição nacional	O Dia
90	A vitória	O Dia
91	Pagamento da dívida externa	Relações do pagamento da dívida
92	Vita nova	Diário de Notícias
93	Os homens e as coisas da revolução	Gazeta da Tarde
94	Auxílios ao comércio	Novidades

95	Água vai...	Novidades
96	15 de novembro e as reformas democráticas	Cidade do Rio
97	Código civil	Correio do Povo
98	O padre João Manoel	Do Padre João Manoel
99	Uma noite Histórica	Jornal do Comércio
100	Aos domingos	Jornal do Comércio
101	Crônicas da semana	Gazeta de Notícias
102	Silveira Martins	Gazeta de Notícias
103	As reformas	Diário de Notícias
104	A hora da sesta	Diário do Comércio
105	Partido Liberal da cidade de Santos	Adesão ao PL de Santos
106	Embarque de Visconde de Ouro Preto	Gazeta de Notícias
107	A semana	Jornal do Comércio
108	Coisas políticas	Gazeta de Notícias
109	A bandeira	DOU
110	A semana passada	Diário de Notícias
111	Olhando o futuro	Diário de Notícias
112	A nau do Estado	Diário de Notícias
113	O general Barreto	General Barreto
114	Estados Unidos do Brasil	Revista de Engenharia
115	Um dogma	Diário de Notícias
116	Prosperidade dos Estados	Diário de Notícias
117	República	Sensitiva
118	Imortal Companhia de Guerra	Cidade do Rio
119	Câmara Municipal	José do Patrocínio
	Artigos Publicados - Nos ineditoriais dos jornais da capital federal	

120	Desvairamento	Diário de Notícias
121	Unamo-nos	B.B.
122	O decreto nº 7	Leão Veloso
123	Explicação	Manoel Valadão Cadesa
124	Tiradentes	Vários (adesão)
125	A Câmara Municipal	Dr. Joaquim José de Carvalho
126	Os Estados Unidos do Brasil	Dr. Marques de Paiva
127	Nos esplendores da aurora	Dr. Joaquim José de Carvalho
128	Libertos quae sera tamen	Luiz gozara
129	Ao governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil	Um brasileiro A.P.G.
130	Dia 15 de novembro de 1889	Augusto Gomes Pedrosa
131	Retificação	Guilherme Lassang
132	A República Federativa	Augusto Pacca
133	Fatos relativos a minha ida	Guilherme Lassang
134	Situação financeira	O Paulistano
135	Barão Ladário	
136	Aos republicanos	"Um velho republicano"
137	Aos republicanos	Editorial Imprensa Evangélica
138	Estados Unidos do Brasil	
139	Hino nacional	
140	Ao povo	Dr. Joaquim José de Carvalho
141	Omaggio (em italiano)	Prof. Ciro de Paqual
142	Nos esplendores da aurora	Dr. Joaquim José de Carvalho
143	Salve	Dr. Joaquim José de Carvalho
144	A bandeira nacional	Raymundo Teixeira Mendes
145	Ao governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil	Um cidadão brasileiro A.P.G.

	Senado e Assembleia provincial do Rio de Janeiro	
146	Assembleia Legislativa	Requerimento meio governo
147	Sessão em 21 de novembro	Temor pela ordem/ União
148	Sessão em 22 de novembro	Decreto extinção das assembleias
	Decretos do Governo Provisório de 15 a 30 de novembro de 1889	
149	Decreto nº 1, de 15 de novembro	
150	Decreto nº 3 de 16/11/89	
151	Pensões e pensionistas	
152	Eleições	
153	A bandeira nacional	
154	Dissolução e extinção das assembleias provisórias	
155	Decreto de 21/11/89	
156	Decreto nº 8 de 21/11/89	
157	Decreto sem efeito	
158	Decreto de 23/11/89	
159	Decreto de 23/11/89 (outro)	
160	Decreto de 23/11/89	
161	Decreto nº13 de 26/11/89	
162	Decreto de 27/11/89	
163	Decreto nº18 de 28/11/89	
164	Decreto nº21 de 28/11/89	
165	Decreto nº17 de 28/11/89	
166	Decreto nº23 de 29/11/89	
167	Decreto nº13 de 28/11/89	
168	Decreto nº19 de 28/11/89	
169	Decreto nº22 de 29/11/89	

170	Decreto nº27 de 30/11/89	
171	Decreto nº27 b de 30/11/89	
172	Decreto nº 27 "e" de 30/11/89	
173	Decreto nº28 de 02/12/89	
	Avisos expedidos pelo Governo Provisório de 15 a 30 de novembro 1889	
174	Prisões ilegítimas	Campos Sales
175	Código civil	Campos Sales
176	Julgamento de Perdão	Campos Sales
177	Consultas sobre casos pendentes	Campos Sales
178	Circular	
	Ordens do dia do exército e armada	
179	Ordem do dia do comando superior da guarda nacional	
180	Ordem do dia do 1º batalhão de infantaria	
181	Ordem do dia Sr. Ajudante geral do exercito	
182	Ordem do dia do 7º batalhão	
183	Ordem do dia do corpo militar de política	
184	Ordem do dia do comando superior da guarda nacional	
185	Ordem do dia do 10º batalhão	
186	Ordem do dia do 1º batalhão	
187	Ordem do dia da escola superior de guerra	
188	9º segmento de cavalaria	
189	Ordem do dia do comando superior da guarda nacional	
190	Ordem do dia da escola militar	
	Ex-família imperial do Brasil - Documentos	
191	Procurações	
192	Bens do Sr. Dom Pedro de Alcântara	

193	Ofício enviado pelo Sr. Conde d'Eu aos brasileiros	
194	Despedida do Sr., Conde d'Eu aos brasileiros	
195	Ofício do Sr. Conde d'EU	
196	Procuração	
197	Os bens de Dom Pedro Augusto	
	Notícias e artigos publicados nos jornais dos Estados	
198	Estado do Rio de Janeiro	
199	Corpo especial de Niterói	
200	Câmara Municipal de Iguaçu	
201	Empregados do Fórum de Iguaçu	
202	São João da Barra	
203	Macaé	
204	Câmara Municipal do Pirai	
205	Barra Mansa	
206	Paraíba do Sul	
207	Rezende	Rezendense
208	A República	Rezendense
209	Salve! Pátria Livre!	
210	Ao Brasil e à República	
211	Viva a República!	
212	A República no Brasil	
213	Quatis	
214	Paty dos Alferes	
	Estado de São Paulo	
215	Instalação do Governo Provisório	Telegramas
216	Resolução	

217	Faculdade de Direito de São Paulo	
218	Banquete	A Província de S. Paulo
219	Esfera civil dos Estado	Diário Popular de S. Paulo
220	Acclamazione della Repubblica nello Stato di Sao Paulo	
221		Revista Democrática
222	Stato di Sao Paulo	Liga Italiana
223	Bananal e Areias (adesão)	Luiz Leite Pereira
224	Aparecida (adesão)	Instituto Politécnico
225	Associação Comercial de Santos (adesão)	Antônio Carlos Silva Teles
226	Pindamonhagaba	Câmara Municipal
227	A pátria livre	Tribuna do Norte
228	Limeira	Do correspondente do Diário de Campinas
229	Campinas	Gazeta de Campinas
230	Câmara Municipal de Mogi Mirim (não adesão)	
231	S. Paulo (Cidade Descalvado)	Correspondente do Diário Popular de S.Paulo
232	S. Paulo (Cidade São Roque - adesão)	Correspondente do Diário Popular de S.Paulo
233	S. Paulo (Cidade Monte Mor)	Correspondente do Diário Popular de S.Paulo
234	Proclamação	Partido Republicano de Bragança
235	Bragança	Quinze de Novembro
236	Vila de Pinheiros	João José Gonçalves
237	Dois Córregos	Correspondente para Gazeta do Povo
238	10º Regimento	João da Silva Barbosa
239	Campinas	Homens de Cor
240	Arujá	
241	Casa Branca (Adesão)	
242	A separação e a República	Martin Francisco de Andrada

	Estado de Minas Gerais	
243	A instalação do Governo Provisório no Estado mineiro	Correspondência para o Diário de Notícias (RJ)
244	Manifesto aos mineiros	Cesário Alvim (governador MG)
245	Câmara Municipal de Aiuruoca (adesão)	Alberto Sales (secretário)
246	Câmara Municipal de Campanha (adesão)	
247	Câmara Municipal de Uberaba (adesão)	
248	Clube Republicano de Sumidouro	
249	Cataguazes (adesão)	
250	Clube Republicano de Poços de Caldas	
251	Coletoria de Rendas Gerais do Município de Magé (adesão)	
252	Clube Republicano 14 de julho (Poços de Caldas)	
253	Pouso Alegre (adesão)	
254	Câmara Municipal da cidade de Christina (adesão)	
255	Christina	reunião popular (adesão)
256	Câmara Municipal de Lavras (adesão)	
257	Partido Republicano da cidade de Pomba	
258	Cidade de Pomba (adesão)	abaixo-assinado
259	Ao partido conservador do 6º Distrito de Minas (São João Del Rei)	
260	Juíz de Fora	Gazeta da Tarde
261	Edital	Câmara Municipal de Juíz de Fora
262	Piau	
263	Rio Novo	Correspondência p/ Diário Popular de S. Paulo
264	Leopoldina	Fazenda Santa Maria
265	Cataguazes (adesão)	Joaquim Moreira de Barros Oliveira Lima

266	Notícias de Leopoldina	Gabriel de Magalhães
267	Paraíbuna	Correspondência p/ Diário Popular de S. Paulo
268	São João Del Rei	
269	Uberaba	Marcha
270	Carangola	
271	Proclamação da República	Ordem (Ouro Preto)
272	Cidadãos	Transformação (Carangola)
273		O Jornal de Minas (Ouro Preto)
274	Momento político	Pátria Mineira (São João Del Rei)
275	Alocação	Pátria Mineira (São João Del Rei)
276	Itabira	Tempo
277	Carmo do Rio Verde	Club Republicano Carmelitano
278	Espírito Santo do Mar de Espanha	Gabriel de Magalhães
279	10º Distrito	Bento Cavalcanti
280	Ouro Preto	
281	Diamantina (adesão)	Dr. A. Feliciano dos Santos
	Estado do Espírito Santo	
282	A situação	Diário do Espírito Santo
283	A situação	Província do Espírito Santo
284	Cidade de Vitória, 22 de novembro de 1890	Correspondência p/ Diário de Pernambuco
285	Santa Cruz (adesão)	Câmara Municipal de Santa Cruz
286	Vila Nova (adesão)	Câmara Municipal de Vila Nova
287	Aos meus correligionários e amigos	Barão de Monjardim
	Estado Santa Catarina	
288	Governo Federal	Jornal do Desterro
289	A revolução	Jornal do Comércio (Desterro)

290	(notícia de motim)	José Pereira Dias (capitão comandante)
291	Termo de adesão	Joinville
292	Ordem do dia	
	Estado do Paraná	
293	Reunião política	19 de dezembro
294	Atualidades	Paranaguá
	Estado do Rio Grande do Sul	
295	Câmara Municipal do Rio Grande	
296	Manifesto	Visconde de Pelotas (presidente RS)
297	Circulares	
298	Ordens do dia	
299		Associação Comercial do Rio Grande do Sul
300	Câmara Municipal de Porto Alegre	
301	Rio Grande (adesão)	Câmara Municipal
302	Câmara Municipal de São José (adesão)	
303	Proclamação	Atas da Câmara
304	Pró Pátria	General João Nunes Silva Tavares
305	Ordem do dia nº53	Manuel Luiz da Rocha Osório
306	Município de Cacimbinha	
307	Câmara Municipal de Uruguaiana (adesão)	
308	Nossa posição	Reforma
309	Porto Alegre	Reforma
310	À província e ao Partido Liberal	Reforma
311	Assuntos do dia	Correio Mercantil (Pelotas)
312	Pela pátria	Jornal do Comércio (Porto Alegre)
313	A prisão do conselheiro Silveira Martins	Reforma

	Estado da Bahia	
314	Últimos movimentos (não adesão)	Câmara da Bahia
315	Posse	Estado da Bahia
316	Discurso do governador do Estado	Manoel Victorino Pereira (governador)
317	Proclamação	Governo da Bahia
318	Aclamação da república nesta cidade	Regenerador (Nazaré)
319	O advento da República	Regenerador (Nazaré)
320	Câmara Municipal de Itaparica (adesão)	
321	Proclamação	Proclamação de Itapira
322	Sala do tribunal do júri de Inhambupe	Inhambupe
	Estado do Alagoas	
323	Organização do governo provisório deste Estado	Gutenberg
324	Ao povo alagoano	Governo Provisório do Estado
325	Proclamação	Club Federal Republicano Maceiosence
326	Boletim	
327	Câmara Municipal de Imperatriz (adesão)	
328	O Brasil livre	Diário do Alagoas
	Estado de Pernambuco	
329	A província de Pernambuco	A Província
330	Proclamação	Coronel José Cerqueira de Aguiar Lima
331	Arsenal de guerra	
332	Grêmio dos professores primários (adesão)	
333	Câmara Municipal do Recife (adesão)	
334	Moção da Câmara	
335	Ordem do dia	Batalhão de Infantaria
336	Companhia de Bombeiros do Recife	Bombeiros

337	Correio de Pernambuco (adesão)	Funcionários do Correio
338	A grande crise	Época
339	A grande crise	Época
340	Governo	Segismundo Antônio Gonçalves
341	A nova fase	Época
342	Nossa posição	Época
343	Pró Pátria	A Província
344	Notas rápidas	Luiz de Souza Dias
345	Inspetoria de Saúde do Porto de Pernambuco	inspetor
346	Notas de sentimento	Diário de Pernambuco
347	Do Jornal do Recife	Jornal do Recife
	Estado da Paraíba do Norte	
348	Grandes acontecimentos	
349	A nossa atitude	Jornal da Paraíba
350	Proclamação	comunicado do governo
	Estado do Ceará	
351	Ceará	
352	Câmara Municipal	Câmara Municipal
353	Nossa posição	Gazeta do Norte
354	A nova era	
355	Mudança de governo	
356	O governo de 16 de novembro	
357	Atos do poder executivo	adesão do Governo Provisório
	Estado do Rio Grande do Norte	
358	Ao povo liberdade, igualdade, fraternidade	Pedro Velho Maranhão (governador)
359	Boletim da República	Pedro Velho Maranhão (governador)

360	Ata da Proclamação da República Brasileira no Rio Grande do Norte	
361	Proclamação	
	Estado do Maranhão	
362	Proclamação	Globo
363		Globo
364	Governo da Província	
365	Proclamação	
366	A República	Globo
367	Ao povo	Globo
368	A república	Globo
369	Ordem do dia nº133	João Luiz Tavares
370	Ordem do dia nº2	João Luiz Tavares
371	Ordem do dia nº3	João Luiz Tavares
372	Ordem do dia nº4	Major Honório Clementino Martins
373		vários
374	Câmara Municipal de Alcântara	
375	Câmara Municipal da cidade de Alcântara (adesão)	
376		vários
377		União Industrial Beneficente (adesão)
378		vários
379	Câmara Municipal de Arary	
380	Comarca de Baixo Mirim	
381	Câmara de Icatú	
382	Ordem do dia nº4	
383	Quinto Batalhão de Infantaria	Antônio Raimundo Bello
384	Câmara Municipal de Villa de São Vicente Ferrer	

385	Câmara Municipal de Rosário	
386	Câmara Municipal de Rosário	
387	Paróquia Villa Rosário	
	Estado do Pará	
388	Ao Partido Conservador	Partido Conservador
389		Justo Leite Chermont
390		
	Estado do Amazonas	
391	Opinião da Imprensa	Correspondente p/ Província do Pará
392	Proclamação	Governo Provisório do Amazonas
393	Proclamação	Assembleia provincial do Amazonas
	Estado do Mato Grosso	
394	Mato Grosso	
395	Mato Grosso	
396		Antônio Maria Coelho (presidente do MT)
397		
398		vários
399		Correspondente p/ Jornal do Comércio
	Estado do Piauí	
400	Câmara Municipal de Amarante	
401	Juiz de Direito de Amarante	juiz Jesuíno José de Freitas
402	Paço da Câmara Municipal de Regeneração	membros do Governo Provisório do Piauí
403	Paço da Câmara Municipal de Regeneração	
404	Diretores da política provisória de Regeneração	Câmara de Regeneração
405	Piracuruca	Jornal Fiat Lux
406	Nomeação de Governadores	

407	Telegramas	
408		adesão de Teresina
409	Ordem do dia nº1	
410	Viva a República (adesão)	cidade de União
411	Viva a República (adesão)	promotor público de União
412	Viva a República (adesão)	cidade de União
413	Viva a República (adesão)	
414	Viva a República (adesão)	Vila União
415		vários
	NOTÍCIAS ESTRANGEIRAS	
	Estados Unidos da América do Norte	
416	Telegrama	
417	Times	
418	Nova York	
	República do Peru	
419	A Revolução no Brasil	
	República do Chile	
420	Ultimas noticias del Brasil	La Patria (Valparaiso)
421		La Patria (Valparaiso)
422	La revolucion en el Brasil	El Mercurio
423		La Libertad Eleitoral (Valparaiso)
424	Perfiles de la revolucion brasilera	La Patria (Valparaiso)
425	El mejor elogio del pueblo brasilero	La Patria (Valparaiso)
426	En el Brasil	La Libertad Eleitoral (Valparaiso)
427	En el Brasil	La Libertad Eleitoral (Valparaiso)
	Repúblicas do Uruguai e da Argentina	

428	El Pueblo de Paysandu	Nunes Pereira
429	La República en el Brasil	El Pueblo (Paysandu)
430	Les événements brésiliens	Courrier de La Plata (Buenos Aires)
431	Correspondencia "La Razon" en el Brasil	Luiz de Andrade
432	Correspondencia para Jornal El Ferro-Carril	O. de Niemeyer
433	A revolução brasileira	La España (Montivideo)
434	Os Estados Unidos do Brasil em Buenos Aires	Ilustracion Nacional (Buenos Aires)
435	Homenagem ao Brasil	El Diario (Buenos Aires)
436	O Sr. Silveira Martins e o correspondente do "El Censor"	El Censor (Buenos Aires)
437	A revolução brasileira - Rui Barbosa	El Censor (Buenos Aires)
438	Correspondência de Buenos Aires	Correspondente p/ Jornal do Comércio
439	Correspondência de Buenos Aires	Correspondente p/ Jornal do Comércio
440	La República Brasileira	Sul América (Buenos Aires)
441		Nacion (Buenos Aires)
442	A América Republicana	El Diario (Buenos Aires)
443	A República no estrangeiro	Associação da Imprensa Argentina
	Portugal	
444	Lisboa	
445	O Tempo	O Tempo (Lisboa)
446	Importante	A Tarde (Lisboa)
447	A Nova República	O Repórter
448	O Século	O Século
449		Associação Comercial
450		Jornal de Notícias (Porto)
451	República Brasileira	Atlântico
452	"Comércio de Portugal"	

453	Ser livre	Folha do Povo
454	As aranhas	Folha do Povo
455	Deixem-se disso	Folha do Povo
456	Correspondência	
457	Diário Popular	Diário Popular
458		Diário Popular
459	A República Brasileira	Tramontano (Vila Real)
460	A revolução brasileira	Folha do Norte (Vila Real, Trás dos Montes)
461	República e monarquia	Latino Coelho
462		Novidades
463		Correspondente p/ O País (Rio de Janeiro)
464	Do século	O Século
	Espanha	
465	Espanha	
466	Parlamento espanhol	
467	Meeting	Temps (Paris)
468	Mensagem	Partido Federal de Madri
469	Opinião de Emílio Castelar	Emílio Castelar
	França	
470	Interpelação dirigida ao Sr. Ministro dos negócios estrangeiros	Assembleia
471	Interpelação ao ministro de Portugal	Le Figaro (Paris)
472		Gaulois (Paris)
473		Gaulois (Paris)
474		Le Temps (Paris)
475	Croquis do atual governo	
476		Le Temps (Paris)

477		Le Temps (Paris)
478		Le Temps (Paris)
479		Evénement
480	Jornal dos Debates (Editorial)	Jornal dos Debates
481	Do "Petit Journal"	Petit Journal
482	Le Figaro	Le Figaro (Paris)
483	Le Figaro	Le Figaro (Paris)
484	O intransigente	Henrique Rochefort
485		Henrique Rochefort
486	L`événement	L`événement
487		Liberal (Madri)
488	La Revolution du Brésil	La Petit Girond (Bordeaux)
489	Carta de um brasileiro	Dr. Santos Júnior
	Itália	
490	Italia	Correio de Napoli
491	Telegrama	XIX Siecle
492	Telegrama	
493	Opiniões de Jornais	Observatore Romano/ Riforma/ Diritto
	Áustria	
494	Viena 16	
	Alemanha	
495	Alemanha	Das Echo (Berlim)
496		Gazeta da Alemanha do Norte
	Suécia	
497	Suécia	Gazeta Ilustrada
	Bélgica	

498	Bruxelas	Independente Belga
	Inglaterra	
499	O manifesto Celso e o "Times"	The Times
500	Antigo editorial de "The Times" de 21 de novembro	The Times
501	Telegrama	Banco Nacional do Brasil
502		Daily News
503		Morning Post/ The Times
504		Standart
505		Cornely (escritor)
506		Standart
507	Correspondências	Correspondente p/ Jornal do Comércio
508		Correspondente p/ Jornal do Comércio
509		Gladstone (discurso em Manchester)
510	Imprensa inglesa	
	Oceania	
511	A República no Brasil	
	DECLARAÇÕES	
512	Declaração feita pelo comandante Bannen na Gazeta de Notícias 22nov.1889	comandante Bannen
513	Barão de Jaceguay	Barão de Jaceguay
514	Visconde do Bom Conselho	Visconde do Bom Conselho
515	Barão de Jaceguay (resposta)	Barão de Jaceguay
516	Dr. Fernandes Pinheiro	Dr. Fernandes Pinheiro
517	Visconde de Arantes	Visconde de Arantes
518	O cidadão Fernando Rodrigues Silva	Fernando Rodrigues da Silva
519	Sr. Conde de Araruama	Conde de Araruama
520	Dr. Coelho Rodrigues	Dr. Coelho Rodrigues

521	Dr. Carlos Augusto de Carvalho	Dr. Carlos Augusto de Carvalho
522	O cidadão João Baptista da Costa	João Baptista da Costa
523	O Sr. Paulino José Soares de Souza	Paulino J. S. de Souza
524	O conselheiro Saraiva	conselheiro Saraiva
525	O cidadão Antônio Prado	Antônio Prado
526	O ex-senador Leão de Veloso	Leão de Veloso
527	Dr. Bezerra de Menezes	Bezerra de Menezes
528	Dr. Inglês de Souza	Dr. Inglês de Souza
529	Dr. Sá Earp	Dr. Sá Earp
530	O ex-senador João F. Meira de Vasconcelos	João F. Meira de Vasconcelos
531	Cartas 1	Pedro Leão Veloso
532	Cartas 2	Manoel Antônio Duarte de Azevedo
533	Cartas 3	Manoel Francisco Correia
534	Cartas 4	M. P. de Souza Dantas
535	Cartas 5	Paulino J. S. de Souza
536	Cartas 6	João Lins Vieira Cansansão de Snimbu
537	O cidadão Bezerra de Menezes	Bezerra de Menezes
538	Visconde do Bom Conselho	Visconde do Bom Conselho
	ADESÕES	
539	Corpo de Marinheiros Nacionais	
540	Corpo de Marinheiros Nacionais	
541	Professorado público primário	
542	Legações do Chile, Argentina e Uruguai	
543	O ex-deputado Henrique de Carvalho	
544	Estrada de Ferro Central do Brasil	
545	Empregados do comércio	

546	Instituto Nacional dos Cegos	
547	Centro família espírita	
548	Luíz Bussi	
549	Conselho Supremo Militar de Justiça	
550	Almirante Cochrane	
551	Câmara Municipal	
552	Associação Comercial	
553	Faculdade de Medicina	
554	Fortaleza de Santa Cruz	
555	União Operária	
556	Secretaria de Polícia	
557	Comércio de café	
558	Escola Politécnica	
559	Colônia Alagoana	
560	Escola Norma da Capital	
561	O colégio e a República	
562	Repartição dos telégrafos	
563	Colégio Espírito Santo	
564	O Dr. Matta Machado	
565	Colônia Francesa	
566	Junta Comercial	
567	Correio Geral	
568	Carta do ilustrado Dr. P. Laborriere (Cidade do Rio, 21 de novembro)	
569	Manifestações	
570	Francisco Ferreira Dias Duarte	
571	Campo Grande	

572	Escola de Tiro de Campo Grande	
573	Legação dos Estados Unidos	
574	Homens de Letras	
575	Manifestação dos ministros da Argentina, Uruguai e Estados Unidos	
576	Escola Militar	
577	Supremo Tribunal de Justiça	
578	New York Times	
579	Inválidos da Pátria	
580	Tribunal da relação	
581	Club de Engenharia	
582	Na Fortaleza de Willegaingnon	
583	Caixa de Amortização	
584	Estrada de Ferro Central do Brasil	
585	Voluntários italianos da República Brasileira	
586	Secretaria da Justiça	
587	Funcionários do Fórum	
588	Obras públicas	
589	Leiloeiro	
590	Câmara Municipal	
591	Casa da Moeda	
592	Tesouro Nacional	
593	Secretaria do Senado	
594	Consulado da Suíça	
595	Secretaria da Câmara dos Deputados	
596	Inspetoria de Higiene	
597	Arsenal de Guerra	

598	Maçonaria	
599	Centro Positivista	
600	Dr. S. R. Ebert	
601	Legação da Argentina	
602	Legação do Chile	
603	Legação Oriental	
604	Escola Normal	
605	Estudantes de preparatórios	
606	Caixa Econômica	
607	Arsenal de Marinha	
608	República Argentina	
609	Instituto dos Cegos	
610	Telegramas dos banqueiros Rothchilds	
611	Mensagem do cidadão Dr. Rui Barbosa em nome dos baianos residentes no RJ	
	TELEGRAMAS	
612	Boatos infundados	
	BANIMENTO E DESTERRO	
613	D. Pedro de Alcântara	
614	Banimento e desterro	
	A CONSTITUINTE	
615	Convocação da Constituinte	
616	A Constituinte	Jornal do Comércio
	FINANÇAS	
617	A Fazenda Nacional em 15 de novembro de 1889	Rui Barbosa
	A Revolução de 15 de Novembro	
618	A Revolução de 15 de Novembro	Tenente Coronel Jacques Ourique

	O Pacote Alagoas	
619	O caso da bandeira em Portugal	
620	Documento nº1	
621	Documento nº2	
622	Documento nº3	
	Biografias	
623	O cidadão Dr. M. F. de Campos Sales	Lúcio de Mendonça
624	Quintino Bocaiúva	M.C. de B.
625	Francisco Glycério, 2º Ministro da Agricultura na República	Gazeta de Notícias
626	O Vice-Almirante Eduardo Wandemkolk	M. C. de B
627	J. J. de Almeida Pernambuco	Cidade do Rio
628	Sampaio Ferraz	Cidade do Rio
629	Ubaldo do Amaral	Cidade do Rio
630	Dr. Monteiro Manso	M. C. de B
631	Coronel Frederico Solon Sampaio Ribeiro	Cidade do Rio
632	Coronel Frederico Solon Sampaio Ribeiro	Gazeta de Notícias
633	Capitão Menna Barreto	Gazeta de Notícias
634	Major Serzedello	Gazeta de Notícias
635	O major Marciano Augusto Botelho de Magalhães	
636	General José de Almeida Barreto	Cidade do Rio
637	Adolpho Pena	
638	Tenente Villeroy	Cidade do Rio
639	Major Maciel da Costa	Gazeta de Notícias
640	Dr. João Nepomuceno Baptista	
641	Dr. Pedro de Tavares	Cidade do Rio

Referências bibliográficas

Fontes

CAMPOS PORTO, Manoel Ernesto. **Apontamentos para a História da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

Referências

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ATAÍDE, Tristão de. Política e Letras. In: CARDOSO, Vicente Licínio (org.). **À margem da História da República**. 3ªed. Recife: FUNDAJ: Editora Massagana, 1990.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República**, de 1889 a 1930. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Vol.I. Brasília: Editora da UnB, 1998.

BONAVIDES, Paulo. AMARAL, Roberto. **Textos políticos de história do Brasil**. Vol.2. 3.ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

BELLO, José Maria. **História da República**, 1889-1954. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **As voltas de um parafuso**. In: Tudo é História – Cadernos de Pesquisa 2. Brasiliense.

_____. Brasil: liberalismo, republicanismo e cidadania. In: SILVA, Fernando Teixeira; NAXARA, Márcia; CAMILOTTI. (org.) **República, Liberalismo e Cidadania**. Piracicaba: Editora Unimep, 2003.

_____. Identidades inconclusas no Brasil do século XX – Fundamentos de lugar comum. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

_____. O poder de sedução dos textos: o assédio pelas imagens e representações. In: SEIXAS, Jacy; BRESCIANI, Stella (org.). **O assédio moral**. Uberlândia: EDUFU, 2006.

BRUM, Juliana. **A hipótese do Agenda setting: Estudos e Perspectivas**. Razón y palabra: Atizapán de Zaragoza, México. n.35, año 8, octubre - noviembre 2003.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa, uma mercadoria política**. In: História e Perspectivas, Uberlândia, Jan./Jul, 1991.

CARONE, Edgar. **A Primeira República** (1889-1930): texto e contexto. 1ed. 1969. Rio de Janeiro, São Paulo: DIFEL, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem – Teatro de Sombras**. 2.ed. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1996.

_____. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- _____. (org.). **Nação e Cidadania no Império:** novos horizontes. Civilização Brasileira, 2007.
- _____. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. **Pontos e Bordados:** escritos de história e política. Ed. UFMG, 1998.
- CERASOLI, Josianne Francia. **Modernização no plural:** obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do XIX para o XX. Tese (Doutorado em História Social), Campinas: IFCH-Unicamp, 2004.
- CERQUEIRA, Adriano S. Lopes da Gama. **A validade do conceito de cultura política.** In: Revista de História, 1996.
- CUNHA, Euclides da. **Obras completas.** vol. II. Rio de Janeiro: Aguilar, 1966.
- DUTRA, Eliana de Freitas. **Rebeldes literários da República:** História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.
- _____. **História e Culturas Políticas** – definições, usos, genealogias. In: Varia História, nº28 – Dez. 2002.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- _____. **A ordem do discurso.** 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso.** 6ªed.rev. São Paulo, Global, 2004.
- GOMES, Ângela Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: **Culturas políticas:** ensaios de história cultural, história política e ensino de história. SOIHET, Raquel. BICALHO, Maria Fernanda B. GOUVÊA, Fátima S. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Mariela de Moraes. **Primeira República:** um balanço historiográfico. In: Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.2, n.4, 1989.
- GOMES, Flávio dos Santos. **Negros e Política (1888-1937).** Coleção Descobrimdo o Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda B; GOUVÊA, Fátima S. (org.) **Culturas políticas:** ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da República.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- _____. Políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva.** São Paulo: Contexto, 1998.

- JENKINS, K. **A História Repensada**. 2.ed. – São Paulo: Contexto, 2004.
- KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. **As dimensões subjetivas da política**: cultura política e antropologia da política. Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 24, p. 227-250, 1999.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 2003.
- LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- _____. REPÚBLICA VELHA: temas, interpretações, abordagens. In: SILVA, Fernando Teixeira; NAXARA, Márcia; CAMILOTTI. (org.) **República, Liberalismo e Cidadania**. Piracicaba: Editora Unimep, 2003.
- MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Repensando política e cultura no início da República: existe uma cultura política carioca? In: SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda B; GOUVÊA, Fátima S. (org.) **Culturas políticas**: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MATTOS, Ilmar Rohrloff. **Do Império à República**. Estudos Históricos, CPDOC-FGV, Rio de Janeiro, 2/4, 1989.
- MELLO, Maria Tereza Chaves. **A República consentida**: cultura democrática e científica no final do Império. Rio de Janeiro: Editora FGV, Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.
- MENCARELLI, Fernando Antônio. **A cena aberta**: A Intepretação de "O Bilontra" no Teatro de Revista de Arthur Azevedo. Dissertação (Mestrado em História), Campinas: IFCH-Unicamp, 1996.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A história política e o conceito de cultura política**. In: LPH: Revista de História, nº6, 1996.
- NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República – O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, J; DELGADO, L. (org.). **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. – 2ªed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Quentin Skinner. In: **As muitas faces da história**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- POMBO, Rocha. História do Brasil. Vol.V. **A República**. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W.M. Jackson Inc. Ediotres, 1942.
- REMÓND, René. Do político. In: **Por uma história política**. RÉMOND, René. (org) – 2ªed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- RIBEIRO, Renato Janine. Democracia versus República – A questão do desejo nas lutas sociais. In: BIGNOTTO, Newton. **Pensar a República**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

- RICOEUR, Paul. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas, Unicamp, 2007.
- ROMERO, Sílvio. Prefácio – Explicações indispensáveis. In: BARRETO, Tobias. **Vários escritos**. Sergipe: Editora do Estado de Sergipe, 1926
- SEIXAS, Jacy Alves. Dissimulação, mentira e esquecimento: formas de humilhação na cultura política brasileira (Reflexões sobre o brasileiro jecamacunaímico). In: MARSON, Izabel; NAXARA, Márcia. **Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras**. Uberlândia: EDUFU, 2005.
- SEIXAS, Jacy Alves. Tênuas fronteiras de memórias e esquecimentos: A imagem do brasileiro jecamacunaímico. In: GUTIÉRREZ, H; NAXARA, M; LOPES, M. (orgs.). **Fronteiras, paisagens, personagens, identidades**. Franca: UNESP; São Paulo: Olho D'Água, 2003.
- SEVCENKO, Nicolau. Introdução – O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando; SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio**. Vol.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. **Literatura como Missão – Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República – 2ª ed.** – São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SILVA, Ricardo. **O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o de debate metodológico contemporâneo**. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 53, nº2, 2010.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. (org). **Por uma história política**. – 2ªed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. 4ªed., Brasília: Editora UNB, 2008.
- WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura – 2.ed.** – São Paulo: Editora da USP, 2001.
- WITTER, José Sebastião. **Apontamentos para a História da República: um registro centenário**. CAMPOS PORTO, Manoel Ernesto. Seleção de José Sebastião Witter. Prefácio de Oliveira Lima. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.
- _____. **Túnel do Tempo**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.
- ZICMAN, Renée Barata. **História através da Imprensa – algumas considerações metodológicas**. In: Projeto História. Programa de Estudos Pós-Graduados e Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. EDUC: São Paulo, SP – 1981.

Referências de websites:

<http://www.jusbrasil.com.br/diarios>

